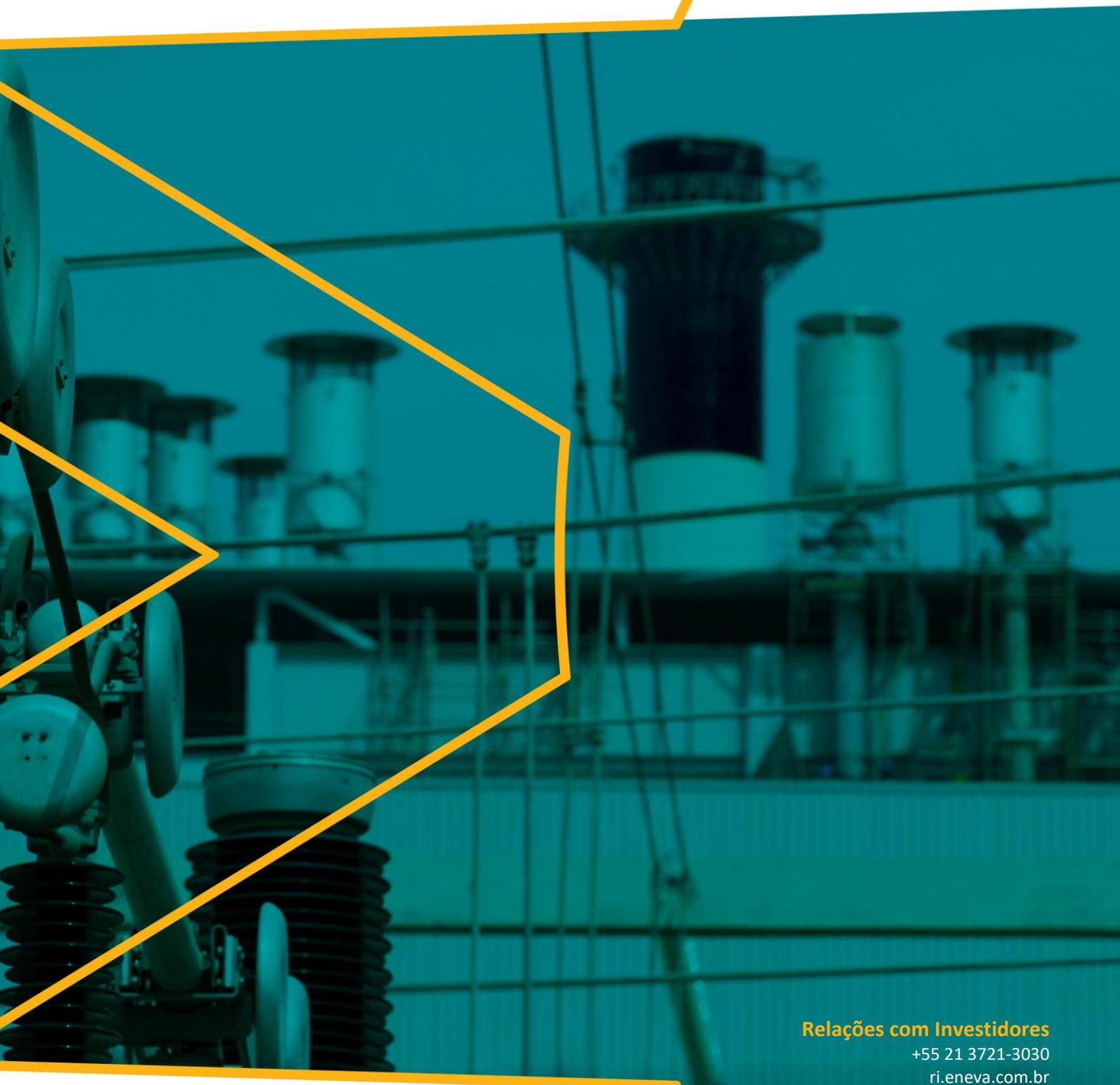


DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2T21



Relações com Investidores

+55 21 3721-3030

ri.eneva.com.br

Teleconferência de Resultados do 2T21



Sexta-Feira, 6 de agosto de 2021

11h00 (Horário de Brasília) / 10h00 (US ET)

[Clique aqui](#) para se inscrever na teleconferência



IBOVESPA B3

ENEVA Divulga Resultados do Segundo Trimestre de 2021

Período marcado pelo alto despacho das usinas e margens variáveis positivas, com EBITDA ajustado alcançando R\$ 378 milhões.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2021 - ENEVA S.A. (B3: ENEV3), empresa integrada de energia, com negócios complementares em geração de energia elétrica e exploração e produção de hidrocarbonetos no Brasil, divulga hoje os resultados do segundo trimestre findo em 30 de junho de 2021 (2T21). As informações a seguir são apresentadas de forma consolidada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exceto onde especificado em contrário.

Destaques

- EBITDA ajustado do 2T21 registra crescimento de 35% em relação ao 2T20, alavancado pelo resultado do segmento de *Upstream* devido ao aumento significativo do despacho e incremento de margens variáveis das usinas;
- Crescimento de 38% do lucro líquido vs. 2T20 em função do melhor resultado operacional e financeiro;
- Posição de caixa e equivalentes de R\$ 1,8 bilhão no final do trimestre e alavancagem (dívida líquida/EBITDA últimos 12 meses) de 3,4x;
- Desembolso de R\$ 77 milhões referente ao financiamento junto ao BNB para a implantação da UTE Parnaíba V, totalizando R\$ 611 milhões até o momento, de um total de R\$ 843 milhões;
- Avanço da construção das obras de Azulão-Jaguatirica e Parnaíba V, com expectativa de início de operação comercial durante o 4T21 e 1T22, respectivamente;
- Aprovação pela ANEEL da alteração do início do cronograma da operação da UTE Jaguatirica II com excludente de responsabilidade, mantendo inalterado o prazo de suprimento em 15 anos;
- Assinatura dos contratos de concessão referentes aos ativos adquiridos no 2º ciclo da Oferta Permanente da ANP;
- Divulgação de Certificação de Reservas e Recursos Contingentes referente a 30 de junho de 2021, apontando incremento de 8% no volume de reservas de gás (2P) do Campo de Azulão, bem como recursos contingentes na área de Juruá (20,85 bcm de gás - P50) e em outras acumulações de gás e óleo nos blocos AM-T-84 e AM-T-85 (total de 5,84 bcm de gás e 4,23 MM bbl de óleo, ambos P50);
- Publicação do Relatório Anual de Sustentabilidade de 2020 no final de julho de 2021, com a divulgação de novos indicadores relacionados aos temas prioritários da Companhia.

Principais Indicadores	(R\$ milhões)					
	2T21	2T20	%	1S21	1S20	%
Receita Operacional Líquida	962,5	518,7	85,6%	1.913,9	1.457,8	31,3%
EBITDA ICVM 527/12	368,6	280,4	31,4%	810,8	715,7	13,3%
EBITDA excluindo poços secos ¹	377,5	279,7	35,0%	824,0	713,9	15,4%
Margem EBITDA ex poços secos	39,2%	53,9%	-14,7 p.p.	43,1%	49,0%	-5,9 p.p.
Resultado Líquido	118,1	85,8	37,7%	321,3	265,5	21,0%
Investimentos	453,2	710,1	-36,2%	860,6	1.235,0	-30,3%
Fluxo de Caixa Operacional	(78,7)	259,0	N/A	550,6	756,4	-27,2%
Dívida Líquida (R\$ Bilhões)	5,8	4,5	29,8%	5,8	4,5	29,8%
Dívida Líquida/EBITDA ult. 12m ²	3,4	2,8	20,2%	3,4	2,8	20,2%

¹ EBITDA calculado conforme orientações da ICVM 527/12 e da Nota Explicativa que a acompanha, ajustado para excluir o impacto de poços secos.

² Calculada considerando o EBITDA acumulado conforme orientações da ICVM 527/12 dos últimos 12 meses.

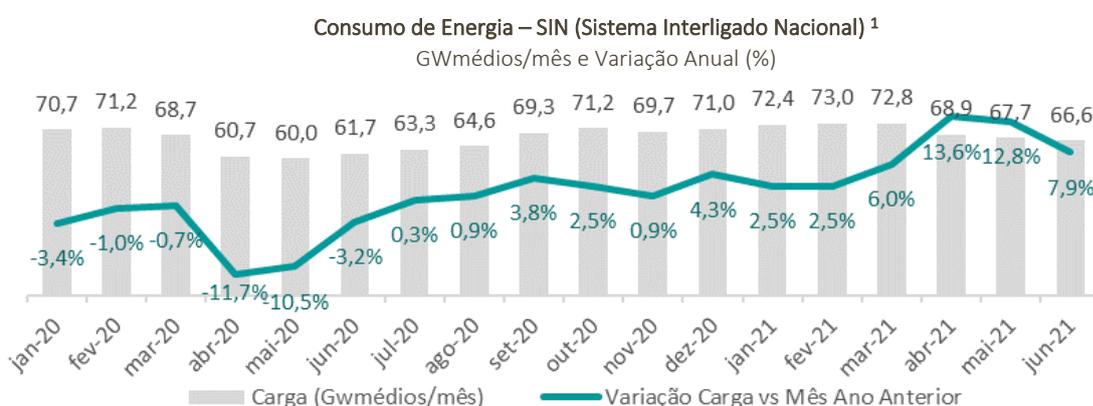
Desempenho Operacional

Dados operacionais		2T21	1T21	4T20	3T20	2T20	1S21	1S20
Itaquí	Disponibilidade (%)	77%	24%	94%	100%	100%	51%	98%
	Despacho (%)	49%	25%	94%	0%	0%	37%	28%
	Geração Líquida (GWh)	308	165	640	0	0	473	367
	Geração Bruta (GWh)	349	187	700	0	0	536	415
	Geração para ACR (%)	98,5%	99,7%	98,7%	-	-	98,9%	99,4%
	Geração para ACL (%)	1,5%	0,3%	1,3%	-	-	1,1%	0,6%
Pecém II	Disponibilidade (%)	100%	99%	96%	100%	100%	99%	99%
	Despacho (%)	42%	54%	84%	0%	0%	48%	25%
	Geração Líquida (GWh)	299	371	582	0	0	670	337
	Geração Bruta (GWh)	335	416	634	0	0	751	379
	Geração para ACR (%)	100,0%	99,9%	98,8%	-	-	100,0%	99,5%
	Geração para ACL (%)	0,0%	0,1%	1,2%	-	-	0,0%	0,5%
Parnaíba I	Disponibilidade (%)	89%	98%	93%	87%	89%	94%	92%
	Despacho (%)	59%	60%	94%	2%	0%	59%	30%
	Geração Líquida (GWh)	807	807	1.254	23	7	1.614	810
	Geração Bruta (GWh)	839	838	1.304	24	7	1.677	838
	Geração para ACR (%)	76,9%	77,0%	75,8%	0,0%	0,0%	76,9%	76,4%
	Geração para ACL (%)	23,1%	23,0%	24,2%	100,0%	100,0%	23,1%	23,6%
Parnaíba II	Disponibilidade (%)	75%	39%	94%	93%	94%	57%	96%
	Despacho (%)	79%	86%	98%	97%	33%	82%	47%
	Geração Líquida (GWh)	653	409	1.005	974	340	1.062	983
	Geração Bruta (GWh)	689	431	1.068	1.033	359	1.120	1.035
	Geração para ACR (%)	100,0%	96,5%	98,7%	99,8%	97,6%	98,7%	93,6%
	Geração para ACL (%)	0,0%	3,5%	1,3%	0,2%	2,4%	1,3%	6,4%
Parnaíba III	Disponibilidade (%)	95%	99%	97%	100%	100%	97%	96%
	Despacho (%)	48%	51%	65%	0%	0%	50%	18%
	Geração Líquida (GWh)	175	186	240	0	0	361	125
	Geração Bruta (GWh)	181	192	248	0	0	373	129
	Geração para ACR (%)	87,5%	81,6%	59,6%	-	0,0%	84,5%	75,2%
	Geração para ACL (%)	12,5%	18,4%	40,4%	-	100,0%	15,5%	24,8%
Parnaíba IV	Disponibilidade (%)	69%	66%	92%	99%	100%	68%	99%
	Despacho (%)	54%	44%	97%	6%	0%	49%	22%
	Geração Líquida (GWh)	55	48	104	7	0	102	48
	Geração Bruta (GWh)	58	50	113	7	0	107	50
	Geração para ACR (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Geração para ACL (%)	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Upstream	Bacia do Parnaíba							
	Despacho UTG (%)	57%	51%	86%	26%	9%	54%	32%
	Produção (Bi m ³)	0,43	0,39	0,66	0,20	0,07	0,82	0,49
	Reservas remanescentes (Bi m ³)	25,2	25,6	26,0	23,4	23,6	25,2	23,6

Geração de Energia

Contexto Setorial: Aumento do despacho termelétrico em função da deterioração do cenário hidrológico, agravamento do nível de armazenagem dos reservatórios e contínuo aumento da demanda

O consumo de energia elétrica no país manteve a trajetória de crescimento na comparação anual com o aquecimento da atividade econômica após a retração decorrente do impacto das medidas adotadas em 2020 para contenção da pandemia de COVID-19. Os consumidores do ambiente de contratação livre, composto em sua maioria por grandes consumidores industriais, impulsionaram o crescimento da demanda, com destaque para os setores têxteis, de veículos, saneamento e comércio, mesmo desconsiderando as migrações de cargas do ambiente regulado para o livre.

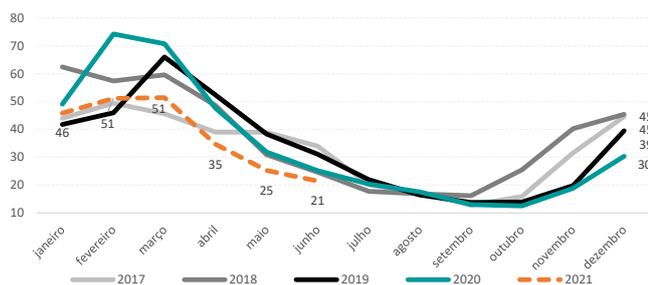


O cenário hidrológico altamente desfavorável desde o 4T20 vem prejudicando a formação da Energia Natural Afluente (ENA) e reduzindo o volume de Energia Armazenada (EARM) dos reservatórios para níveis cada vez mais críticos. Nesse sentido, o primeiro semestre de 2021 foi marcado por volumes de chuvas abaixo da média em um período que costuma ser úmido, prejudicando ainda mais o sistema. A ENA registrou a pior sequência histórica desde 1931 entre setembro de 2020 e junho de 2021. A redução da ENA vem trazendo cada vez mais entraves para o fechamento dos balanços energéticos e elétricos e, mesmo com os valores recorde de geração termelétrica fora da ordem de mérito de 2021, os reservatórios não conseguiram se recuperar plenamente.

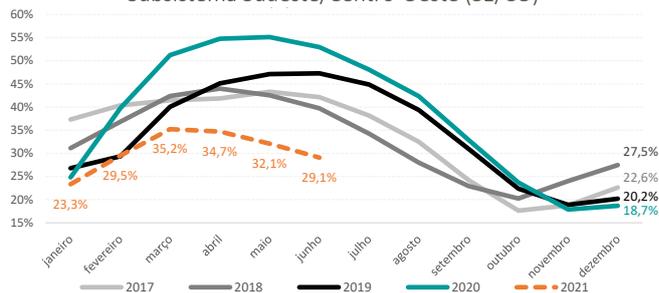
No subsistema Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO), que concentra mais da metade do volume armazenável de água do Brasil, os reservatórios apresentavam volume de energia armazenada de apenas 29% (EARM%) ao final de junho de 2021, o menor patamar observado em um mês de junho desde 2001, ano em que o país atravessou uma crise que afetou o fornecimento e distribuição de energia elétrica e levou a esforços de racionamento de energia até o ano de 2002.

¹ Fonte: Dados disponíveis no site do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga_energia.aspx - Acesso em 13/07/2021.

ENA Bruta Histórica (GWmédios/mês):
Subsistema Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO)²

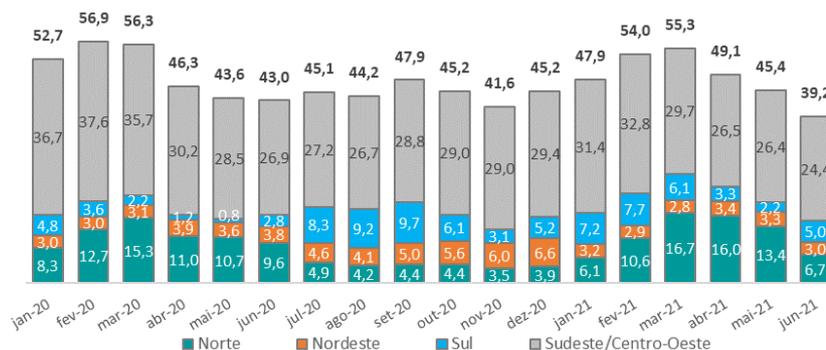


EARM (%) Histórica:
Subsistema Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO)³

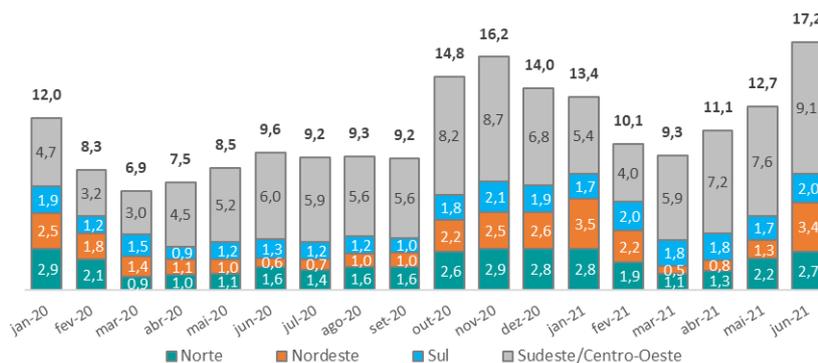


Com o objetivo de preservar o nível dos reservatórios em um cenário de incremento crescente de carga e escassez de chuvas, o ONS restringiu ainda mais a geração por fontes hidrelétricas no 2T21 e as térmicas continuaram sendo altamente despachadas para fechar o balanço elétrico/energético do SIN.

Geração de Energia Hidrelétrica – por Subsistema SIN
(GWmédios/mês)⁴



Geração de Energia Térmica – por Subsistema SIN
(GWmédios/mês)⁵



Como resultado da combinação do alto consumo, condições climatológicas desfavoráveis e reservatórios em níveis extremamente baixos, culminando no maior despacho termelétrico, no 2T21 o PLD atingiu

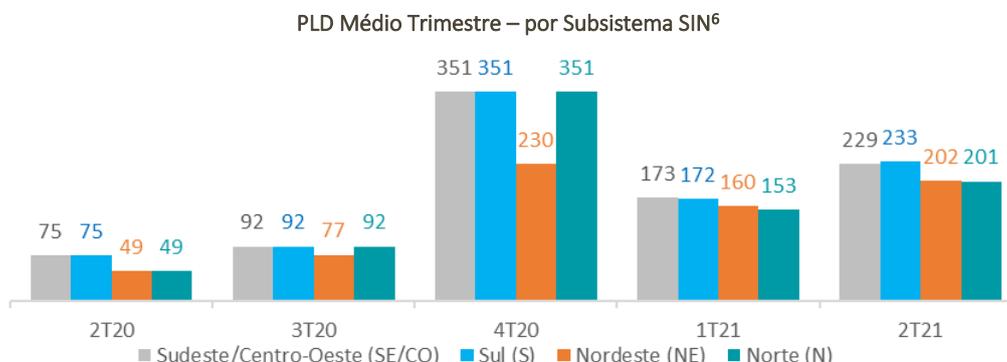
² Fonte: Dados disponíveis no site do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/energia_armazenada.aspx e http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga_energia.aspx - Acesso em 13/07/2021.

³ Fonte: Dados disponíveis no site do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/energia_armazenada.aspx e http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/carga_energia.aspx - Acesso em 13/07/2021.

⁴ Fonte: Dados disponíveis no site do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/geracao_energia.aspx - Acesso em 23/04/2021.

⁵ Fonte: Dados disponíveis no site do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em: http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/geracao_energia.aspx - Acesso em 23/04/2021.

patamares históricos bastante elevados, como também foi observado em anos de verão menos chuvoso como 2017 ou 2018, principalmente nos submercados SE e S. O PLD médio de cada um dos subsistemas durante o 2T21 ficou, em média, em cerca de R\$ 200/MWh, enquanto o PLD médio do 2T20 ficou abaixo dos R\$ 100/MWh.

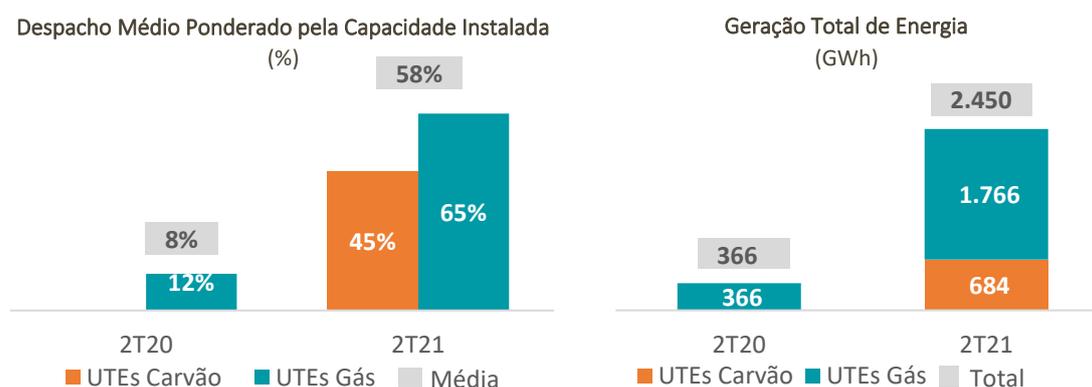


Desempenho Eneva:

- Despacho atípico para um segundo trimestre com todas as usinas na ordem de mérito de despacho

No 2T21, todas as usinas da ENEVA entraram na ordem de mérito de despacho durante algum período para atender à demanda por energia, fato extraordinário para o período. De uma forma geral, o despacho foi mais concentrado no final do mês de maio e durante o mês de junho. Adicionalmente, a partir de junho de 2021, a UTE Parnaíba II iniciou seu período de inflexibilidade contratual.

Em contraste, o 2T20 seguiu a tendência usual para este período, em que tipicamente os volumes de energia armazenada dos reservatórios estão mais elevados, e todas as usinas da ENEVA ficaram fora da ordem de mérito de despacho, com geração apenas da UTE Parnaíba II, por inflexibilidade.



Nas usinas a gás, as UTEs Parnaíba II e Parnaíba IV despacharam durante parte do mês de abril, enquanto em maio todas as usinas foram despachadas por ao menos 15 dias. Já em junho, com a piora do cenário hidrológico, todas as UTEs foram despachadas em todo o período. No entanto, em 19 de junho, Parnaíba II precisou realizar uma manutenção corretiva, encerrada em 17 de julho, quando voltou a operar em total capacidade. Durante alguns dias da parada não programada, a usina gerou em ciclo aberto. Toda a

⁶ Fonte: Dados disponíveis no site da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em https://www.ccee.org.br/portal/faces/preco_horario_veja_tambem/preco_media_semanal?_afLoop=4661618135645&_adf.ctrl-state=ybngahlzc_155#!%40%40%3F_afLoop%3D4661618135645%26_adf.ctrl-state%3Dybngahlzc_159 - Acesso em 13/07/2021.

energia não gerada em função da indisponibilidade da usina deve ser ressarcida à PLD para fazer frente ao despacho.

Nas usinas a carvão, a UTE Pecém II despachou por ordem de mérito a partir de 22 de maio, permanecendo ligada durante todo o restante do trimestre. Já a UTE Itaquí finalizou a manutenção programada *Major Overhaul* no dia 13 de abril. Esta atividade, que estava em andamento desde o final de janeiro, ocorre a cada 35.000 horas de operação e contempla uma revisão abrangente da turbina e do gerador, seguindo as recomendações do fabricante. No mês subsequente, no dia 17 de maio, a usina entrou na ordem de mérito do despacho e permaneceu ligada por todo o período.

- **Altas de preços de combustíveis, taxa de câmbio e reajuste contratual por inflação geram impacto positivo significativo no CVU das usinas**

Os Custos Variáveis Unitários (CVUs)⁷ de todas as usinas da Eneva que operam no mercado regulado (ACR)⁸ são atrelados a indexadores de inflação e/ou de combustíveis e taxas de câmbio, conforme tabela abaixo. Para as usinas que possuem CVU apenas com componente atrelado à inflação, os valores são reajustados anualmente no mês de novembro, considerando a inflação acumulada (IPCA) a cada 12 meses. Quanto às térmicas que também possuem componente de combustível em seus CVUs, além do reajuste anual da parcela do CVU atrelada à inflação, é feita a atualização mensal da parcela indexada ao custo de combustível, a qual acompanha a variação dos indexadores e da taxa de câmbio de cada período.

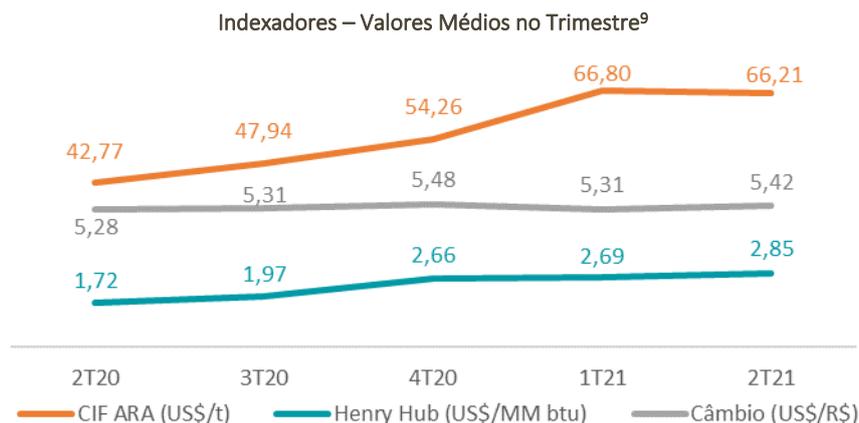
CVU (R\$/MWh)								
Valores médios trimestre	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	Indexadores	Periodicidade Reajuste	
UTE Parnaíba I	111,6	126,8	171,0	168,0	181,5	Henry Hub e Câmbio / IPCA	Combustível: Mensal Inflação: Anual	
UTE Parnaíba II	82,5	82,5	84,4	85,7	85,7	IPCA	Inflação: Anual	
UTE Parnaíba III	223,5	223,5	228,7	232,3	232,3	IPCA	Inflação: Anual	
UTE Parnaíba IV	151,7	151,7	151,7	151,7	151,7	-	-	
UTE Pecém II	147,5	163,1	186,3	216,6	249,3	CIF ARA (API #2) e Câmbio / IPCA	Combustível: Mensal Inflação: Anual	
UTE Itaquí	142,1	157,7	180,3	210,4	243,3	CIF ARA (API #2) e Câmbio / IPCA	Combustível: Mensal Inflação: Anual	

Os CVUs das UTEs Parnaíba II e III, integralmente indexados à inflação, foram reajustados em 3,92% em novembro de 2020 pelo IPCA acumulado em 12 meses até outubro de 2020, como previsto no Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

⁷ O CVU das usinas térmicas é composto por 2 parcelas: Ccomb e Co&m. O Ccomb é a parcela da receita referente ao preço do combustível e é indexado ao preço de combustível, com variação mensal. Já o Co&m é a parcela da receita referente ao custo de operação e manutenção da usina e é atualizado anualmente pelo IPCA. Para entender mais, consulte o Guia de Modelagem disponibilizado pela Eneva: <https://ri.eneva.com.br/informacoes-financeiras-e-operacionais/guia-de-modelagem/>

⁸ O CVU da UTE Parnaíba IV foi fixado pela ANEEL em R\$ 151,69/MWh por meio do despacho N° 3.203 (dezembro/2018).

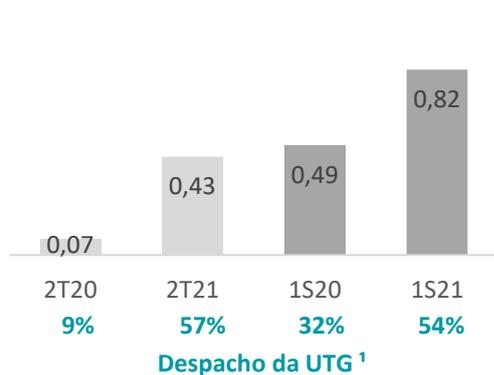
Em relação aos CVUs das UTEs Parnaíba I, Pecém II e Itaqui, além do reajuste anual da parcela indexada à inflação, o principal efeito foi a alta da parcela atrelada aos indexadores de combustível e taxa de câmbio. O aumento de 65,9% no preço internacional da commodity de gás natural *Henry Hub* no 2T21 versus 2T20, aliado à desvalorização cambial do Real de 2,6% no período, elevaram o CVU da UTE Parnaíba I em 62,6% frente ao 2T20. Nas usinas a carvão, além do efeito cambial, a elevação de 54,8% do preço internacional CIF-ARA impulsionou a alta dos CVUs médios das usinas em 69,1% (Pecém II) e 71,2% (Itaqui) no período.



Upstream

Desempenho Eneva: crescimento da produção de gás para atender ao maior volume de geração no Complexo Parnaíba, maiores reservas totais de gás na comparação anual e publicação de nova certificação de reservas e recursos contingentes

Produção de Gás Acumulada (bcm) e Despacho da UTG¹⁰ (%)



Evolução Anual Reservas de Gás (bcm)



A maior geração das usinas a gás no 2T21 comparado ao 2T20 elevou a produção de gás em mais de 6 vezes em relação aos níveis verificados no mesmo período do ano passado. Mesmo em um contexto de maior consumo de gás, a Eneva encerrou o 2T21 com um volume de reservas de gás na Bacia do Parnaíba 6,6% superior ao do 2T20, e com reservas totais, incluindo aquelas do Campo de Azulão, localizado na

⁹ Fonte: Dados disponíveis na Reuters. Médias trimestrais calculadas utilizando preços *Henry Hub* mensais relativos ao terceiro último dia do mês e preços CIF-ARA e taxa de câmbio relativos à média do mês.

¹⁰ UTG - Unidade de Tratamento do Gás.

Bacia do Amazonas, de 31,5 bilhões de m³ (aumento de 15,7% versus o 2T20), como resultado da incorporação de novas reservas em dois momentos ao longo do período.

Em janeiro de 2021 a Companhia publicou a revisão anual do seu volume de reservas por meio do relatório de certificação de reservas elaborado pela Gaffney, Cline & Associates (GCA), referente à data base de 31 de dezembro de 2020. Na ocasião, foram apontados crescimentos de 3,3 bilhões de m³ nas reservas 2P dos campos da Bacia do Parnaíba e de 2,2 bilhões de m³ nas reservas 2P do Campo de Azulão.

De forma extraordinária, em agosto de 2021 a Eneva divulgou um novo relatório de certificação de reservas e recursos contingentes, referente a 30 de junho de 2021, também elaborado pela GCA. Neste novo relatório, foram avaliadas exclusivamente as reservas do Campo de Azulão e os recursos contingentes de determinados campos e áreas localizados na Bacia do Amazonas e Bacia do Solimões adquiridos no 2º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente (OP) da ANP. A opção por fazer uma nova certificação incluindo esses novos ativos levou em consideração a ampliação planejada da capacidade de geração térmica a gás natural no Brasil, e a aceitação de recursos contingentes de gás para fins de comprovação de combustível no processo de habilitação de novos projetos em leilões de energia. Como resultado da nova avaliação realizada pela GCA, foram divulgados os seguintes volumes:

- Campo de Azulão: incremento de reservas certificadas (2P) de gás totais do campo em 0,5 bilhões de m³, após a incorporação das informações do bloco AM-T-85, adquirido no 2º Ciclo da OP, que apontaram o aumento dos volumes originais de gás dentro da área do campo;
- Blocos AM-T-84 e AM-T-85 (Bacia do Amazonas): recursos contingentes totais de gás de 5,84 bilhões de m³ e de óleo de 4,23 milhões de barris, ambos P50. A certificação de recursos foi apoiada na possibilidade de extensão dos volumes de gás de Azulão para o bloco adjacente (AM-T-85) e na incorporação de volumes de gás e óleo do poço 1-BRSA-1293-AM, no Bloco AM-T-84;
- Área de Juruá (Bacia do Solimões): recursos contingentes de 20,85 bilhões de m³ de gás (P50), calculada com base em simulações de reservatórios para obtenção dos fatores de recuperação e dos perfis de produção.

No 2T21, não houve campanha de aquisição sísmica.

Aspectos Regulatórios: Atualização de Exploração & Desenvolvimento no Período

▪ Assinatura dos contratos de concessão dos ativos arrematados no 2º Ciclo da OP da ANP

Em 28 de junho foi concluída a assinatura e a transferência dos contratos de concessão dos ativos arrematados no âmbito do 2º Ciclo Licitatório da OP da ANP, realizado em dezembro 2020. Estes ativos incluem três blocos exploratórios terrestres na Bacia do Amazonas, a área de Juruá na Bacia do Solimões e 70% da participação em quatro blocos terrestres na Bacia do Paraná, como operadora, em consórcio com a Enauta Energia S.A.

A Eneva possui ainda um PAD vigente - Fazenda Tianguar, localizado no Bloco PN-T-48, com vencimento em março de 2022. No final de junho, a Companhia assumiu compromisso contingente do Plano, dando continuidade ao PAD.

Em adesão à Resolução ANP nº 815/2020, que facultou a extensão dos contratos de concessão em virtude do advento da pandemia de COVID-19, a Eneva – que já havia estendido o período contratual de cinco blocos da Rodada 13 em 2020 – auferiu em 5 de julho a extensão dos blocos PN-T-117, PN-T-118, PN-T-133 e PN-T-134, todos da Rodada 14. Seguem em análise os blocos PN-T-119 (Rodada 14), PN-T-47, PN-T-48A, PN-T-66, PN-T-67A, PN-T-68 e PN-T-102A (1º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente).

A Companhia está trabalhando na preparação do Plano de Desenvolvimento (PD) para o Campo de Gavião Belo, cuja declaração de comercialidade ocorreu em fevereiro de 2021. O PD deverá ser apresentado à ANP até 25 de agosto de 2021.

Desempenho Financeiro

Consolidado

DRE Consolidado	(R\$ milhões)					
	2T21	2T20	%	1S21	1S20	%
Receita Operacional Líquida	962,5	518,7	85,6%	1.913,9	1.457,8	31,3%
Custos Operacionais	(577,6)	(244,9)	135,9%	(1.157,8)	(767,9)	50,8%
Depreciação e amortização	(124,8)	(84,7)	47,4%	(257,6)	(198,5)	29,8%
Despesas Operacionais	(163,3)	(109,0)	49,8%	(262,5)	(195,2)	34,5%
Poços secos	(9,0)	0,7	N/A	(13,1)	1,8	N/A
Depreciação e amortização	(15,3)	(16,3)	-5,7%	(30,7)	(31,3)	-1,9%
Outras receitas/despesas	7,0	15,6	-55,2%	29,1	(1,6)	N/A
Equivalência Patrimonial	(0,2)	(0,8)	-78,7%	(0,1)	(7,2)	-98,2%
EBITDA ICVM 527/12	368,6	280,4	31,4%	810,8	715,7	13,3%
EBITDA excluindo poços secos ¹	377,5	279,7	35,0%	824,0	713,9	15,4%
Resultado Financeiro Líquido	(49,8)	(64,8)	-23,1%	(90,8)	(129,3)	-29,8%
EBT	178,6	114,7	55,7%	431,7	356,5	21,1%
Impostos Correntes	(35,9)	(8,1)	342,1%	(43,7)	(23,7)	84,3%
Impostos Diferidos	(24,4)	(21,1)	15,5%	(66,7)	(67,7)	-1,5%
Participações Minoritárias	0,2	(0,3)	N/A	0,0	(0,5)	N/A
Resultado Líquido Eneva	118,1	85,8	37,7%	321,3	265,5	21,0%

¹ EBITDA calculado conforme orientações da ICVM 527/12 e da Nota Explicativa que a acompanha, ajustado para excluir o impacto de poços secos.

A partir do primeiro trimestre de 2020, a Companhia passou a apresentar o EBITDA conforme orientações da Instrução CVM nº 527/12 (ICVM 527/12). EBITDA e EBITDA ajustado (excluindo poços secos) passaram a incorporar a rubrica “Outras Receitas/Despesas”, anteriormente apresentada após a linha de EBITDA. No 3T20, a fórmula de cálculo do EBITDA foi atualizada para incorporar a linha de “Equivalência Patrimonial”, que também era apresentada após a linha de EBITDA. Para fins de comparação, os valores históricos desses indicadores foram atualizados de acordo com a ICVM 527/12.

No 2T21, o EBITDA Consolidado ajustado (de forma a excluir as despesas com poços secos) totalizou R\$ 377,5 milhões, um aumento de 35% em relação ao 2T20. O segmento de *Upstream* foi o principal responsável por este crescimento, apresentando um incremento de EBITDA ajustado no valor de R\$ 141,2 milhões no período de comparação. Isso se deveu ao aumento da margem variável do segmento no período, em função do maior despacho das usinas a gás no 2T21 (65%) comparado ao 2T20 (12%), que elevou as receitas variáveis de venda de gás sem praticamente alterar sua estrutura de custos.

Os resultados dos segmentos de geração de energia a gás e a carvão também apresentaram crescimento de EBITDA no 2T21 versus 2T20. No trimestre, as usinas geraram com margens variáveis positivas em função da elevação do CVU e do PLD em relação ao 2T20. A exceção foi a UTE Parnaíba II, que precisou realizar uma manutenção corretiva e ficou parada de 19 de junho até 17 de julho, quando voltou a operar em total capacidade. Durante o período de indisponibilidade, a usina continuou sendo ressarcida à CVU,

mas incorreu em custos relativos ao ressarcimento de lastro precificados a PLD, o que causou um impacto negativo no EBITDA de R\$ 46,3 milhões.

O maior impacto do aumento do PLD se deu no segmento de geração a gás, em função da revisão da garantia física das termelétricas Parnaíba I e Parnaíba III (de 129,9 MW médios e 30,4 MW médios, respectivamente), vigente desde janeiro de 2020. A garantia física adicional implica na redução do percentual de comprometimento de entrega da energia no Ambiente de Contratação regulado (ACR), resultando em energia excedente disponível para comercialização nos mercados regulado ou livre, sem custo adicional de geração. Como ambas as usinas tiveram despacho elevado no 2T21, o EBITDA do segmento foi positivamente impactado por este aumento de garantia física.

Em contrapartida, o EBITDA foi negativamente impactado pelas despesas incorridas em função da maturação no trimestre dos Incentivos de Longo Prazo baseados em ações (“ILP”), concedidos pela Companhia como uma forma de remuneração variável. Os ILPs visam garantir o alinhamento de interesses dos Administradores aos dos acionistas, ao incentivar seus profissionais-chave a conduzir e executar com êxito os negócios. No 2T21, as despesas da *Holding* foram negativamente impactadas em R\$ 65,5 milhões, dos quais R\$ 54,2 milhões foram desembolsos de caixa referentes a pagamentos de impostos devido ao exercício dos ILPs que venceram no 2T21 e os demais R\$ 11,3 milhões se referem às apropriações dos ILPs ainda vigentes e não maturados.

Do montante de R\$ 54,2 milhões desembolsados do caixa, R\$ 44,5 milhões são referentes aos encargos trabalhistas pagos aos beneficiários do Plano de *Restricted Units* (“RU”), outorgado em 2018, e o restante, R\$ 9,7 milhões, são referentes ao Programa de *Stock Options* (“SOP”), outorgado em maio de 2017. A tabela abaixo apresenta detalhes desses ILPs:

	Data da Outorga	Data de Maturidade	Nº de Ações	Strike Price (SOP) / Preço de concessão (RU)	Preço Médio de Liquidação	Variação preço da ação ¹
RU	01/04/2018	01/04/2021	4.080.980	R\$ 3,16	R\$ 17,04	439%
SOP	10/05/2017	10/05/2021	784.115	R\$ 4,98	R\$ 16,22	226%

¹Variação percentual entre o Preço Médio de Liquidação ENEV3 de acordo com a regra estabelecida em cada ILP e o Strike Price (ou Preço de Concessão, no caso de RU).

Nota-se, portanto, que a despesa incorrida com os ILPs maturados durante o trimestre se deve basicamente à boa performance das ações da Eneva (ENEV3) entre os respectivos períodos de outorga e de maturidade dos ILPs.

O resultado financeiro apresentou melhoria no 2T21, devido, principalmente, às despesas com encargos de dívidas e juros sobre debêntures, decorrente basicamente da capitalização dos encargos relacionados aos financiamentos dos projetos ainda não operacionais (Parnaíba V e Azulão-Jaguatirica).

Como resultado, o lucro líquido da Companhia registrou crescimento de 37,7% no 2T21 em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 118,1 milhões no 2T21.

Fluxo de Caixa Consolidado

Fluxo de Caixa Livre	(R\$ milhões)					
	2T21	2T20	Var. Abs.	1S21	1S20	Var. Abs.
EBITDA excluindo poços secos ¹	377,5	279,7	97,9	824,0	713,9	110,1
(+) Var. Capital de Giro	(476,6)	(30,4)	(446,2)	(215,8)	78,9	(294,7)
(+) Imposto de renda	(10,8)	(10,9)	0,0	(30,4)	(30,8)	0,3
(+) Var. Outros ativos e passivos	31,2	20,6	10,6	(27,1)	(5,6)	(21,5)
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais	(78,7)	259,0	(337,7)	550,6	756,4	(205,8)
Fluxo de Caixa de Atividades de Investimento	(138,8)	(595,2)	456,5	(581,5)	(1.121,2)	539,7
Fluxo de Caixa de Atividades de Financiamento	(92,5)	1.095,8	(1.188,3)	(111,4)	946,3	(1.057,8)
Captações e Outros	76,5	1.370,7	(1.294,2)	236,7	1.370,7	(1.134,0)
Amortização de Principal	(53,7)	(125,5)	71,8	(57,5)	(165,7)	108,2
Amortização de Juros	(128,5)	(122,0)	(6,5)	(173,8)	(149,0)	(24,9)
Outros	13,2	(27,4)	40,6	(116,8)	(109,7)	(7,1)
Posição de Caixa Total²	1.753,9	2.369,7	(615,8)	1.753,9	2.369,7	(615,8)
Posição de Caixa Total + Depósitos Vinculados²	1.843,3	2.535,7	(692,4)	1.843,3	2.535,7	(692,4)

1 - Calculado considerando o EBITDA acumulado conforme orientações da ICVM 527/12, excluindo o impacto de poços secos.

2 - Inclui caixa e equivalentes de caixa.

No 2T21, a Companhia registrou fluxo de caixa operacional (FCO) negativo de R\$ 78,7 milhões, impactado, principalmente, pela maior necessidade de capital de giro resultante dos seguintes efeitos:

- i) aumento do saldo de contas a receber comparado a março de 2021 com impacto negativo de R\$ 210,6 milhões no FCO, decorrente, principalmente, do maior despacho aliado ao crescimento da receita variável unitária devido à elevação dos indexadores dos CVUs; e
- ii) redução do saldo de contas a pagar frente a março de 2021, com impacto negativo de R\$ 280,0 milhões no FCO, dado o maior volume de pagamentos relativos às obras das UTEs Jaguatirica II e Parnaíba V e a fornecedores de carvão, na usina de Itaqui.

O fluxo de caixa de atividades de investimento (FCI) totalizou um resultado negativo de R\$ 138,8 milhões no 2T21, explicado basicamente pelos desembolsos relativos ao desenvolvimento do Campo de Azulão e à construção da UTE Jaguatirica II (R\$ 105 milhões) e aos desembolsos referentes à construção da UTE Parnaíba V (R\$ 76 milhões). Esses desembolsos foram parcialmente compensados pelo impacto de ajustes de valores contabilizados em períodos passados.

No 2T21, o fluxo de caixa de atividades de financiamento (FCF) foi negativo em R\$ 90,7 milhões, principalmente impactado por: (i) amortizações de juros seguindo o cronograma previsto, em um montante total de R\$ 126,8 milhões, referentes aos financiamentos da FINEP, do Banco da Amazônia S.A. (BASA) e às debêntures captadas em Parnaíba I, Parnaíba II e na Eneva S.A.; e (ii) amortizações de principal relacionadas às debêntures de Parnaíba I, no valor de R\$ 49,8 milhões, e aos financiamentos da FINEP, no valor de R\$ 3,9 milhões.

Em contrapartida, o FCF foi positivamente impactado pela captação realizada em maio de 2021, no valor de R\$ 76,5 milhões, referente ao quinto desembolso realizado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) para a construção da UTE Parnaíba V.

A ENEVA encerrou o 2T21 com saldo de caixa livre consolidado de R\$ 1.753,9 milhões, sem contemplar o saldo em depósitos vinculados aos contratos de financiamento da Companhia, no montante de R\$ 89,3 milhões.

Desempenho Econômico-Financeiro por Segmento

Complexo Parnaíba

Geração Térmica a Gás Natural

Este segmento é composto pelas controladas Parnaíba II Geração de Energia S.A. (que detém as UTEs Parnaíba II, Parnaíba III e Parnaíba IV), Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. – PGC (que detém a UTE Parnaíba I, além de ser a SPE responsável pelo desenvolvimento da UTE Parnaíba V) e Azulão Geração de Energia S.A. (SPE responsável pela implantação do projeto integrado Azulão-Jaguatirica, exceto o desenvolvimento do Campo de Azulão).

DRE - Geração a Gás	(R\$ milhões)					
	2T21	2T20	%	1S21	1S20	%
Receita Operacional Bruta	615,3	318,7	93,1%	1.241,9	937,6	32,5%
Receita Fixa	333,3	318,5	4,7%	669,0	637,0	5,0%
Receita Variável	282,0	0,2	174931,3%	572,9	300,6	90,6%
CCEAR ¹	193,4	0,7	29444,4%	395,7	121,7	225,2%
Mercado de curto prazo	88,6	(0,5)	N/A	177,3	179,0	-1,0%
Lastro (FID)	0,0	-	N/A	-	85,8	N/A
Hedge Ressarcimento	-	-	N/A	-	-	N/A
Outros	88,6	(0,5)	N/A	177,3	93,2	90,2%
Deduções sobre a Receita Bruta	(62,5)	(32,2)	94,1%	(126,2)	(93,6)	34,7%
Indisponibilidade (Ressarcimento)	(0,1)	0,0	N/A	(0,1)	1,5	N/A
Receita Operacional Líquida	552,8	286,5	93,0%	1.115,8	844,0	32,2%
Custos Operacionais	(440,3)	(173,2)	154,2%	(865,8)	(544,7)	58,9%
Custo Fixo	(123,2)	(106,0)	16,1%	(235,5)	(215,1)	9,5%
Transmissão e encargos regulatórios	(21,4)	(20,7)	3,6%	(42,8)	(41,5)	3,3%
O&M	(32,4)	(19,2)	68,9%	(57,2)	(41,3)	38,8%
Arrendamento fixo UTG	(69,4)	(66,2)	4,8%	(135,4)	(132,4)	2,3%
Custo Variável	(274,5)	(38,3)	616,5%	(545,1)	(272,0)	100,4%
Gás Natural	(144,9)	(20,5)	607,5%	(272,6)	(150,4)	81,3%
Gasmar	(10,8)	(1,6)	557,1%	(19,9)	(10,8)	83,7%
Arrendamento variável UTG	(47,4)	(11,7)	306,9%	(103,1)	(24,5)	321,3%
Lastro (FID)	-	-	N/A	(19,3)	(79,1)	-75,6%
Hedge Ressarcimento	-	-	N/A	-	-	N/A
Trading	-	-	N/A	-	-	N/A
Outros	(71,5)	(4,5)	1471,6%	(130,2)	(7,2)	1699,1%
Depreciação e amortização	(42,6)	(28,8)	47,9%	(85,3)	(57,7)	47,9%
Despesas Operacionais	(11,9)	(7,7)	53,5%	(25,1)	(13,3)	88,7%
SG&A	(9,3)	(7,6)	22,4%	(20,1)	(13,2)	52,5%
Depreciação e amortização	(2,5)	(0,1)	2120,9%	(5,1)	(0,2)	2992,4%
Outras receitas/despesas	0,4	(1,8)	N/A	3,6	(18,8)	N/A
Equivalência Patrimonial	-	-	N/A	-	-	N/A
EBITDA ICVM 527/12	146,2	132,7	10,2%	318,8	325,0	-1,9%
% Margem EBITDA	26,4%	46,3%	-19,9 p.p.	28,6%	38,5%	-9,9 p.p.

No 2T21, a receita operacional líquida do segmento cresceu 93,0% em relação ao 2T20, em função, principalmente, da maior geração de energia no trimestre devido à elevação do despacho das usinas a gás, que atingiu 65% no 2T21 vs. 12% no 2T20.

O maior despacho impactou positivamente tanto a receita variável bruta contratual das três usinas com contratos no ACR, gerando um aumento de R\$ 192,7 milhões em relação ao 2T20, como também a receita variável bruta do mercado de curto prazo, que cresceu R\$ 89,1 milhões na comparação dos períodos. A UTE Parnaíba I foi a principal responsável por esses aumentos, pois: (i) a elevação do despacho da usina (59% no 2T21 vs. 0% no 2T20) esteve associada à maior cotação do dólar e do *Henry Hub* no período, com efeito positivo sobre seu CVU (R\$ 182/MWh no 2T21 vs. R\$ 112/MWh no 2T20), gerando um incremento de receita variável bruta contratual de R\$ 114,5 milhões; e (ii) a usina possui uma parcela de energia não comprometida no ACR, devido à revisão de sua garantia física em 129,9 MW médios (vigente desde janeiro de 2020), e com isso, pôde se beneficiar do aumento do PLD médio no submercado Norte no período (R\$ 201/MWh no 2T21 vs R\$ 49/MWh no 2T20). Esses fatores impactaram a receita variável bruta do mercado de curto da usina em R\$ 58,5 milhões.

Na UTE Parnaíba II, a maior sinalização de despacho por ordem de mérito de custo (79% no 2T21 vs. 33% no 2T20) impactou a receita variável bruta contratual em R\$ 43,0 milhões no 2T21, que se refere às receitas apenas de abril e maio, dado que em junho ela passou a cumprir seu período de inflexibilidade. No entanto, ao longo do trimestre, a usina sofreu paralisações para manutenções corretivas e gerou abaixo do compromisso contratual. Com isso, a usina recebeu CVU (em meses fora do período de inflexibilidade) pela energia despachada, mas precisou ressarcir ao sistema pela energia não gerada, que é valorada a PLD. O impacto dessa operação no EBITDA foi de -R\$ 46,3 milhões.

Geração Líquida (GWh)	2T21	2T20
Parnaíba I	807	7
Parnaíba II	653	340
Parnaíba III	175	0
Parnaíba IV	55	7
TOTAL	1.690	347

Os custos fixos do segmento apresentaram crescimento de 16,1% (ou R\$ 17,1 milhões) no 2T21 comparado ao 2T20. A UTE Parnaíba I apresentou um aumento dos custos fixos de O&M em R\$ 9,5 milhões devido, principalmente, aos custos incorridos com o ILP que maturou no 2T21, no valor de R\$ 4,4 milhões e a um estorno de R\$ 4,9 milhões de ICMS no 2T20, devido à apuração do tributo sobre a efetiva transferência da subestação pela UTE Parnaíba I à Eletronorte. Esses efeitos acabaram impactando a margem fixa da usina. A UTE Parnaíba II, por sua vez, registrou um crescimento de R\$ 4,4 milhões nos custos fixos de O&M, devido, basicamente, à manutenção e compra de materiais associados à parada não programada da usina, sem impactar, no entanto, sua margem fixa.

Os custos variáveis do segmento apresentaram crescimento de R\$ 236,2 milhões no 2T21 em relação ao 2T20, em função, principalmente: (i) do aumento dos custos com combustível, para fazer frente ao maior despacho; (ii) da compra de energia realizada pela UTE Parnaíba II para ressarcir ao sistema pela energia não gerada pela usina, no montante de R\$ 63,1 milhões; e (iii) do crescimento dos custos de arrendamento variável principalmente em Parnaíba I, em função do aumento do CVU no 2T21 comparado ao 2T20. Como o arrendamento variável é pago pelas usinas ao segmento de *Upstream*, esse efeito é eliminado no resultado do Complexo Parnaíba e do Consolidado.

No 2T21, o EBITDA do segmento de geração a gás apresentou crescimento de 10,2% em relação ao 2T20, totalizando R\$ 146,2 milhões. Esse aumento ocorreu devido à elevação significativa de despacho combinada com o aumento do CVU e do PLD, que resultou em margens variáveis positivas nas usinas Parnaíba I, Parnaíba III e Parnaíba IV. No 2T20, em contraste, essas usinas permaneceram desligadas e, portanto, não tiveram margens.

Upstream (E&P)

Este segmento é composto pela Eneva S.A. e Parnaíba B.V.. Cabe ressaltar que a antiga controlada Parnaíba Gás Natural S.A. (PGN) foi incorporada à Eneva S.A. no final de 2018. Os resultados *Upstream* são apresentados separadamente, no intuito de facilitar a análise de desempenho do segmento.

DRE - <i>Upstream</i>	(R\$ milhões)					
	2T21	2T20	%	1S21	1S20	%
Receita Operacional Bruta	289,8	112,9	156,7%	566,3	346,9	63,2%
Receita Fixa	72,9	76,4	-4,6%	145,9	152,5	-4,3%
Receita Variável	216,9	36,5	494,3%	420,4	194,4	116,2%
Contrato de venda de gás	159,6	23,6	577,7%	300,3	165,8	81,2%
Contrato de arrendamento	55,7	12,8	334,0%	117,0	27,0	333,5%
Venda de condensado	1,6	0,1	1412,6%	3,1	1,6	96,2%
Deduções sobre a Receita Bruta	(34,1)	(11,0)	209,0%	(78,5)	(39,1)	100,9%
Receita Operacional Líquida	255,8	101,9	151,0%	487,8	307,8	58,5%
Custos Operacionais	(83,9)	(27,5)	204,5%	(177,5)	(99,4)	78,7%
Custo Fixo	(18,4)	(10,8)	69,3%	(35,7)	(27,1)	31,7%
Custos O&M (OPEX)	(18,4)	(10,8)	69,3%	(35,7)	(27,1)	31,7%
Custo Variável	(32,4)	(4,3)	653,3%	(67,7)	(19,6)	244,8%
Participações Governamentais	(30,8)	(3,1)	908,5%	(64,7)	(16,8)	283,8%
Custo do gás vendido/compressores	(1,6)	(1,2)	25,4%	(3,0)	(2,8)	9,4%
Depreciação e Amortização	(33,1)	(12,4)	167,1%	(74,1)	(52,6)	40,9%
Despesas Operacionais	(34,6)	(35,8)	-3,2%	(53,2)	(73,1)	-27,2%
Despesas com Exploração_Geologia e Geofísica (G&G)	(18,3)	(25,2)	-27,2%	(28,2)	(51,6)	-45,3%
Poços Secos	(9,0)	0,5	N/A	(13,1)	0,6	N/A
SG&A	(13,8)	(4,5)	205,4%	(19,9)	(10,4)	91,0%
Depreciação e Amortização	(2,5)	(6,1)	-59,0%	(5,1)	(11,1)	-54,3%
Outras receitas/despesas	(0,1)	(1,1)	-91,3%	(0,5)	(1,5)	-65,2%
Equivalência Patrimonial	-	-	N/A	-	-	N/A
EBITDA ICVM 527/12	172,8	55,9	208,8%	335,8	197,6	69,9%
EBITDA excluindo poços secos ¹	181,8	55,5	227,6%	348,9	197,0	77,1%
% Margem EBITDA excluindo poços secos	71,1%	54,4%	16,6 p.p.	71,5%	64,0%	7,5 p.p.

¹ EBITDA calculado conforme orientações da ICVM 527/12 e da Nota Explicativa que a acompanha, ajustado para excluir o impacto de poços secos.

No 2T21, a receita operacional líquida do segmento apresentou crescimento de 151,0% em relação ao 2T20, em função, basicamente: (i) do aumento da receita de venda de gás, proveniente do maior despacho da UTG no período (57% no 2T21 vs. 9% no 2T20); e (ii) do aumento da receita de arrendamento variável recebida das térmicas a gás, devido principalmente ao maior CVU médio da UTE Parnaíba I no 2T21 (R\$ 182/MWh) comparado ao mesmo período do ano anterior (R\$ 112/MWh).

Os custos fixos registraram crescimento de 69,3% no trimestre comparado ao 2T20, em função, principalmente, dos maiores custos com pessoal, em virtude da expansão das operações de *Upstream* da Companhia. Já os custos variáveis do segmento cresceram R\$ 30,8 milhões no período de comparação, concentrados nos custos de Participações Governamentais, devido à maior produção de gás e ao maior preço de referência do gás estipulado pela ANP que começaram a vigorar a partir de fevereiro de 2021.

As despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, cresceram R\$ 2,4 milhões no 2T21 vs. 2T20, impactadas basicamente: (i) pelo aumento das despesas com encargos trabalhistas referentes ao exercício do ILP maturado no 2T21, alocados no SG&A, no valor de R\$ 8,1 milhões; e (ii) pela contabilização de R\$ 9,0 milhões em despesas com poços secos (referente ao poço 1-ENV-18-MA). Esses efeitos foram parcialmente compensados por menores despesas de exploração (excluindo poços secos), devido à não realização de campanha sísmica no 2T21.

Mesmo considerando o aumento dos custos e do SG&A, a elevação do despacho das térmicas a gás impactou significativamente a receita variável do *Upstream*, ampliando a margem variável do segmento. Como resultado, o EBITDA ajustado (excluindo poços secos) do segmento apresentou crescimento de 208,8% no 2T21 comparado ao 2T20.

Outros Ativos de Geração

Geração Térmica a Carvão

Este segmento é composto pelas controladas Itaqui Geração de Energia S.A e Pecém II Geração de Energia S.A.

DRE - Geração a Carvão	(R\$ milhões)			(R\$ milhões)		
	2T21	2T20	%	1S21	1S20	%
Receita Operacional Bruta	378,9	213,3	77,6%	722,1	615,3	17,4%
Receita Fixa	217,2	209,0	3,9%	434,4	418,0	3,9%
Receita Variável	161,7	4,3	3638,8%	287,7	197,3	45,8%
CCEAR ¹	160,1	0,9	18405,9%	279,5	105,9	164,0%
Mercado de curto prazo	1,6	3,5	-53,4%	8,2	91,4	-91,0%
Lastro (FID)	1,3	-	N/A	1,3	74,2	-98,2%
Hedge Ressarcimento	-	3,2	N/A	9,4	14,7	-36,0%
Outros	0,3	0,2	46,4%	(2,5)	2,6	N/A
Deduções sobre a Receita Bruta	(39,9)	(22,0)	81,0%	(76,2)	(67,5)	12,9%
Indisponibilidade (Ressarcimento)	(0,8)	0,1	N/A	(1,2)	(3,6)	-67,9%
Receita Operacional Líquida	339,0	191,3	77,2%	645,9	547,8	17,9%
Custos Operacionais	(240,5)	(107,6)	123,6%	(453,3)	(369,9)	22,5%
Custo Fixo	(62,6)	(55,0)	13,8%	(123,7)	(107,7)	14,9%
Transmissão e encargos regulatórios	(14,1)	(13,7)	2,3%	(28,2)	(27,4)	3,0%
O&M	(48,6)	(41,3)	17,7%	(95,5)	(80,3)	19,0%
Custo Variável	(128,9)	(5,6)	2190,3%	(231,4)	(168,5)	37,3%
Combustível	(121,3)	0,0	N/A	(209,8)	(80,0)	162,1%
Lastro (FID)	(1,3)	-	N/A	(1,3)	(67,3)	-98,1%
Hedge Ressarcimento	-	(3,4)	N/A	(8,8)	(10,6)	-16,9%
Outros	(6,3)	(2,3)	170,1%	(11,4)	(10,7)	7,4%
Depreciação e Amortização	(49,0)	(46,9)	4,4%	(98,2)	(93,7)	4,9%
Despesas Operacionais	(5,9)	(5,6)	6,0%	(12,3)	(10,9)	12,4%
SG&A	(5,6)	(5,4)	3,2%	(11,6)	(10,6)	9,5%
Depreciação e Amortização	(0,3)	(0,2)	86,5%	(0,7)	(0,3)	100,0%
Outras receitas/despesas	(0,9)	1,0	N/A	9,5	0,9	996,7%
Equivalência Patrimonial	-	-	N/A	-	-	N/A
EBITDA ICVM 527/12	140,9	126,2	11,7%	288,8	261,9	10,3%
% Margem EBITDA	41,6%	66,0%	-24,4 p.p.	44,7%	47,8%	-3,1 p.p.

¹ CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

No 2T21, a receita operacional líquida apresentou crescimento de 77,2% em relação ao 2T20, devido ao maior despacho das usinas no 2T21 (49% em Itaqui e 42% em Pecém II) comparado ao 2T20, período em que ambas ficaram desligadas, combinado ao aumento do CVU médio no período, em função da elevação de preço da *commodity* CIF-ARA e da taxa de câmbio.

	2T21	2T20
Preço do carvão (US\$/ton)	76,0	42,8
CVU médio Itaqui (R\$/MWh)	243,3	142,1
CVU médio Pecém II (R\$/MWh)	249,4	147,5

Em relação aos custos fixos, no 2T21, houve crescimento de 13,8% em relação ao 2T20, devido principalmente aos encargos trabalhistas incorridos com o exercício do ILP que maturou no 2T21, totalizando R\$ 3,9 milhões no trimestre. Desse montante, Pecém II concentrou R\$ 3,3 milhões, o que impactou negativamente a margem fixa desta usina.

Os custos variáveis apresentaram crescimento de R\$ 123,3 milhões no 2T21 em relação ao 2T20, em função dos maiores custos com a compra de carvão, devido à maior geração de energia no período vs. 2T20.

O EBITDA do segmento apresentou crescimento de 11,7% no 2T21 comparado ao 2T20, impulsionado, principalmente, pelo aumento da margem variável nas usinas no período (R\$ 16/MWh em Itaqui e R\$ 38/MWh em Pecém II). O resultado positivo foi devido ao efeito do descasamento entre a receita variável contratual (CVU) mais elevada recebida com a venda do carvão no trimestre comparada ao custo médio do estoque do carvão adquirido em períodos anteriores. Como os CVUs de ambas as usinas a carvão são atrelados ao CIF-ARA e à taxa de câmbio do mês anterior ao mês de competência da geração, e a variação destes indexadores elevou o CVU no 2T21, a energia vendida no trimestre foi remunerada a um valor superior ao contabilizado no custo médio do estoque de carvão.

Comercializadora

Este segmento é composto pela controlada indireta ENEVA Comercializadora de Energia Ltda que tem como principais atividades a compra e venda da energia de terceiros, operações de *hedge* contra os efeitos de variações de preço de energia para as usinas do grupo e a atividade de comercialização de soluções em gás e energia para clientes finais.

DRE - Comercializadora	(R\$ milhões)					
	2T21	2T20	%	1S21	1S20	%
Receita Operacional Líquida	67,1	45,4	47,8%	178,6	240,7	-25,8%
Custos Operacionais	(64,7)	(42,7)	51,4%	(174,8)	(234,7)	-25,5%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(64,6)	(42,6)	51,5%	(174,7)	(234,5)	-25,5%
Outros	(0,1)	(0,1)	-23,0%	(0,1)	(0,2)	-39,6%
Despesas Operacionais	(1,7)	(1,4)	23,0%	(4,6)	(2,8)	64,0%
SG&A	(1,7)	(1,3)	23,2%	(4,6)	(2,8)	64,5%
Depreciação e Amortização	(0,0)	(0,0)	0,0%	(0,0)	(0,0)	0,0%
Outras receitas/despesas	(0,0)	(0,0)	800,0%	(0,0)	(0,0)	7,1%
Equivalência Patrimonial	-	-	N/A	-	-	N/A
EBITDA ICVM 527/12	0,8	1,4	-41,7%	(0,8)	3,2	N/A
% Margem EBITDA	1,2%	3,0%	-1,8 p.p.	-0,4%	1,3%	-1,8 p.p.

No 2T21, a **receita operacional líquida** do segmento de comercialização totalizou R\$ 67,1 milhões, aumento de R\$ 21,7 milhões frente ao registrado no 2T20, principalmente em função do maior volume de energia comercializada, que atingiu 881 GWh no 2T21 comparado a 565 GWh no 2T20. No entanto, os custos operacionais seguiram praticamente a mesma tendência de crescimento da receita, em virtude da realização de preços acima do patamares previstos para o período. Esses preços elevados foram reflexo da deterioração do cenário hidrológico no Sudeste e Sul, levando a novas solicitações de restrições de geração de usinas hidrelétricas, combinado à redução de geração das usinas não simuladas.

Como resultado, o **EBITDA** do segmento de Comercialização totalizou R\$ 0,8 milhões no 2T21, comparado a R\$ 1,4 milhão no 2T20.

Holding & Outros

Este segmento é composto pelas *holdings* ENEVA S.A. e ENEVA Participações S.A., além das subsidiárias criadas para a originação e desenvolvimento de projetos. A Eneva S.A. incorpora também os negócios do segmento de *Upstream*. Entretanto, no intuito de permitir melhor análise do desempenho dos segmentos de negócios da Companhia, optou-se aqui por apresentar os resultados do segmento de *Holding & Outros* separadamente.

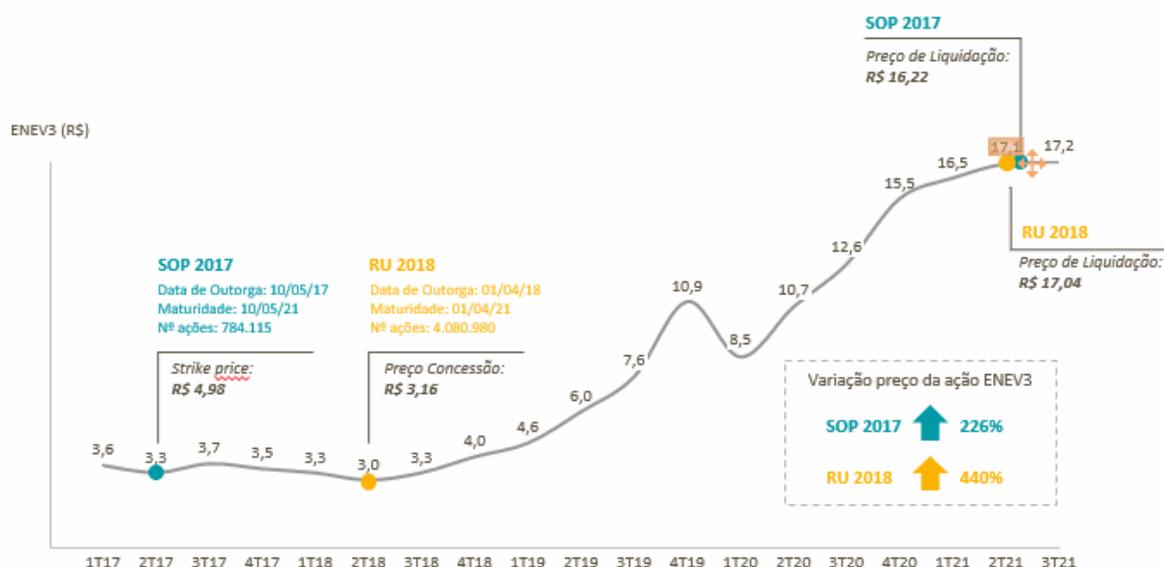
DRE - Controladora e Outros	(R\$ milhões)					
	2T21	2T20	%	1S21	1S20	%
Receita Operacional Líquida	0,1	0,0	631,4%	0,4	0,1	188,5%
Custos Operacionais	(0,4)	(0,3)	74,9%	(1,0)	(0,8)	31,5%
Despesas Operacionais	(105,8)	(55,1)	91,9%	(160,5)	(88,2)	82,0%
SG&A	(33,8)	(32,1)	5,2%	(61,4)	(57,5)	6,6%
Despesas com SOP/incentivo longo prazo	(65,5)	(16,6)	295,4%	(86,1)	(17,8)	383,0%
Depreciação e Amortização	(6,5)	(6,5)	0,9%	(13,0)	(12,8)	1,4%
Outras receitas/despesas	7,8	17,4	-54,8%	16,3	17,4	-6,3%
Equivalência Patrimonial ¹	108,1	109,1	-0,8%	243,0	264,1	-8,0%
EBITDA ICVM 527/12	16,4	77,5	-78,8%	111,3	205,6	-45,8%
<i>EBITDA ex Equivalência</i>	<i>(91,7)</i>	<i>(31,5)</i>	<i>190,8%</i>	<i>(131,7)</i>	<i>(58,5)</i>	<i>125,0%</i>

1- A Equivalência Patrimonial consolida os resultados referentes às controladas da Eneva S.A. e ENEVA Participações S.A. e é praticamente 100% eliminada no resultado consolidado.

No 2T21, as **despesas operacionais** do segmento, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 99,3 milhões, comparadas a R\$ 48,7 milhões no 2T20. Essa variação foi basicamente em função do impacto de R\$ 65,5 milhões no 2T21 referente a despesas relacionadas aos planos de ILP. Desse montante, R\$ 54,2 milhões foram desembolsos de caixa para pagamentos de impostos incorridos com o exercício dos planos que maturaram no trimestre e os demais R\$ 11,3 milhões se referem às apropriações dos planos vigentes.

O elevado volume de despesas relacionadas ao pagamento de encargos trabalhistas associados aos ILPs maturados no 2T21 foi resultado principalmente da valorização expressiva da cotação das ações da Companhia desde a época da outorga dos ILPs até as respectivas datas de exercício dos mesmos, impactando os preços de liquidação, conforme mostra o gráfico abaixo:

Evolução ENEV3. Strike vs. Preço de Liquidação



Do total de R\$ 54,2 milhões desembolsados no 2T21 com ILP, R\$ 44,5 milhões se referem ao plano de *Restricted Units* outorgado em 2018, ao passo que R\$ 9,7 milhões se referem ao programa de *Stock Options* de 2017.

Adicionalmente, no 2T21 também foi registrada receita líquida de R\$ 7,8 milhões na linha “Outras receitas/despesas”, em grande parte impactada pelo reconhecimento de créditos de anos anteriores após a decisão favorável para a Companhia acerca da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

O EBITDA, excluindo a Equivalência Patrimonial (que é quase totalmente eliminada na visão consolidada da Companhia), ficou negativo em R\$ 91,7 milhões no 2T21, comparado a um valor negativo de R\$ 32,8 milhões no 1T20, tendo sido impactado, principalmente, pelas despesas relacionados aos planos de ILP da Companhia.

Resultado Financeiro Consolidado

Resultado Financeiro	(R\$ milhões)					
	2T21	2T20	%	1S21	1S20	%
Receitas Financeiras	15,5	17,8	-12,6%	28,3	40,3	-29,8%
Receitas de aplicações financeiras	14,0	14,6	-4,2%	22,1	33,7	-34,5%
Multas e juros recebidos	0,0	1,7	-97,7%	0,0	2,5	-98,1%
Juros sobre debêntures	-	-	N/A	-	-	N/A
Outros	1,5	1,5	0,3%	6,1	4,1	51,0%
Despesas Financeiras	(56,6)	(79,7)	-29,0%	(100,0)	(178,9)	-44,1%
Multas e juros de mora	(2,0)	(3,2)	-38,5%	(2,1)	(3,5)	-38,8%
Encargos de dívida ¹	(3,2)	(33,6)	-90,4%	(6,5)	(69,8)	-90,7%
Juros sobre provisão de abandono	(5,8)	0,7	N/A	(9,9)	(0,4)	2577,2%
Comissões e corretagens financeiras	(1,0)	(1,6)	-41,5%	(1,9)	(2,8)	-32,4%
IOF/IOC	(0,5)	(0,8)	-36,9%	(1,4)	(1,3)	8,0%
Juros sobre debêntures	(35,5)	(39,8)	-10,9%	(63,1)	(83,3)	-24,3%
Outros	(8,6)	(1,3)	581,6%	(15,0)	(17,8)	-15,7%
Varição cambial e monetária líquida	0,3	(0,1)	N/A	(12,4)	2,4	N/A
Perdas/ganhos com derivativos	(9,1)	(2,8)	230,0%	(6,8)	6,9	N/A
Resultado Financeiro Líquido	(49,8)	(64,8)	-23,1%	(90,8)	(129,3)	-29,8%

1 - Inclui amortizações sobre os custos de transação.

No 2T21, a Companhia registrou resultado financeiro líquido negativo de R\$ 49,8 milhões, comparado ao resultado negativo de R\$ 64,8 milhões no 2T20. O melhor resultado foi principalmente em função de:

- i) Redução de R\$ 30,4 milhões nas despesas com encargos de dívida, decorrente da capitalização dos encargos relacionados aos financiamentos dos projetos ainda não operacionais (Parnaíba V e Azulão-Jaguatirica)¹¹ e pela liquidação antecipada de dívidas antigas mais onerosas através de emissões de debêntures em melhores condições ao longo de 2020;
- ii) Queda de R\$ 4,3 milhões nas despesas com juros sobre debêntures, relacionada à liquidação antecipada da 4ª Emissão de Debêntures da Eneva.

¹¹ Esta capitalização está de acordo com a Norma Contábil CPC 20, que permite, durante o período de implantação dos projetos, a reclassificação de juros, correção monetária e encargos para o imobilizado em andamento, até o período de início da operação. No 2T21, a linha de Encargos de Dívida está sendo afetada apenas pelo financiamento da FINEP, sendo os demais contabilizados no Ativo durante o período da obra.

Investimentos

Capex	(R\$ milhões)					
	2T20	3T20	4T20	2020	1T21	2T21
Geração a Carvão	17,3	(2,2)	20,2	37,9	3,1	14,3
Pecém II	1,2	(7,2)	7,8	2,5	(0,6)	1,5
Itaqui	16,1	5,0	12,4	35,4	3,7	12,8
Geração a Gás	92,3	31,4	6,9	135,2	39,0	15,5
Parnaíba I ¹	59,0	17,5	3,9	81,1	41,4	0,4
Parnaíba II ²	26,3	9,6	2,3	41,8	3,8	6,7
Parnaíba III ²	6,9	4,2	0,5	11,6	0,8	2,9
Parnaíba IV ²	0,2	0,1	0,2	0,6	(7,0)	5,5
Parnaíba V ³	165,3	79,1	270,3	705,3	124,7	63,4
Azulão-Jaguatirica	383,8	255,4	284,3	1.209,3	199,5	225,1
Upstream	43,0	47,9	42,8	174,8	39,7	132,8
Poços secos	0,5	10,1	8,6	19,3	4,2	9,0
Geração Distribuída	7,1	(7,2)	0,8	(0,9)	0,1	0,3
 Holding	1,2	3,0	4,6	10,7	1,4	1,8
Total	710,1	407,4	629,9	2.272,4	407,4	453,2

Valores acima referem-se à visão de capex econômico (competência).

1 - O capex de Parnaíba I é apresentado separadamente ao de Parnaíba V e da Comercializadora. Conforme reestruturação societária anunciada no 1T20, a SPE Parnaíba I foi incorporada na PGC em janeiro/20.

2 - O capex de cada uma das usinas Parnaíba II, III e IV é apresentado separadamente. Conforme reestruturação societária anunciada no 4T18, as SPEs Parnaíba III e Parnaíba IV foram incorporadas na SPE Parnaíba II.

3 - Inclui capex da Eneva Comercializadora.

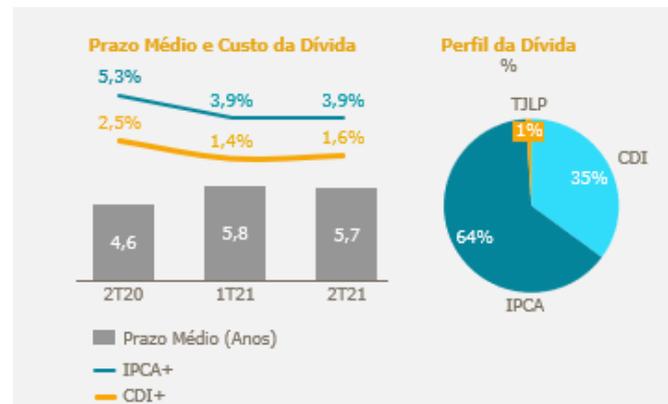
No 2T21, os investimentos totais somaram R\$ 453,2 milhões. Deste montante, 64% foi destinado às construções do projeto integrado Azulão-Jaguatirica e da UTE Parnaíba V, com previsão de conclusão no 4T21 e 1T22, respectivamente.

O segmento de *Upstream* foi responsável por 29% do capex total do trimestre. Do total investido no segmento, R\$ 58,0 milhões estão associados ao desenvolvimento do campo de Gavião Preto, e referem-se à entrega de parte da tubulação necessária e terraplanagem parcial de algumas áreas. Adicionalmente, foram contabilizados R\$ 43,8 milhões direcionados ao pagamento dos bônus de assinatura dos ativos adquiridos no 2º Ciclo da Oferta Permanente.

Na UTE Itaqui, destaca-se também um valor de R\$ 12,0 milhões no trimestre, referente às atividades associadas à *Major Overhaul* realizada entre o 1T21 e 2T21.

Endividamento

A dívida bruta consolidada (líquida do saldo de depósitos vinculados aos contratos de financiamento e custos de transação), em 30 de junho de 2021, totalizava R\$ 7.549 milhões, comparada a uma dívida de R\$ 7.438 milhões registrada no final de março de 2021. Ao final do 2T21, o prazo médio de vencimento da dívida consolidada era de 5,7 e o spread médio para as dívidas indexadas ao IPCA era de 3,9% e para as demais dívidas da Companhia era de 1,6% acima do CDI.¹²



Evolução da Dívida Bruta

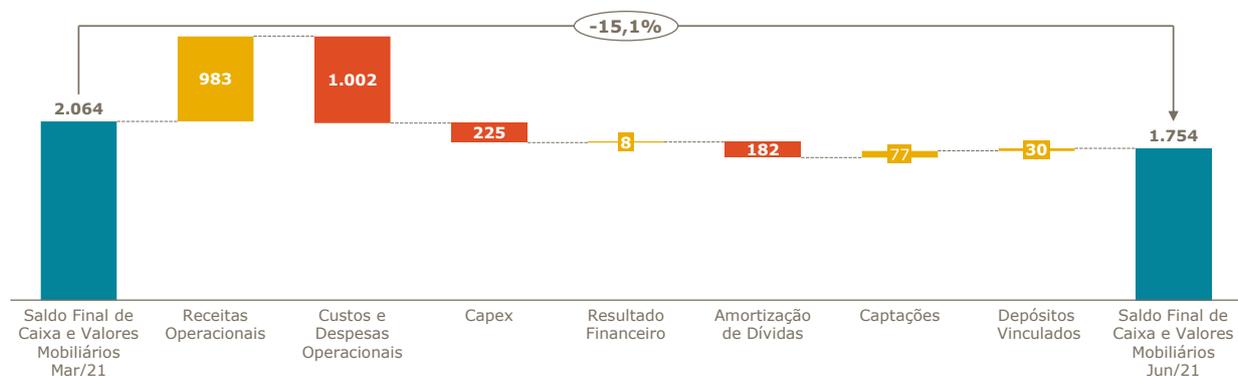
(R\$ milhões)



Em maio de 2021, a Companhia desembolsou R\$ 77 milhões, referentes ao contrato junto ao BNB para a implantação da UTE Parnaíba V. Até o final do 2T21, já havia sido desembolsado um total de R\$ 611 milhões, de um montante contratual total previsto de R\$ 843 milhões.

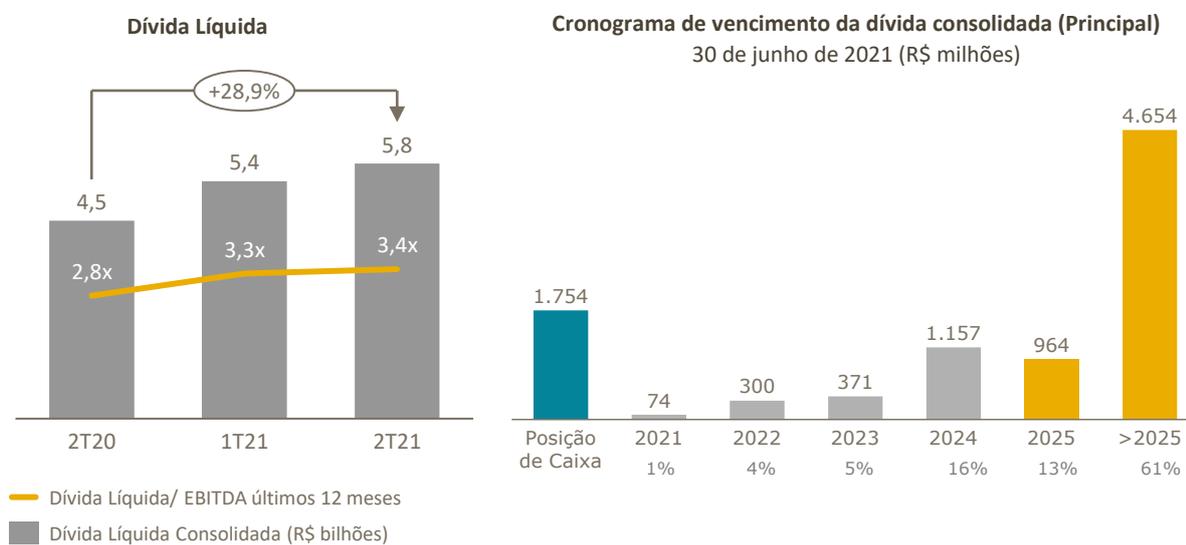
Ao final de junho de 2021, o saldo de caixa consolidado da Companhia (caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) era de R\$ 1.754 milhões, versus R\$ 2.064 milhões no final de março de 2021, sem contemplar o saldo em depósitos vinculados aos contratos de financiamento da Companhia, de R\$ 89 milhões.

Evolução do saldo de caixa e valores mobiliários no 2T21 (R\$ milhões)



¹² O custo da dívida em CDI+ inclui no seu cálculo exposições em TJLP e taxa pré-fixada. No 2T20, a composição da dívida era 46% CDI, 35% IPCA, 14% TJLP e 5% Taxa pré-fixada.

A dívida líquida consolidada totalizava R\$ 5.795 milhões no final do período, equivalente a uma relação dívida líquida/EBITDA dos últimos 12 meses de 3,4x.



Mercado de Capitais

ENEV3	2T21	1T21	2T20	12 meses
Nº de ações - final período ¹	1.266.038.219	1.265.094.016	1.263.070.732	-
Cotação fechamento - final período (R\$/ação) ¹	16,98	16,70	11,25	-
Ações negociadas (MM) - média diária ¹	6,7	8,8	7,9	7,4
Volume financeiro (R\$ MM) - média diária	103,3	129,6	66,1	101,4
Valor de mercado - final período (R\$ MM) ²	21.497	21.127	14.203	-
Enterprise value - final período (R\$ MM) ³	27.293	26.502	18.668	-

¹ O número de ações no final de período, a cotação de fechamento de final de período e a quantidade de ações negociadas (média diária) anteriores a 12 de março de 2021 foram ajustados para refletir o desdobramento de ações realizado pela Companhia naquela data, aprovado em Reunião de Conselho de Administração em 11 de março de 2021, na proporção de 1 ação para 4 ações, com consequente divisão por 4 do preço de cada ação.

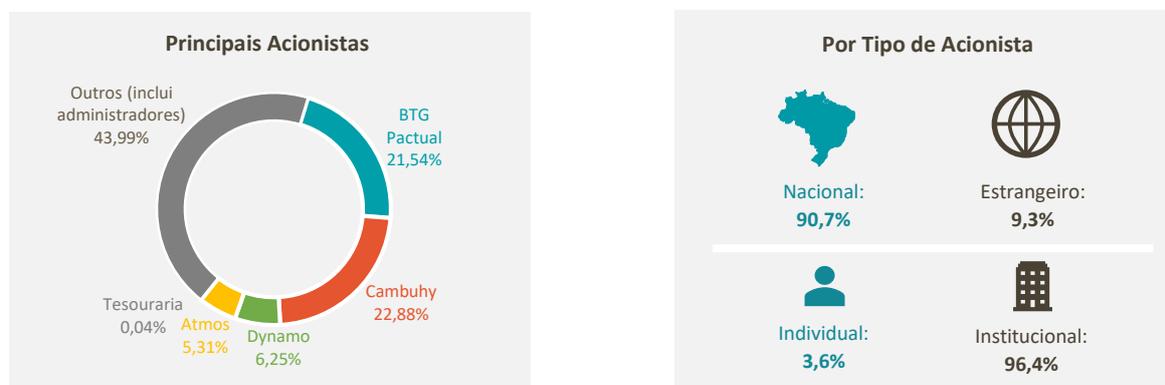
² Valor de Mercado considera 100% das ações da Eneva, incluindo ações detidas por administradores.

³ Enterprise Value equivale à soma do valor de Mercado e da dívida líquida da Companhia, ambas do final do período.

Composição Acionária

Ao final de junho de 2021, o capital social da Companhia era composto por 1.266.038.219 ações ordinárias, com 99,73% das ações em circulação. A composição acionária está detalhada abaixo:

Perfil do Capital Social da ENEVA
30 de junho de 2021



Em 14 de abril de 2021, foi realizado um aumento de capital social dentro do limite do capital autorizado, com a emissão de 160.088 ações ordinárias, decorrente do exercício de opções outorgadas a determinado administrador no âmbito do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração. Com isso, o capital social da ENEVA passou a totalizar 1.265.254.104 ações.

Um novo aumento de capital social foi realizado em 20 de maio de 2021, dentro do limite do capital autorizado, havendo uma emissão de 784.115 ações ordinárias, resultante do exercício de opções outorgadas a determinado administrador no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração. Desse modo, o capital social da ENEVA passou a totalizar 1.266.038.219 ações.

Eventos Subsequentes ao 2T21

Excludente de responsabilidade UTE Jaguatirica II: em 27 de Julho de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou a alteração do cronograma de implantação da usina termelétrica Jaguatirica II e postergou o termo inicial do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados (“Contrato”) de 28 de junho de 2021 para 27 de janeiro de 2022, ou a data de efetivo início da operação comercial da usina, o que ocorrer primeiro. O prazo de suprimento do Contrato manteve-se inalterado, com a consequente postergação de seu termo final de 27 de junho de 2036 para 26 de janeiro de 2037.

Relatório de Sustentabilidade 2020: em 30 de julho de 2021, a Eneva divulgou o seu Relatório Anual de Sustentabilidade de 2020, que objetiva dividir com toda a sociedade, comunidades do entorno das operações, colaboradores e terceiros, fornecedores, bem como acionistas e investidores, o impacto das principais ações da Companhia ao longo de 2020. O documento se encontra no website de Relação com Investidores da Eneva.

Relatório Executivo de Auditoria de Reservas e Recursos Contingentes: em 02 de Agosto de 2021, a Companhia divulgou os resultados do Relatório Executivo de Auditoria das Reservas e Recursos de Certos Campos nos quais a ENEVA detém participação, nas Bacias do Amazonas e do Solimões, referente a 30 de junho de 2021, elaborado pela consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, Inc . O documento se encontra no website de Relação com Investidores da Eneva.

Iniciativas ESG - Ambiental, Social e Governança

Buscando entender as demandas e expectativas de nossos *stakeholders*, como líderes comunitários, alta administração, investidores e credores, especialistas do setor e colaboradores, atualizamos nosso estudo de materialidade e definimos os ODS correlacionados aos nossos temas prioritários, que passarão a ser contemplados em nossa estratégia. A partir disso, comprometidos com a transparência e a demonstração de geração de valor, a Eneva publicou em julho o Relatório de Sustentabilidade de 2020, que pode ser acessado pelo site de Relações com Investidores da Companhia.

Indicadores-chave ESG

A partir da divulgação de seu Relatório de Sustentabilidade 2019, em 2020, a Companhia passou a atualizar trimestralmente os seus indicadores de sustentabilidade mensurados em cada período. A tabela a seguir apresenta os destaques referentes ao segundo trimestre de 2021. A planilha interativa contendo todos os indicadores disponibilizados pela ENEVA se encontra no site de Relações com Investidores da Companhia.

Principais Indicadores ESG			
Esfera	Indicadores	2T21	1T21
Operações	Capacidade de geração instalada por fonte (MW)	2.156,5	2.156,5
	Carvão	725,0	725,0
	Gás	1.428,0	1.428,0
	Renováveis	3,5	3,5
	Uso de combustível para produção de energia ¹		
	Carvão (ton/MWh)	0,8	0,8
	Gás (m ³ /MWh)	991,9	986,0
	Eficiência (%) ²		
	Itaqui	36,5%	35,7%
	Pecem II	37,1%	36,5%
	Parnaíba I	33,0%	35,7%
	Parnaíba II	54,0%	54,3%
	Parnaíba III	36,0%	36,1%
	Parnaíba IV	42,0%	42,2%
Meio Ambiente	Emissão de GEE - Escopos I e II [tCO ₂ e] ³	1.437.472,5	1.290.746,4
	Taxa de Emissão de GEE - Escopos I e II (eficiência) [tCO ₂ e/MWh]	0,6	0,6
	Captação de Água Nova [m ³] ^{3 4}	2.929.887,5	2.317.180,6
	Taxa de Captação de Água Nova (eficiência) [m ³ /MWh]	1,2	1,0
	Consumo de Água Nova [m ³] ^{3 4}	1.588.746,0	1.741.445,9
	Geração de Efluentes Industriais [m ³] ^{3 4}	1.742.207,6	576.462,9
	Taxa de Geração de Efluentes Industriais (eficiência) [m ³ /MWh] ³	0,5	0,3
Saúde & Segurança ⁵	Fatalidades	-	-
	Taxa de Fatalidade (FAT)	-	-
	Afastamento por acidente	3,0	3,0
	Taxa de afastamento por acidente (LTIF) ⁶	0,7	0,8
	Taxa Total de Incidentes Reportáveis (TRIR)	2,2	2,2
Colaboradores	Total de colaboradores próprios (#)	1.084,0	1.050,0
	% de mulheres na força de trabalho própria	22,0%	22,0%
	Turnover voluntário (%)	0,8%	1,0%
	Total de colaboradores terceiros (#)	6.167,0	5.844,0
Responsabilidade Social	Investimentos não-incentivados (R\$ M)	0,4	0,1
	Investimentos incentivados (Fundo da Infância e Adolescência, Lei de Incentivo à Cultura, Lei do Esporte, Saúde e outros) (R\$ M)	0,2	-
	Execução dos Programas Sócio-Econômico (R\$M)	0,4	0,2
	Investimentos Sociais COVID-19 (R\$ M) ⁷	0,4	3,7
Governança	Número de casos de corrupção reportados ao Comitê de Auditoria e condenados	-	-
	Número de violações do Código de Conduta reportadas	8,0	8,0

1- Devido à representatividade da quantidade de combustível consumido para as atividades de geração de energia em relação ao total consumido pela companhia, optou-se por divulgar esse dado a partir do 1T21

2- Eficiência = 3600/net heat rate

3- Dados do 1T21 reajustados após conferência de reporte das unidades operacionais

4- Dados aplicáveis apenas ao segmento de geração de energia, não incluindo E&P

5- Números consideram apenas acidentes típicos

6- Taxa de afastamento = (quantidade de acidentes x 1.000.000)/homem-hora exposto ao risco

7- Considera investimentos e despesas totais (Doações, materiais, serviços, testes e outros)

Anexos

As demonstrações financeiras das SPEs estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia.

Os números dos quadros são apresentados pro-forma, considerando o ressarcimento por indisponibilidade em deduções da receita bruta.

DRE - 2T21 (R\$ milhões)	Geração a Gás	Upstream	Eliminações entre Segmentos	Total	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total
Receita Operacional Bruta	615,3	289,8	(288,3)	616,9	378,9	73,9	0,2	(21,4)	1.048,5
Deduções da Receita Bruta	(62,5)	(34,1)	55,4	(41,2)	(39,9)	(6,8)	(0,0)	2,0	(86,0)
Receita Operacional Líquida	552,8	255,8	(232,9)	575,7	339,0	67,1	0,1	(19,4)	962,5
Custos Operacionais	(440,3)	(83,9)	232,9	(291,3)	(240,5)	(64,7)	(0,4)	19,4	(577,6)
Depreciação e amortização	(42,6)	(33,1)	-	(75,8)	(49,0)	-	(0,0)	-	(124,8)
Despesas Operacionais ¹	(11,9)	(34,6)	-	(46,5)	(5,9)	(1,7)	(105,8)	(3,4)	(163,3)
SG&A	(9,3)	(13,8)	-	(23,1)	(5,6)	(1,7)	(99,3)	-	(129,7)
Depreciação e amortização	(2,5)	(2,5)	-	(5,0)	(0,3)	(0,0)	(6,5)	(3,4)	(15,3)
Outras receitas/despesas	0,4	(0,1)	-	0,3	(0,9)	(0,0)	7,8	(0,2)	7,0
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	108,1	(108,3)	(0,2)
EBITDA ICVM 527/12	146,2	172,8	(0,0)	318,9	140,9	0,8	16,4	(108,5)	368,6
Resultado Financeiro Líquido	(21,8)	0,0	-	(21,8)	(26,6)	(8,6)	7,2	(0,0)	(49,8)
EBT	79,2	137,2	(0,0)	216,3	65,0	(7,9)	17,1	(112,0)	178,6
Impostos Correntes	(4,0)	-	-	(4,0)	(3,0)	-	(28,8)	-	(35,9)
Impostos Diferidos	(9,1)	-	-	(9,1)	(10,5)	3,5	(8,3)	-	(24,4)
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	0,2	0,2
Resultado Líquido	66,0	137,2	(0,0)	203,2	51,5	(4,4)	(19,9)	(112,2)	118,1

¹ Despesas Operacionais consideram, além de despesas gerais e administrativas e depreciação e amortização, despesas e gastos relacionadas às atividades exploratórias do Upstream

DRE - 2T20 (R\$ milhões)	Geração a Gás	Upstream	Eliminações entre Segmentos	Total	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total
Receita Operacional Bruta	318,7	112,9	(112,8)	318,8	213,3	50,0	0,0	(7,0)	575,2
Deduções da Receita Bruta	(32,2)	(11,0)	14,4	(28,9)	(22,0)	(4,6)	(0,0)	(0,9)	(56,5)
Receita Operacional Líquida	286,5	101,9	(98,5)	289,9	191,3	45,4	0,0	(7,9)	518,7
Custos Operacionais	(173,2)	(27,5)	98,5	(102,3)	(107,6)	(42,7)	(0,3)	7,9	(244,9)
Depreciação e amortização	(28,8)	(12,4)	3,5	(37,7)	(46,9)	-	(0,0)	-	(84,7)
Despesas Operacionais ¹	(7,7)	(35,8)	-	(43,5)	(5,6)	(1,4)	(55,1)	(3,4)	(109,0)
SG&A	(7,6)	(4,5)	-	(12,1)	(5,4)	(1,3)	(48,7)	-	(67,6)
Depreciação e amortização	(0,1)	(6,1)	-	(6,2)	(0,2)	(0,0)	(6,5)	(3,4)	(16,3)
Outras receitas/despesas	(1,8)	(1,1)	-	(2,9)	1,0	(0,0)	17,4	0,1	15,6
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	109,1	(109,9)	(0,8)
EBITDA ICVM 527/12	132,7	55,9	(3,5)	185,1	126,2	1,4	77,5	(109,8)	280,4
Resultado Financeiro Líquido	(23,8)	(1,0)	(0,0)	(24,8)	(33,3)	(2,1)	(4,6)	-	(64,8)
EBT	79,9	36,5	0,0	116,4	45,8	(0,8)	66,5	(113,2)	114,7
Impostos Correntes	(2,8)	-	-	(2,8)	(1,6)	(0,5)	(3,2)	-	(8,1)
Impostos Diferidos	(10,9)	-	-	(10,9)	(9,5)	-	(0,7)	-	(21,1)
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	(0,3)	(0,3)
Resultado Líquido	66,1	36,5	0,0	102,6	34,8	(1,3)	62,6	(112,9)	85,8

¹ Despesas Operacionais consideram, além de despesas gerais e administrativas e depreciação e amortização, despesas e gastos relacionadas às atividades exploratórias do Upstream

DRE - 1S21 (R\$ milhões)	Geração a Gás	Upstream	Eliminações entre Segmentos	Total	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total
Receita Operacional Bruta	1.241,9	566,3	(563,2)	1.245,0	722,1	196,8	0,5	(63,4)	2.100,9
Deduções da Receita Bruta	(126,2)	(78,5)	106,2	(98,5)	(76,2)	(18,2)	(0,0)	5,9	(187,0)
Receita Operacional Líquida	1.115,8	487,8	(457,0)	1.146,5	645,9	178,6	0,4	(57,6)	1.913,9
Custos Operacionais	(865,8)	(177,5)	457,0	(586,3)	(453,3)	(174,8)	(1,0)	57,6	(1.157,8)
Depreciação e amortização	(85,3)	(74,1)	-	(159,4)	(98,2)	-	(0,0)	-	(257,6)
Despesas Operacionais ¹	(25,1)	(53,2)	-	(78,3)	(12,3)	(4,6)	(160,5)	(6,8)	(262,5)
SG&A	(20,1)	(19,9)	-	(40,0)	(11,6)	(4,6)	(147,5)	-	(203,6)
Depreciação e amortização	(5,1)	(5,1)	-	(10,1)	(0,7)	(0,0)	(13,0)	(6,8)	(30,7)
Outras receitas/despesas	3,6	(0,5)	-	3,1	9,5	(0,0)	16,3	0,1	29,1
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	243,0	(243,2)	(0,1)
EBITDA ICVM 527/12	318,8	335,8	0,0	654,6	288,8	(0,8)	111,4	(243,1)	810,8
Resultado Financeiro Líquido	(46,4)	0,0	-	(46,4)	(65,4)	(6,0)	27,0	0,0	(90,8)
EBT	182,0	256,6	0,0	438,6	124,5	(6,9)	125,4	(249,9)	431,7
Impostos Correntes	(9,7)	-	-	(9,7)	(4,7)	-	(29,4)	-	(43,7)
Impostos Diferidos	(24,4)	-	-	(24,4)	(26,0)	2,3	(18,6)	-	(66,7)
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0
Resultado Líquido	147,9	256,6	0,0	404,5	93,8	(4,6)	77,4	(249,9)	321,3

¹ Despesas Operacionais consideram, além de despesas gerais e administrativas e depreciação e amortização, despesas e gastos relacionadas às atividades exploratórias do *Upstream*

DRE - 1S20 (R\$ milhões)	Geração a Gás	Upstream	Eliminações entre Segmentos	Total	Geração a Carvão	Comercializadora	Holding e Outros	Eliminações entre Segmentos	Total
Receita Operacional Bruta	937,6	346,9	(345,2)	939,3	615,3	265,2	0,2	(218,9)	1.601,1
Deduções da Receita Bruta	(93,6)	(39,1)	61,2	(71,5)	(67,5)	(24,5)	(0,0)	20,2	(143,3)
Receita Operacional Líquida	844,0	307,8	(284,1)	867,8	547,8	240,7	0,1	(198,6)	1.457,8
Custos Operacionais	(544,7)	(99,4)	282,9	(361,2)	(369,9)	(234,7)	(0,8)	198,6	(767,9)
Depreciação e amortização	(57,7)	(52,6)	5,4	(104,9)	(93,7)	-	(0,0)	-	(198,5)
Despesas Operacionais ¹	(13,3)	(73,1)	-	(86,4)	(10,9)	(2,8)	(88,2)	(6,8)	(195,2)
SG&A	(13,2)	(10,4)	-	(23,6)	(10,6)	(2,8)	(75,4)	-	(112,3)
Depreciação e amortização	(0,2)	(11,1)	-	(11,3)	(0,3)	(0,0)	(12,8)	(6,8)	(31,3)
Outras receitas/despesas	(18,8)	(1,5)	-	(20,3)	0,9	(0,0)	17,4	0,3	(1,6)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	264,1	(271,3)	(7,2)
EBITDA ICVM 527/12	325,0	197,6	(6,6)	516,0	261,9	3,2	205,6	(271,0)	715,7
Resultado Financeiro Líquido	(51,6)	(1,8)	1,2	(52,2)	(75,0)	7,7	(9,9)	-	(129,3)
EBT	215,6	132,1	0,0	347,7	92,9	10,9	182,9	(277,8)	356,5
Impostos Correntes	(17,5)	-	-	(17,5)	(2,3)	(0,8)	(3,2)	-	(23,7)
Impostos Diferidos	(31,9)	-	-	(31,9)	(32,5)	(0,9)	(2,4)	-	(67,7)
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	(0,5)	(0,5)
Resultado Líquido	166,2	132,1	0,0	298,3	58,2	9,1	177,3	(277,4)	265,5

¹ Despesas Operacionais consideram, além de despesas gerais e administrativas e depreciação e amortização, despesas e gastos relacionadas às atividades exploratórias do *Upstream*



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Eneva S.A.

30 de junho de 2021

Com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras intermediárias



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Eneva S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Eneva S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Luis Claudio França de Araujo

Contador CRC RJ-091559/O-4

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial – Ativo	3
Balanço Patrimonial – Passivo	4
Demonstrações dos Resultados	5
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

01. Contexto operacional	10
02. Licenças e autorizações	12
03. Apresentação das demonstrações financeiras	12
04. Informações por segmento	13
05. Caixa e equivalentes de caixa	19
06. Títulos e valores mobiliários	19
07. Contas a receber	19
08. Estoques	20
09. Impostos diferidos	20
10. Investimento	23
11. Imobilizado	24
12. Fornecedores	26
13. Endividamentos	27
14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	29
15. Provisão para contingências	32
16. Partes relacionadas	34
17. Patrimônio líquido	35
18. Resultado por ação	35
19. Plano de pagamento baseado em ações	36
20. Receita de venda de bens e/ou serviços	37
21. Custos e despesas por natureza	38
22. Resultado financeiro	40
23. Eventos subsequentes	41

Balanco Patrimonial

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	650.701	275.334	1.175.463	1.384.933
Títulos e valores mobiliários	6	277.770	144.570	578.445	511.317
Contas a receber	7	1.867	1.413	520.515	700.964
Estoques	8	49.410	45.277	224.893	179.015
Despesas antecipadas		4.988	7.042	10.740	29.411
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		42.849	22.039	82.920	73.022
Outros impostos a recuperar		15.608	6.949	30.336	19.846
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	395	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	16	79.083	62.192	-	-
Mútuos com partes relacionadas	16	211.104	186.692	-	-
Operações comerciais com partes relacionadas	16	138.295	140.802	-	-
Adiantamentos a fornecedores		1.978	2.171	19.320	23.070
Outros		2.229	2.229	7.299	8.824
		1.475.882	896.710	2.650.326	2.930.402
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Operações comerciais com partes relacionadas	16	153.609	139.355	51	51
Mútuos com partes relacionadas	16	1.422.119	1.486.755	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		531	531	5.612	6.233
Outros impostos a recuperar	21h	132.811	109.996	143.440	110.243
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	484.615	503.142	811.382	865.059
Outros		2.202	1.976	10.087	11.255
		2.195.887	2.241.755	970.572	992.841
Investimentos	10	5.883.362	6.287.200	9.490	9.633
Imobilizado	11	2.662.992	2.413.979	11.773.207	10.946.675
Intangível		926.277	898.610	1.355.562	1.338.545
		11.668.518	11.841.544	14.108.831	13.287.694
		13.144.400	12.738.254	16.759.157	16.218.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Balanço Patrimonial

Continuação

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	51.911	44.523	434.545	492.456
Empréstimos e financiamentos	13	15.582	15.613	39.640	19.193
Debêntures	13	17.143	11.886	142.827	118.520
Arrendamento	11b	28.521	25.720	43.544	34.729
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		29.575	4.394	35.719	36.998
Outros impostos a recolher		38.692	41.612	70.138	67.086
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	-	2.391
Obrigações sociais e trabalhistas		21.463	34.643	37.656	49.070
Participações nos lucros		25.468	51.255	38.034	78.947
Contas a pagar - setor elétrico		-	-	12.300	12.455
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico		-	-	50.759	82.603
Provisão - custo de ressarcimento		-	-	64.527	64.445
Outras obrigações		4.036	4.074	7.303	7.046
		232.391	233.720	976.992	1.065.939
Não circulante					
Fornecedores	12	1.508	2.338	26.806	44.382
Empréstimos e financiamentos	13	56.916	64.605	1.541.238	1.311.099
Debêntures	13	4.400.674	4.273.366	5.668.802	5.593.853
Arrendamento	11b	50.929	42.614	113.248	66.239
Operações comerciais com partes relacionadas	16	105.630	105.629	176	168
Provisão para passivo a descoberto		4.285	4.298	-	-
Provisão para contingências	15	4.866	6.871	90.962	92.603
Provisão de abandono		84.828	70.650	91.013	75.109
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	-	-	45.686	32.692
Outras obrigações		-	-	5.270	5.272
		4.709.636	4.570.371	7.583.201	7.221.417
Total do Passivo		4.942.027	4.804.091	8.560.193	8.287.356
Patrimônio líquido					
Capital social	17	8.888.979	8.848.409	8.888.979	8.848.409
Ações em tesouraria		(4.810)	-	(4.810)	-
Reserva de capital		4.530	25.418	4.530	25.418
Reserva de incentivos fiscais		253.071	253.071	253.071	253.071
Outros resultados abrangentes		13.715	10.775	13.715	10.775
Prejuízos acumulados		(953.112)	(1.203.510)	(953.112)	(1.203.510)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		8.202.373	7.934.163	8.202.373	7.934.163
Participações de acionistas não controladores		-	-	(3.409)	(3.423)
Total do patrimônio líquido		8.202.373	7.934.163	8.198.964	7.930.740
		13.144.400	12.738.254	16.759.157	16.218.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos Resultados

Para os períodos de 3 e 6 meses findos em
30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020	Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020
Receita de venda de bens e/ou serviços	20	255.767	98.410	487.806	301.241	962.544	518.664	1.913.896	1.457.774
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	21	(83.892)	(27.547)	(177.534)	(99.366)	(577.578)	(244.858)	(1.157.840)	(767.924)
Resultado bruto		171.875	70.863	310.272	201.875	384.966	273.806	756.056	689.850
Despesas/receitas operacionais									
Gerais e administrativas	21	(139.367)	(86.161)	(210.859)	(152.608)	(163.316)	(109.036)	(262.502)	(195.172)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	7.296	16.048	16.201	16.093	6.969	15.560	29.068	(1.603)
Resultado de equivalência patrimonial	10	108.573	93.753	227.215	216.287	(179)	(843)	(132)	(7.220)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		148.377	94.503	342.829	281.647	228.440	179.487	522.490	485.855
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	22	37.259	21.312	79.923	71.618	24.398	29.290	39.147	92.101
Despesas financeiras	22	(30.536)	(26.206)	(53.664)	(82.225)	(74.227)	(94.091)	(129.976)	(221.444)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		155.100	89.609	369.088	271.040	178.611	114.686	431.661	356.512
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro									
Corrente	9	(28.720)	(3.100)	(29.299)	(3.100)	(35.850)	(8.110)	(43.714)	(23.717)
Diferido	9	(8.263)	(727)	(18.527)	(2.400)	(24.396)	(21.124)	(66.671)	(67.707)
Lucro líquido do período		118.117	85.782	321.262	265.540	118.365	85.452	321.276	265.088
Atribuído a sócios da empresa controladora		118.117	85.782	321.262	265.540	118.117	85.782	321.262	265.540
Atribuído a sócios não controladores		-	-	-	-	248	(330)	14	(452)
Lucro por ações atribuíveis aos acionistas da Companhia durante o período (expresso em R\$ por ação)									
Lucro líquido básico por ação	18	-	-	-	-	0,09355	0,27187	0,25444	0,84158
Lucro líquido diluído por ação	18	-	-	-	-	0,09277	0,26994	0,25233	0,83559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração do Resultado abrangente

Para os períodos de 3 e 6 meses findos em
30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020	Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020
Lucro líquido do período	118.117	85.782	321.262	265.540	118.365	85.452	321.276	265.088
Outros resultados abrangentes								
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado								
Ajustes acumulados de conversão	26	4.511	155	18.794	26	4.511	155	18.794
Ajuste de avaliação patrimonial	-	6.705	-	6.954	-	6.705	-	6.954
Total dos itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado	26	11.216	155	25.748	26	11.216	155	25.748
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado								
Ganho(Perda) com derivativos	(1.477)	(39.277)	2.785	23.155	(1.477)	(39.277)	2.785	23.155
Total do resultado abrangente do período	116.666	57.721	324.202	314.443	116.914	57.391	324.216	313.991
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	116.666	57.721	324.202	314.443	116.666	57.721	324.202	314.443
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	-	248	(330)	14	(452)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Ações em Tesouraria	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva de Capital e Opções Outorgadas	Reserva de Incentivo Fiscal					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	8.834.907	-	15.640	110.725	9.541	(2.068.379)	6.902.434	(2.353)	6.900.081
Aumento de capital	10.314	-	(10.314)	-	-	-	-	-	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	265.540	265.540	(452)	265.088
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	10.909	-	-	-	10.909	-	10.909
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes de conversão de moeda estrangeira do período	-	-	-	-	18.794	-	18.794	-	18.794
Ajuste de avaliação patrimonial do ativo mantido p/venda	-	-	-	-	6.954	-	6.954	-	6.954
Ganhos com derivativos	-	-	-	-	23.155	-	23.155	-	23.155
Saldo em 30 de junho 2020	8.845.221	-	16.235	110.725	58.444	(1.802.839)	7.227.786	(2.805)	7.224.981
Saldo em 1º de janeiro de 2021	8.848.409	-	25.418	253.071	10.775	(1.203.510)	7.934.163	(3.423)	7.930.740
Aumento de capital de opções de ações outorgadas pela companhia	40.570	-	(40.570)	-	-	-	-	-	-
Programa de recompra de ações	-	(75.674)	1.354	-	-	-	(74.320)	-	(74.320)
Transações com pagamentos baseados em ações	-	70.864	-	-	-	(70.864)	-	-	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	321.262	321.262	14	321.276
Valor justo dos instrumentos patrimoniais	-	-	18.328	-	-	-	18.328	-	18.328
Outros resultados abrangentes:									
Ajustes de conversão de moeda estrangeira do período	-	-	-	-	155	-	155	-	155
Ganhos com derivativos	-	-	-	-	2.785	-	2.785	-	2.785
Saldo em 30 de junho 2021	8.888.979	(4.810)	4.530	253.071	13.715	(953.112)	8.202.373	(3.409)	8.198.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para o período 6 meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	369.088	271.040	431.661	356.512
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	90.915	69.948	288.336	229.848
Baixa de Imobilizado e Intangível	-	(57)	483	(19.465)
Resultado de equivalência patrimonial	(227.215)	(216.287)	132	7.220
Baixa de poços secos e áreas subcomerciais	13.123	(577)	13.123	(577)
Recuperação de créditos tributários e juros	(11.919)	-	(15.247)	-
Resultado financeiro líquido	(31.395)	7.311	97.787	65.390
Reversão de contingências	(1.571)	(931)	(1.402)	(3.585)
Baixa de participação em controladas	-	(7.705)	-	(7.705)
Amortização de custo de captação	1.376	3.090	4.013	8.400
	202.402	125.832	818.886	636.038
Aumento nos ativos /Aumento nos passivos operacionais:				
Adiantamentos diversos	193	1.158	3.750	57.082
Despesas antecipadas	2.035	(3.572)	20.830	(40.365)
Contas a receber	(454)	257	173.673	380.420
Impostos a recuperar	(44.241)	12.177	(23.292)	5.480
Estoque	(4.133)	(7.117)	(45.878)	(116.354)
Impostos, taxas e contribuições	5.329	(20.021)	(11.505)	566
Fornecedores	(65.081)	12.029	(333.648)	(174.152)
Provisões e encargos trabalhistas	(38.967)	(20.897)	(52.327)	(28.524)
Mútuos	62.881	(29.444)	-	(2.345)
Operações comerciais com partes relacionadas	(11.746)	109.982	8	4.620
Recebimentos antecipados – CCC	-	-	-	20.216
Outros ativos e passivos	16.656	746	11.542	6.827
	(77.528)	55.298	(256.847)	113.471
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(12.367)	(9.197)	(30.436)	(30.777)
Dividendos recebidos	279.368	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	391.875	171.933	531.603	718.732
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(75.039)	(147.074)	(581.522)	(1.131.629)
Aporte/redução de capital em investida	307.986	(147.865)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(7.337)	(522.398)	-	-
Recebimento pela venda de participação em controladas	-	10.401	-	10.401
Títulos e valores mobiliários	(125.433)	(25.034)	(46.979)	(25.707)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) nas atividades de investimentos	100.177	(831.970)	(628.501)	(1.146.935)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento do passivo de arrendamento	(15.916)	(18.111)	(29.537)	(27.684)
Recompra de ações próprias	-	-	(74.320)	-
Captações de financiamentos	-	1.150.000	236.681	1.370.677
Amortizações do principal - financiamentos	(7.724)	(5.772)	(57.534)	(165.688)
Juros pagos	(93.045)	(67.031)	(174.950)	(148.953)
Custos de captações	-	(30.125)	-	(37.666)
Depósitos vinculados	-	-	(12.912)	(44.337)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) nas atividades de financiamentos	(116.685)	1.028.961	(112.572)	946.349
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	375.367	368.924	(209.470)	518.146
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	275.334	1.006.475	1.384.933	1.517.583
No fim do período	650.701	1.375.399	1.175.463	2.035.729
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	375.367	368.924	(209.470)	518.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações do Valor Adicionado

Para o período 6 meses findos em 30 de junho de
2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receitas	566.264	358.429	2.153.896	1.647.201
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	566.264	340.300	2.099.612	1.598.999
Outras receitas	-	18.129	54.284	48.202
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(83.079)	(99.691)	(796.558)	(567.310)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(82.499)	(99.532)	(519.597)	(445.954)
Insumos de geração	-	-	(276.359)	(120.881)
Perda e recuperação de valores ativos	(580)	(159)	(602)	(475)
Valor adicionado bruto	483.185	258.738	1.357.338	1.079.891
Depreciação e amortização	(90.915)	(69.948)	(288.336)	(229.848)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	392.270	188.790	1.069.002	850.043
Valor adicionado recebido em transferência	325.565	305.865	39.015	84.881
Resultado de equivalência patrimonial	227.215	216.287	(132)	(7.220)
Receitas financeiras	57.258	48.409	38.084	88.764
Juros sobre operações de mútuos e debêntures	22.657	22.531	3	462
Serviços compartilhados	18.427	17.960	-	-
Outros	8	678	1.060	2.875
Valor adicionado total a distribuir	717.835	494.655	1.108.017	934.924
Distribuição do valor adicionado	717.835	494.655	1.108.017	934.924
Pessoal	81.396	70.979	160.267	146.885
Remuneração direta	56.535	45.107	115.675	103.754
Benefícios	20.591	23.904	37.094	40.895
FGTS e contribuições	4.270	1.968	7.498	2.236
Impostos, taxas e contribuições	264.145	74.914	488.071	296.441
Federal	172.909	48.830	376.315	253.824
Estadual	25.702	8.378	27.974	10.012
Municipal	621	858	625	924
Taxas e contribuições	64.913	16.848	83.157	31.681
Remuneração capital de terceiros	51.032	83.222	138.403	226.510
Juros de empréstimos e debêntures	30.363	40.219	65.601	86.767
Outras despesas financeiras	18.137	21.546	36.103	87.999
Variação cambial e monetária	1.588	18.453	23.233	42.561
Aluguéis	3.122	3.003	10.463	9.028
Outros	(2.178)	1	3.003	155
Remuneração de capital próprio	321.262	265.540	321.276	265.088
Lucro líquido do período	321.262	265.540	321.276	265.088
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	321.262	265.540	321.262	265.540
Lucro (Prejuízo) do período atribuído aos acionistas não controladores	-	-	14	(452)
	717.835	494.655	1.108.017	934.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

SUMÁRIO

A Eneva S.A. (a “Companhia” ou o “Grupo”) é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “ENEV3”, com sede no município e estado do Rio de Janeiro, que atua na geração e comercialização de energia elétrica e na exploração e produção (E&P) de gás natural, no Brasil.

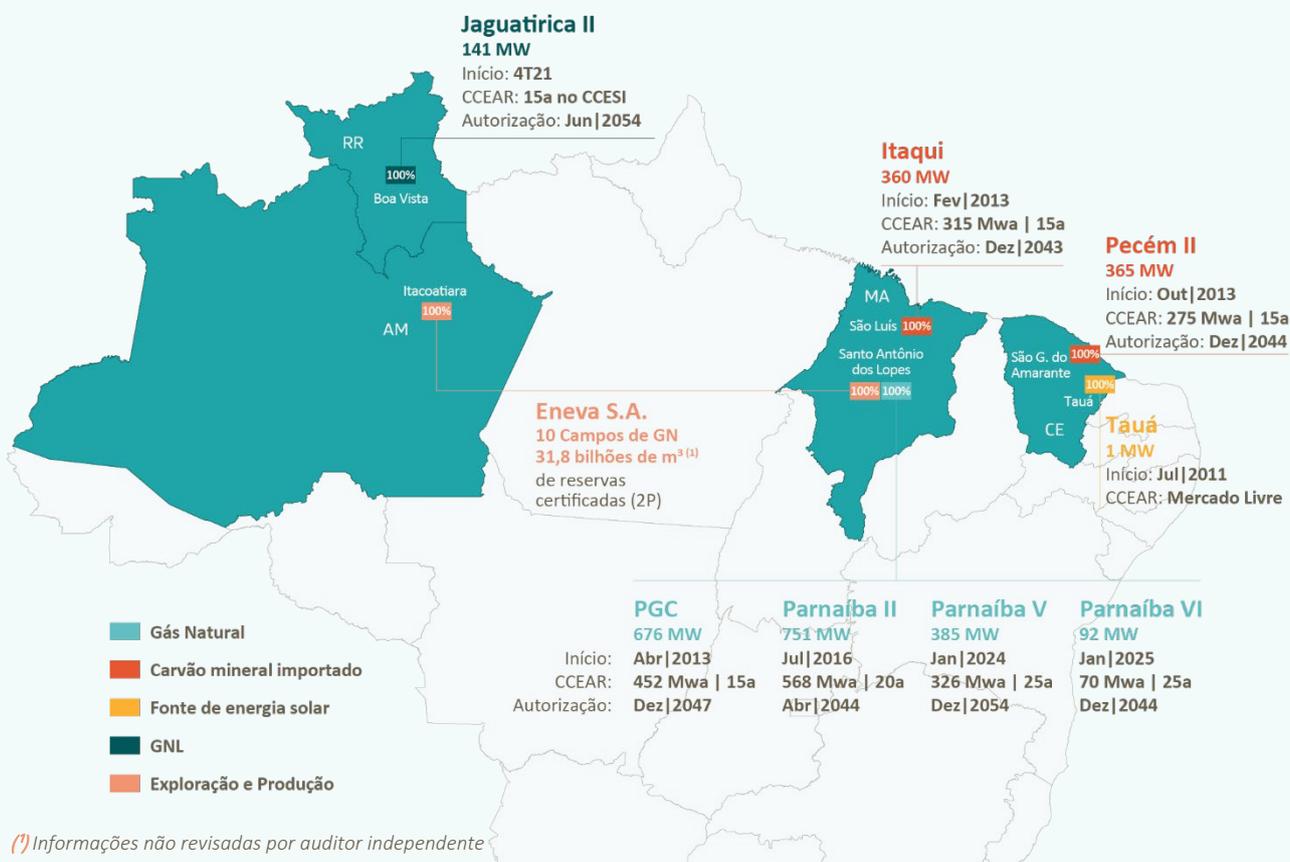
A Eneva tem um parque de geração térmica com 2,8 GW de capacidade contratada (78% operacional), sendo 2,0 GW a gás natural (74%) e 725 MW a carvão mineral (26%). É a segunda maior empresa em capacidade térmica do país, responsável por 9% da capacidade térmica a gás nacional instalada.

Atualmente, a Companhia possui treze campos produtores, sendo 11 declarados comerciais e dois adquiridos a partir de

rodada licitatória ou processo de cessão. Dos 13, seis estão em produção, sendo cinco destinados totalmente ao abastecimento das termelétricas a gás natural localizadas no estado do Maranhão (“Complexo Parnaíba”), assumindo assim um compromisso de produção de 8,4 milhões de m³/dia e um no Amazonas em viabilização para abastecimento da termelétrica de UTE Jaguatirica, em Roraima.

A Eneva é a maior operadora privada de gás natural do Brasil e possui uma área exploratória total superior a 64 mil km² localizada na Bacia do Parnaíba, no estado do Maranhão, na Bacia do Amazonas e Solimões, no estado do Amazonas, e na Bacia do Paraná, localizada entre os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul.

Empreendimentos



1.1 Eventos significativos do período

Pandemia de COVID-19 - Contexto, iniciativas e impactos

A continuidade da pandemia permanece impondo enormes desafios para a sociedade, principalmente com relação à segurança da economia.

A Companhia permanece atenta à evolução da pandemia, mantendo todas as medidas para preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores (próprios e terceiros) e apoiando as comunidades nas localidades onde atua. Como forma de contribuir para o combate ao vírus, a Companhia continua realizando ações de forma voluntária para auxiliar as famílias em situação de maior vulnerabilidade e os profissionais de saúde das localidades de atuação com foco em medidas preventivas tais como doações de kits de higiene pessoal, kits de limpeza, cestas básicas, aparelhos de ventilação pulmonar, medicamentos, cilindros de gás, concentradores de oxigênio para o sistema público de saúde, apoio para a instalação de hospital de campanha e doação de usinas de oxigênio em Roraima e no Amazonas. Além dessas ações, a Companhia mantém a prática de *home office* para algumas funções administrativas e não operacionais e aplicação de testes rápidos em seus colaboradores.

(a) Reconhecimento de receita e avaliação de perdas de créditos

A Companhia não identificou impacto relevante decorrente da pandemia em suas receitas operacionais oriundas do segmento de geração de energia (térmicas a gás e térmicas a carvão), até o presente momento. Também não foi identificada alteração na matriz de risco que impactasse a probabilidade de realização do seu recebível atrelado a esse segmento, conforme estabelecido no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Com relação à receita do segmento de comercialização de energia, a Companhia adotou critérios rígidos para avaliar o risco de crédito das contrapartes. Por isso, não estamos realizando operações com agentes que possam ser afetados pelo COVID-19. Além disso, estão sendo exigidas garantias adicionais para que novos negócios sejam realizados. Dessa forma, também não identificamos alteração na matriz de risco que impactasse o reconhecimento de receita, bem como a probabilidade de realização desse recebível, conforme estabelecido no IFRS15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e no IFRS9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia revisou e atualizou as premissas utilizadas no modelo de cálculo do valor presente líquido (“VPL”) dos contratos bilaterais para marcação a mercado, e não identificou alteração que impactasse estas demonstrações interinas.

(b) Avaliação de indicativo de *impairment* de ativos não financeiros e de recuperabilidade de IRPJ e CSLL diferidos

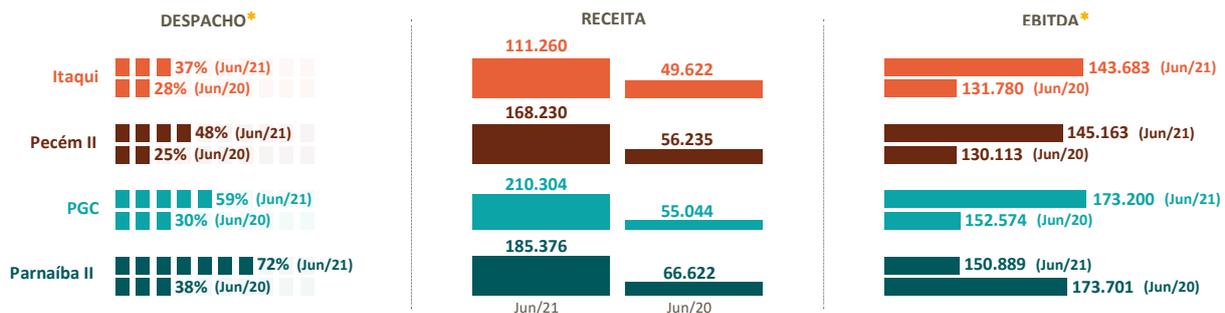
A Companhia realizou o acompanhamento das principais premissas operacionais e macroeconômicas, tendo concluído que não houve alteração do cenário base projetado e avaliado em 31 de dezembro de 2020. Portanto, não identificamos evidências de que os ativos estivessem registrados por valores acima do seu valor recuperável.

(c) Projetos em construção

O projeto em construção Parnaíba V e o projeto de Azulão-Jaguatirica estão previstos para iniciarem suas operações no primeiro semestre de 2022 e no quarto trimestre de 2021, respectivamente. O projeto Azulão-Jaguatirica teve seu cronograma de implantação revisto e aprovado pela ANEEL, vide nota explicativa nº “23 – Eventos subsequentes”.

Operacional e financeiro

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) declarou que o país passa pela pior crise hidrológica desde 1930 e que nos últimos sete anos, os reservatórios das hidrelétricas receberam um volume de água inferior à média histórica. Com isso, a ONS emitiu estudo prospectivo de junho a novembro de 2021 esclarecendo o atendimento eletroenergético do Sistema Interligado Nacional (SIN). Nesse contexto, algumas ações se destacam, como o aumento da geração térmica e da garantia do suprimento de combustível para essas usinas. Desta forma, observamos um aumento na curva de despacho das usinas da Companhia ao longo do período, gerando reflexos nos resultados operacionais do trimestre.



* Informações não revisadas por auditor independente.

Adicionalmente, em 29 de junho de 2021, foram assinados os contratos de concessão dos ativos adquiridos pela Companhia no segundo ciclo da Oferta Permanente da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), realizado no dia 04 de dezembro de 2020, no qual foram adquiridos:

- (i) Na Bacia do Amazonas, no estado do Amazonas, 100% de participação em três blocos terrestres AMT-62, AM-T-84 e AM-T-85, tendo ofertado um Programa Exploratório Mínimo (“PEM”) total de 11.414 Unidades de Trabalho (“UT”), a ser executado ao longo de 8 anos, na área total arrematada de 7.224 km². O valor do bônus de assinatura para esses blocos foi de R\$ 16,3 milhões.
- (ii) Na Bacia do Solimões, 100% de participação da área de Juruá (“Juruá”), situado a 725 km a sudoeste de Manaus (Amazonas) e a 110 km a oeste dos campos de gás e óleo de Uruçu. O valor do bônus de assinatura ofertado por Juruá foi de R\$ 25,7 milhões.
- (iii) Na Bacia do Paraná, 70% de participação nos quatro blocos PAR-T-196, PAR-T-215, PAR-T-86, PART-99, em consórcio com a Enauta Energia S.A. que será operado pela Eneva. Esses blocos exploratórios estão localizados nos estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás, com área de aproximadamente 11.544 km². O PEM ofertado para 100% dos blocos foi de 7.548 UTs, a ser executado em até 6 anos e o valor total do bônus de assinatura ofertado foi de R\$ 2,1 milhões.

2. Licenças e autorizações



Para o 2º trimestre de 2021, além do cumprimento de todas as obrigações legais e socioambientais planejadas para o período, destaca-se a renovação das licenças de operação de Parnaíba II e III, e da Licença Prévia para Usina Fotovoltaica de

10 MW no Complexo Parnaíba. Foram ainda emitidas autorizações de manejo de fauna referentes às obras nos clusters do parque dos gaviões e à Licença Prévia de perfuração para o bloco 146.

3. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias



As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo as mesmas políticas contábeis, julgamentos críticos de estimativas, princípios, métodos de cálculo e critérios uniformes em relação aqueles adotados para a elaboração das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e devem ser lidas em conjunto com estas.

Com o objetivo de apresentar apenas aspectos relevantes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, não estamos apresentando as notas explicativas descritas abaixo, que foram divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício

findo em 31 de dezembro de 2020, já que não sofreram atualizações significativas no período.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na análise histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Títulos das notas explicativas	Número das notas explicativas
Estimativas e julgamentos contábeis críticos	5
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	11
Intangível	14
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	16
Provisão para abandono	20
Cobertura de seguros	28
Compromissos assumidos	29
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	25 (e)
Provisão - custo de ressarcimento	25 (f)

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 2 de agosto de 2021 e pelo Conselho de Administração em 5 de agosto de 2021.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias individuais estão de acordo com o CPC 21 (R1) e as informações consolidadas da Companhia estão de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, da mesma forma que a apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações financeiras intermediárias - ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto dessas demonstrações financeiras intermediárias.

Na apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais, os custos relativos às debêntures emitidas pela Eneva S.A. (3ª série), que têm por finalidade a construção do projeto Parnaíba V, estão registrados na conta de “investimento em controladas”, em consonância ao parágrafo 8º, do CPC 43 – adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 41.

Nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, esses custos são apresentados na conta de “imobilizado”. Desse modo, não existe diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado.

Adicionalmente, as ações da Eneva S.A. que foram adquiridas pela controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A., para realização do programa de recompra de ações da Companhia, estão registradas no patrimônio líquido individual e consolidado de forma reflexa. Dessa forma, essa operação também não gera diferença entre o patrimônio líquido individual da controladora e o patrimônio líquido consolidado, em consonância ao parágrafo 8º, do CPC 43 – adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPCs 15 a 41.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas e coligadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera (“moeda funcional”), que é o Real (“R\$”), exceto em relação à controlada Parnaíba BV que utiliza o Dólar (“USD”), cuja moeda funcional é diferente da apresentação e sua conversão segue os mesmos critérios utilizados em 31 de dezembro de 2020.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou, sem impactos significativos, as alterações ao “CPC 06 (R2) – Arrendamentos” e ao “CPC 48 – Instrumentos Financeiros”, nos termos da revisão de pronunciamentos técnicos nº 17, a partir de 1º de janeiro de 2021.

4. Informações por segmento

SUMÁRIO 

A Administração da Companhia gerencia seus empreendimentos com base em cinco segmentos de negócios principais, sendo: (i) térmicas a gás, (ii) *upstream*, (iii) térmicas a carvão, (iv) comercialização de energia e (v) holding e outros.

As atividades de cada segmento têm seu desempenho avaliado pela Diretoria Executiva da Companhia e refletem a estrutura do modelo de negócio adotado. Cabe destacar que as operações entre a Companhia e suas controladas, bem como as operações entre as controladas, são integralmente eliminadas para a apresentação dos saldos por segmento.

Segue abaixo descrição dos segmentos:

i. Térmicas a gás

Fazem parte deste segmento as controladas Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização S.A., compondo o Complexo do Parnaíba, no Maranhão. O referido complexo possui capacidade total instalada de, aproximadamente, 1,4 GW e terá a capacidade de 2,0 GW a partir da conclusão das obras de fechamento de ciclo, conhecido como projeto Parnaíba V, com previsão de conclusão para o 1º semestre de 2022 e projeto Parnaíba VI, que tem como objetivo a expansão da usina termelétrica UTE MC2 Nova Venécia 2 (“Parnaíba II”), com capacidade instalada adicional de 92,3 MW, com conclusão prevista para o 1º semestre de 2025.

Todo o complexo está conectado ao Subsistema Norte de geração e transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Adicionalmente, o segmento de geração térmica a gás conta com o projeto Azulão-Jaguatirica, com capacidade instalada de 132,3 MW, em implantação na cidade de Boa Vista, estado de Roraima, com previsão de conclusão para o 4º trimestre de 2021. O projeto está situado em sistema isolado.

ii. *Upstream*

Nesse segmento, a Companhia opera 24 blocos exploratórios e 13 campos produtores de gás natural nas Bacias do Parnaíba Amazonas e Solimões, totalizando contratos de concessão para exploração e produção (E&P) de hidrocarbonetos em mais de 64.000 km².

A Companhia possui compromisso de produção de 8,4 milhões de m³ de gás natural por dia, totalmente destinados ao abastecimento do Complexo do Parnaíba, consolidando o modelo *Reservoir-to-Wire* (“R2W”), implementado de forma pioneira no país. Esse segmento é composto pelas Companhias Eneva S.A. e Parnaíba B.V.

iii. Térmicas a carvão

Esse segmento é composto pelas controladas Itaqui Geração de Energia S.A., que possui capacidade instalada de 360 MW, localizada no estado do Maranhão, conectada ao Subsistema Norte, e Pecém II Geração de Energia S.A., com capacidade instalada de 365 MW, localizada no estado do Ceará, conectada ao Subsistema Nordeste, ambas com transmissão de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

iv. Comercialização de energia

Nesse segmento, ocorre a comercialização de contratos de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), obrigatoriamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por intermédio da controlada indireta Eneva Comercializadora de Energia Ltda.

v. Holding e outros

Esse segmento é composto pela Eneva Participações S.A., além das empresas mantidas para o desenvolvimento de projetos.

A seguir são apresentados, por segmento, o balanço patrimonial na data base de 31 de dezembro 2020 e 30 de junho de 2021, e as demonstrações de resultados na data base de 30 de junho de 2021 e 2020.

Contas patrimoniais 30/06/2021:

	Geração a Gás Natural			Subtotal Consolidado	Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações								
Total do ativo	6.508.128	7.458.344	(483.369)	13.483.103	4.592.685	(48.287)	4.544.398	85.968	281.004	(1.635.315)	16.759.157
Circulante	825.715	1.572.815	(268.728)	2.129.802	680.072	-	680.072	37.549	70.431	(267.527)	2.650.327
Caixa e equivalentes	377.672	650.705	-	1.028.377	144.268	-	144.268	470	2.348	-	1.175.463
Contas a receber	264.040	99.795	(97.928)	265.907	231.962	-	231.962	22.603	43	-	520.515
Estoque	30.528	49.410	-	79.938	144.912	-	144.912	-	43	-	224.893
Outros ativos	153.474	772.905	(170.800)	755.579	158.930	-	158.930	14.476	67.997	(267.527)	729.455
Não circulante	5.682.413	5.885.529	(214.641)	11.353.301	3.912.613	(48.287)	3.864.326	48.419	210.573	(1.367.788)	14.108.831
IR e CS Diferido	12.658	484.615	-	497.273	268.211	-	268.211	45.860	38	-	811.382
Imobilizado e intangível	5.624.844	3.188.773	-	8.813.617	3.587.078	-	3.587.078	175	110.606	617.293	13.128.769
Outros ativos	44.911	2.212.141	(214.641)	2.042.411	57.324	(48.287)	9.037	2.384	99.929	(1.985.081)	168.680
Total do passivo	6.508.128	7.458.344	(483.369)	13.483.103	4.592.685	(48.287)	4.544.398	85.968	281.004	(1.635.315)	16.759.157
Circulante	731.350	325.002	(384.925)	671.427	488.776	(45.810)	442.966	24.865	33.847	(196.113)	976.992
Empréstimos	24.058	15.582	-	39.640	-	-	-	-	-	-	39.640
Debentures	125.684	17.143	-	142.827	-	-	-	-	-	-	142.827
Outros passivos	581.608	292.277	(384.925)	488.960	488.776	(45.810)	442.966	24.865	33.847	(196.113)	794.525
Não circulante	2.954.781	4.616.787	(98.444)	7.473.124	1.429.539	(2.477)	1.427.062	3.481	118.510	(1.438.975)	7.583.202
Empréstimos	1.484.321	56.917	-	1.541.238	-	-	-	-	-	-	1.541.238
Debêntures	1.268.128	4.400.674	-	5.668.802	-	-	-	-	-	-	5.668.802
Outros passivos	202.331	159.196	(98.444)	263.083	1.429.539	(2.477)	1.427.062	3.481	118.510	(1.438.975)	373.161
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.409)	-	(3.409)
Patrimônio Líquido	2.821.997	2.516.555	-	5.338.552	2.674.370	-	2.674.370	57.622	132.056	(227)	8.202.373

Contas patrimoniais 31/12/2020:

	Geração a Gás Natural				Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado							
Total do ativo	6.603.693	6.117.417	(468.634)	12.252.476	4.698.796	(2.954)	4.695.842	155.985	833.036	(1.719.243)	16.218.096
Circulante	1.535.381	994.754	(300.994)	2.229.141	722.828	-	722.828	102.133	73.753	(197.453)	2.930.402
Caixa e equivalentes	918.719	275.380	-	1.194.099	170.994	-	170.994	9.638	10.202	-	1.384.933
Contas a receber	415.149	99.741	(97.999)	416.891	248.329	-	248.329	35.744	-	-	700.964
Estoque	25.227	45.277	-	70.504	108.501	-	108.501	-	10	-	179.015
Outros ativos	176.286	574.356	(202.995)	547.647	195.004	-	195.004	56.751	63.541	(197.453)	665.490
Não circulante	5.068.312	5.122.663	(167.640)	10.023.335	3.975.968	(2.954)	3.973.014	53.852	759.283	(1.521.790)	13.287.694
IR e CS Diferido	24.092	503.142	-	527.234	294.190	-	294.190	43.599	36	-	865.059
Imobilizado e intangível	5.003.927	2.901.954	-	7.905.881	3.669.441	-	3.669.441	198	111.697	598.003	12.285.220
Outros ativos	40.293	1.717.567	(167.640)	1.590.220	12.337	(2.954)	9.383	10.055	647.550	(2.119.793)	137.415
Total do passivo	6.603.693	6.117.417	(468.634)	12.252.476	4.698.796	(2.954)	4.695.842	155.985	833.036	(1.719.243)	16.218.096
Circulante	804.714	332.106	(358.597)	778.223	443.342	(497)	442.845	40.271	9.737	(205.137)	1.065.939
Empréstimos	3.580	15.613	-	19.193	-	-	-	-	-	-	19.193
Debêntures	106.634	11.886	-	118.520	-	-	-	-	-	-	118.520
Outros passivos	694.500	304.607	(358.597)	640.510	443.342	(497)	442.845	40.271	9.737	(205.137)	928.226
Não circulante	2.669.600	4.472.445	(110.037)	7.032.008	1.558.610	(2.457)	1.556.153	3.498	143.864	(1.514.106)	7.221.417
Empréstimos	1.246.493	64.606	-	1.311.099	-	-	-	-	-	-	1.311.099
Debêntures	1.320.488	4.273.365	-	5.593.853	-	-	-	-	-	-	5.593.853
Outros passivos	102.619	134.474	(110.037)	127.056	1.558.610	(2.457)	1.556.153	3.498	143.864	(1.514.106)	316.465
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.423)	-	(3.423)
Patrimônio líquido	3.129.379	1.312.866	-	4.442.245	2.696.844	-	2.696.844	112.216	682.858	-	7.934.163

30/06/2021

	Geração a Gás Natural				Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado							
Demonstração do resultado											
Receita operacional líquida	1.115.755	487.806	(457.026)	1.146.535	645.927	-	645.927	178.598	414	(57.578)	1.913.896
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(865.838)	(177.534)	457.026	(586.346)	(453.282)	-	(453.282)	(174.802)	(988)	57.578	(1.157.840)
Despesas operacionais	(25.128)	(183.025)	(3.422)	(211.575)	(12.274)	-	(12.274)	(4.609)	1.031	(6.846)	(234.273)
Outros resultados operacionais	3.643	16.145	-	19.788	9.494	-	9.494	-	(311)	97	29.068
Despesas com exploração e poço seco	-	(28.229)	-	(28.229)	-	-	-	-	-	-	(28.229)
Equivalência patrimonial	-	227.271	(123.522)	103.749	55.126	(55.126)	-	-	15.753	(119.634)	(132)
Receitas financeiras	9.993	32.855	-	42.848	10.543	-	10.543	796	838	(22.654)	32.371
Despesas financeiras	(56.441)	(6.573)	-	(63.014)	(75.937)	-	(75.937)	(6.837)	(66)	22.654	(123.200)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(34.041)	(47.826)	-	(81.867)	(30.654)	-	(30.654)	2.260	(124)	-	(110.385)
Lucro (Prejuízo) do período	147.943	320.890	(126.944)	341.889	148.943	(55.126)	93.817	(4.594)	16.547	(126.383)	321.276
Atribuído a sócios da empresa controladora	147.943	320.890	(126.944)	341.889	148.943	(55.126)	93.817	(4.594)	16.547	(126.397)	321.262
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	14

30/06/2020

	Geração a Gás Natural				Térmicas a Carvão	Eliminações	Subtotal Consolidado	Comercialização de Energia	Holding e Outros	Eliminações	Total do Consolidado
	Térmicas a Gás	Upstream	Eliminações	Subtotal Consolidado							
Demonstração do resultado											
Receita operacional líquida	843.995	307.824	(284.058)	867.761	547.820	-	547.820	240.664	143	(198.614)	1.457.774
Custo de Bens e/ou Serviços vendidos	(544.738)	(99.366)	282.891	(361.213)	(369.889)	-	(369.889)	(234.685)	(751)	198.614	(767.924)
Despesas operacionais	(13.318)	(106.228)	-	(119.546)	(10.924)	-	(10.924)	(2.811)	(3.461)	(6.846)	(143.588)
Outros resultados operacionais	(18.783)	7.894	-	(10.889)	866	-	866	-	8.073	347	(1.603)
Despesas com exploração e poço seco	-	(51.584)	-	(51.584)	-	-	-	-	-	-	(51.584)
Equivalência patrimonial	-	238.774	(132.965)	105.809	34.885	(34.885)	-	-	45.246	(158.275)	(7.220)
Receitas financeiras	(7.282)	42.078	(1.838)	32.958	73.959	-	73.959	7.788	957	(23.561)	92.101
Despesas financeiras	(44.275)	(54.500)	3.006	(95.769)	(148.933)	-	(148.933)	(63)	(240)	23.561	(221.444)
Provisão dos tributos correntes e diferidos	(49.365)	(5.500)	-	(54.865)	(34.733)	-	(34.733)	(1.747)	(79)	-	(91.424)
Lucro (Prejuízo) do período	166.234	279.392	(132.964)	312.662	93.051	(34.885)	58.166	9.146	49.888	(164.774)	265.088
Atribuído a sócios da empresa controladora	166.234	279.392	(132.964)	312.662	93.051	(34.885)	58.166	9.146	49.888	(164.322)	265.540
Atribuído a sócios não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(452)	(452)

Receita bruta entre segmentos e clientes

	30/06/2021			30/06/2020		
	Receita Bruta Total do Segmento (a)	Receita Bruta Intercompany *	Receita Bruta Clientes	Receita Bruta Total do Segmento	Receita Bruta Intercompany *	Receita Bruta Clientes
Térmicas a gás	1.241.911	47.169	1.194.742	937.639	45.792	891.847
Upstream	566.264	563.181	3.083	340.300	338.637	1.663
Carvão	722.085	-	722.085	615.276	-	615.276
Comercializadora de energia	196.803	16.278	180.525	265.195	173.065	92.130
Holding e outros	455	-	455	158	-	158
Total	2.727.518	626.628	2.100.890	2.158.568	557.494	1.601.074

* Receita eliminada

(a) Análise da receita bruta total do segmento - por categoria

	30/06/2021						
	CCEAR		MCP *	Arrendamento		Gás e Condensado	Total
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável	
Térmicas a gás (a)	668.978	395.680	177.253	-	-	-	1.241.911
Upstream (a)	-	-	-	145.886	116.954	303.424	566.264
Carvão	434.372	270.542	17.171	-	-	-	722.085
Comercializadora de energia (b)	-	-	196.803	-	-	-	196.803
Holding e outros	-	-	455	-	-	-	455
Total	1.103.350	666.222	391.682	145.886	116.954	303.424	2.727.518

	30/06/2020						
	CCEAR		MCP *	Arrendamento		Gás e Condensado	Total
	Fixa Disponibilidade	Variável	Variável	Fixo	Variável	Variável	
Térmicas a gás	637.019	121.665	178.955	-	-	-	937.639
Upstream	-	-	-	145.886	26.980	167.434	340.300
Carvão	417.993	98.286	98.997	-	-	-	615.276
Comercializadora de energia	-	-	265.195	-	-	-	265.195
Holding e outros	-	-	158	-	-	-	158
Total	1.055.012	219.951	543.305	145.886	26.980	167.434	2.158.568

* MCP = Mercado de Curto Prazo (ambiente de contratação livre)

a. Incremento na receita em 30 de junho de 2021 em comparação com o mesmo período de 2020 é referente aos seguintes fatores: (i) atualização da receita fixa pelo IPCA que ocorre sempre no 2º semestre de cada ano, (ii) maior despacho de energia observado em decorrência da crise hídrica no país e (iii) aumento no arrendamento variável devido ao reajuste do preço de referência do gás natural pela ANP. .

b. O volume de energia comercializado diminuiu em função das condições desfavoráveis de mercado para o período.

5. Caixa e equivalentes de caixa

[SUMÁRIO !\[\]\(a3859c22c378670cd6224333e3c53990_img.jpg\)](#)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	13.179	3.419	56.571	43.382
Operações compromissadas	6.843	13.760	16.864	82.977
CDB (a)	630.679	258.155	1.102.028	1.258.574
	650.701	275.334	1.175.463	1.384.933

a. Investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Representam valores investidos em CDBs emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano de 100% do DI CETIP (“CDI”).

As principais movimentações de caixa no período findo em 30 de junho de 2021 foram baseadas substancialmente por geração de caixa operacional de R\$ 531.603 e captações de financiamentos no valor de R\$ 236.681, compensadas por investimentos líquidos nos segmentos de negócio (construção de Parnaíba V e projeto Azulão-Jaguatirica) no montante de R\$ 581.522.

6. Títulos e valores mobiliários

[SUMÁRIO !\[\]\(90fd06adc4bd3ab0f194c201536c8676_img.jpg\)](#)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro (“LFT s”) (a)	205.290	72.911	505.965	439.658
CDB	72.480	71.659	72.480	71.659
	277.770	144.570	578.445	511.317

a. LFTs são títulos pós-fixados cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento.

7. Contas a receber

[SUMÁRIO !\[\]\(52b7b7d85f6335414c0975ffe1f15690_img.jpg\)](#)

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR):		
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	48.297	118.719
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	144.748	153.620
Pecém II Geração de Energia S.A.	114.450	99.191
Itaqui Geração de Energia S.A.	114.868	104.921
	(a) 422.363	476.451
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre (ACL):		
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	15.592	57.067
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	-	1.026
Pecém II Geração de Energia S.A.	2.548	29.413
Parnaíba Geração e Comercialização S.A.	55.389	85.692
Itaqui Geração de Energia S.A.	110	14.804
	(b) 73.639	188.002
Contratos de comercialização de energia elétrica bilateral:		
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	32.966	45.410
Tauá Geração de Energia Ltda.	43	51
	33.009	45.461
Contratos de comercialização de gás condensado		
Eneva S.A.	1.867	1.413
Perda de crédito esperada		
Provisão para perda de crédito esperada	(10.363)	(10.363)
Total do contas a receber	520.515	700.964

a. Em 2021, face a retomada parcial da atividade econômica e a crise hídrica observada, o despacho médio das termelétricas aumentou (83%) em comparação com igual período do ano anterior. Porém, quando comparamos este trimestre com o 4º trimestre de 2020 observamos uma redução do saldo a receber, o que reflete a sazonalidade histórica da curva de despacho das térmicas que se concentra ao longo do 2º semestre do ano.

b. A variação está ligada substancialmente à redução da disponibilidade de atendimento ao despacho das usinas no período, devido a manutenções em sua maioria programadas e também à condições de mercado. Cabe destacar que apuramos 100% de adimplência dos contratos do ambiente livre.

Avaliação do risco de crédito

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

Adicionalmente, para os contratos comercializados bilateralmente é realizada uma análise de risco frente às contrapartes, antes da operação, através de informações auditadas, informações de mercado e situação atual da empresa e, posteriormente, através do registro do contrato na CCEE e acompanhamento da empresa em relação aos pagamentos, que em caso de atraso, a energia negociada não é registrada e a contraparte fica com um déficit de energia, sujeito ao preço de energia atual no mercado (PLD) e a multa na Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE).

O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Não existem contas a receber em atraso e com expectativa de perda, exceto o saldo da Canabrava Energética S.A, no valor de R\$ 10.363 mil, cuja provisão para perda de crédito esperada foi reconhecida integralmente.

8. Estoques

[SUMÁRIO](#)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Materiais, suprimentos e outros	25.695	21.125	49.561	39.559
Carvão (a)	-	-	97.453	65.530
Peças eletrônicas e mecânicas	19.432	19.904	68.097	65.489
Lubrificantes e químicos	4.283	4.248	9.782	8.437
	49.410	45.277	224.893	179.015

a. Devido à revisão na curva de despacho para o 2º semestre do ano a Companhia adotou a estratégia de recomposição dos estoques, efetuando compras ao longo do trimestre.

9. Impostos diferidos

[SUMÁRIO](#)

Impostos diferidos

Segue abaixo a composição dos tributos diferidos por empresa e natureza:

	Ativo Diferido				Passivo Diferido	Consolidado
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Ativos Avaliados a Valor Justo	Diferenças Temporárias	30/06/2021 Líquido
Eneva	501.858	41.492	543.350	79.082	(137.817)	484.615
Itaquí	186.012	32.654	218.666	-	(26.055)	192.611
PGC	43.260	3.850	47.110	-	(79.572)	(32.462)
Parnaíba II	52.136	3.708	55.844	-	(43.876)	11.968
Comercializadora de Energia	42.019	3.840	45.859	-	0	45.859
Eneva Participações	-	36	36	-	0	36
Pecém II Geração	90.587	10.736	101.323	-	(25.721)	75.602
Azulão	-	691	691	-	-	691
Outras	-	4	4	-	(13.228)	(13.224)
	915.872	97.011	(a) 1.012.883	79.082	(326.269)	765.696
Ativo diferido líquido						811.382
Passivo diferido líquido						(45.686)

Consolidado
31/12/2020

	Ativo Diferido			Ativos Avaliados a Valor Justo	Passivo Diferido	Líquido
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total		Diferenças Temporárias	
Eneva	519.019	47.611	566.630	79.082	(142.570)	503.142
Itaqui	187.441	42.009	229.450	-	(20.974)	208.476
PGC	24.293	32.779	57.072	-	(76.593)	(19.521)
Parnaíba II	58.962	4.564	63.526	-	(39.434)	24.092
Comercializadora de Energia	41.767	4.061	45.828	-	(2.229)	43.599
Eneva Participações	-	36	36	-	-	36
Pecém II Geração	96.801	10.940	107.741	-	(22.027)	85.714
Outras	-	54	54	-	(13.225)	(13.171)
	928.283	142.054	1.070.337	79.082	(317.052)	832.367

Ativo diferido líquido 865.059
Passivo diferido líquido (32.692)

(a) Montante constituído de ativo diferido baseado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2028	2029 a 2030	2031 a 2034	Total
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos*	14.930	69.384	81.264	113.411	73.589	189.203	147.200	323.902	1.012.883

* A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 13 a 14 anos.

Em 30 de junho de 2021, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020
Resultado do período antes do IRPJ/CSLL	369.088	271.040	431.661	356.512
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(125.490)	(92.154)	(146.765)	(121.214)
Resultado de equivalência patrimonial	79.600	78.654	16	(1.053)
Subvenção para investimento – ICMS (a)	13.893	8.164	13.893	8.164
Outras diferenças permanentes (b)	(32.727)	(6.937)	(30.532)	(12.606)
Ativo fiscal não constituído (c)	6.142	7.598	2.263	12.646
Redução benefício SUDENE e PAT (d)	10.756	657	50.740	38.134
Baixa do diferido sobre prejuízo fiscal/base negativa	-	(1.482)	-	(15.495)
IRPJ e CSLL correntes e diferidos (e)	(47.826)	(5.500)	(110.386)	(91.424)
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(29.299)	(3.100)	(43.714)	(23.717)
IRPJ e CSLL diferidos	(18.527)	(2.400)	(66.671)	(67.707)
Total	(47.826)	(5.500)	(110.386)	(91.424)
Alíquota efetiva	12,96%	2,03%	25,57%	25,64%

	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020	Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020
Resultado do período antes do IRPJ/CSLL	155.100	89.609	178.611	114.686
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(52.734)	(30.467)	(60.728)	(38.993)
Resultado de equivalência patrimonial	38.003	33.602	-	-
Subvenção para investimento – ICMS (a)	6.717	876	6.717	876
Outras diferenças permanentes (b)	(44.272)	(4.684)	(42.156)	(5.287)
Ativo fiscal não constituído (c)	6.154	(3.811)	6.992	(5.542)
Redução benefício SUDENE e PAT (d)	9.149	657	28.929	19.712
IRPJ e CSLL correntes e diferidos (e)	(36.983)	(3.827)	(60.246)	(29.234)
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(28.720)	(3.100)	(35.850)	(8.110)
IRPJ e CSLL diferidos	(8.263)	(727)	(24.396)	(21.124)
Total	(36.983)	(3.827)	(60.246)	(29.234)

- a.** Subvenção para investimento referente a incentivo fiscal no estado do Maranhão, concedido pela Lei nº 9.463/2011, que consiste em crédito presumido de ICMS nas saídas de gás natural destinadas à usina termelétrica movida a esse combustível.
- b.** Referem-se às adições/exclusões permanentes da apuração de IRPJ/CSLL, como: exercício de Stock options e juros e amortizações relativas ao IFRS16.
- c.** Refere-se à parcela de impostos diferidos de controladas que não foram registrados devido à incerteza quanto à sua recuperação.
- d.** O valor mais relevante se refere ao benefício fiscal regional concedido pela Sudene, que resulta em redução de até 75% do IRPJ, no período de 10 anos.
- e.** O aumento verificado no período é consequência do aumento de despacho que impactou na elevação do lucro tributável

10. Investimento



10.1 Mutação do Investimento - valor patrimonial

Investimentos	%	Saldo em 31/12/2020	Transferência de Participação	Integratização/redução de Capital	AFAC	Equivalência	Amortização	Juros PGC*	Hedge Accounting	Dividendos	Tranf de passivo a descoberto e Baixa de Investimento	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Saldo em 30/06/2021
Controladas (diretas e indiretas)														
Azulão Geração de Energia S. A	99,90%	1.018.623	-	(238.761)	-	(10.900)	-	-	-	-	-	-	-	768.962
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	100,00%	667.750	399.187	-	-	65.389	-	36.275	1.621	(10.913)	-	-	-	1.159.309
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	1.014.444	132.165	1.000	-	71.862	-	-	-	(149.496)	-	(69.108)	(3.454)	997.413
Parnaíba B.V.	100,00%	98.553	-	237	-	(370)	-	-	-	-	-	154	-	98.574
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	1.639.550	-	-	-	38.651	-	-	-	(120.000)	-	-	-	1.558.201
Pecém II Participações S.A.	100,00%	1.057.385	-	(19.225)	-	55.165	-	-	-	(22.187)	-	-	-	1.071.138
Eneva Participações S.A.	100,00%	755.749	(531.352)	333.593	(377.575)	14.456	-	-	1.164	-	-	5.563	-	201.598
Outros	-	6.141	-	308	(226)	(4)	-	-	-	-	(69)	-	-	6.150
Controladas em conjunto														
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	50,00%	4.987	-	-	-	473	-	-	-	(1)	-	-	-	5.459
Pecém Oper. e Manutenção de Ger. Elétrica S.A.	50,00%	3.500	-	-	-	175	-	-	-	-	-	-	-	3.675
Centrais Termelétrica São Marco S.A.	50,00%	9	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	-
MABE Construção e Administração de Projeto	50,00%	1.136	-	-	-	(780)	-	-	-	-	-	-	-	356
		6.267.827	-	77.152	(377.801)	234.117	-	36.275	2.785	(302.597)	(78)	(63.391)	(3.454)	5.870.835
Mais valia e menos valia de ativos														
Controladas (diretas e indiretas)														
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia	100,00%	10.014	-	-	-	-	(232)	-	-	-	-	-	-	9.782
Pecém II Participações S.A.	100,00%	(153.064)	-	-	-	-	(3.228)	-	-	-	-	-	-	(156.292)
		6.124.777	-	77.152	(377.801)	234.117	(3.460)	36.275	2.785	(302.597)	(78)	(63.391)	(3.454)	5.724.325
Direito de uso														
Controladas (diretas)														
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100,00%	33.861	-	-	-	-	(2.227)	-	-	-	-	-	-	31.634
Itaqui Geração de Energia S.A.	100,00%	11.594	-	-	-	-	(256)	-	-	-	-	-	-	11.338
Eneva Participações S.A.	100,00%	116.968	-	-	-	-	(903)	-	-	-	-	-	-	116.065
Total investimentos		6.287.200	-	77.152	(377.801)	234.117	(6.846)	36.275	2.785	(302.597)	(78)	(63.391)	(3.454)	5.883.362

* Juros relativos a debentures que tem finalidade a construção do projeto Parnaíba V, vide nota explicativa nº "3 – Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias".

11. Imobilizado



11.1 Eventos significativos do período:

30/06/2021

	Terrenos	Edificações, Obras Civas Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para perda Impairment	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Custo											
Saldo em 31/12/2020	15.245	3.218.608	4.518.861	18.839	2.450	40.685	2.559.243	(237.030)	4.046.809	155.692	14.339.402
Adições (a)	-	5.302	19.287	695	-	477	3.770	-	782.495	-	812.026
Adições de arrendamento (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	106.836	106.836
Baixas	-	-	(3)	(480)	-	-	-	-	-	(51.373)	(51.856)
Poço Seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.123)	-	(13.123)
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	156.714	-	156.714
Provisão abandono	-	-	(58)	-	-	-	-	-	-	-	(58)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.683)	-	(28.683)
Transferências	-	-	-	-	-	-	156.092	-	(156.092)	-	-
Custo de Transação 2ª Emissão de Debêntures 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	1.142	-	1.142
Juros 2ª Emissão de Debêntures 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	52.008	-	52.008
Variação Monetária 2ª Emissão de Debêntures 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	54.404	-	54.404
Saldo em 30/06/2021	15.245	3.223.910	4.538.087	19.054	2.450	41.162	2.719.105	(237.030)	4.895.674	211.155	15.428.812
Depreciação											
Saldo em 31/12/2020	-	(768.657)	(1.293.028)	(11.192)	(2.630)	(16.803)	(1.257.165)	26.240	-	(69.492)	(3.392.727)
Adições	-	(56.444)	(140.033)	(662)	(147)	(1.002)	(66.831)	-	-	-	(265.119)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.168)	(21.168)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.409	23.409
Saldo em 30/06/2021	-	(825.101)	(1.433.061)	(11.854)	(2.777)	(17.805)	(1.323.996)	26.240	-	(67.251)	(3.655.605)
Valor Contábil											
Saldo em 31/12/2020	15.245	2.449.951	3.225.833	7.647	(180)	23.882	1.302.078	(210.790)	4.046.809	86.200	10.946.675
Saldo em 30/06/2021	15.245	2.398.809	3.105.026	7.200	(327)	23.357	1.395.109	(210.790)	4.895.674	143.904	11.773.207

- a. A movimentação está representada substancialmente pelos equipamentos recebidos para: (i) Segunda fase das obras do projeto Azulão-Jaguarica II e (ii) Avanço das obras de Parnaíba V.
- b. Trata-se substancialmente de um novo contrato de prestação de serviços de reboque, operação e manutenção de carretas criogênicas para o transporte de gás natural liquefeito na controlada Azulão Geração de Energia S.A.. A taxa de desconto é de 11,03% de acordo com o "range" da vigência que é de 5 anos e possui parcela fixa mensal de R\$ 1 milhão, aproximadamente.

											31/12/2020
	Terrenos	Edificações, Obras Civas Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado E&P	Provisão para Perda Impairment	Imobilizado em Curso	Direito de Uso (IFRS 16)	Total
Custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.599	3.138.711	4.329.160	13.757	2.769	39.335	2.545.975	(289.807)	1.835.376	128.033	11.756.908
Adições	200	1.706	556	850	-	210	28.538	-	1.506.836	-	1.538.896
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.659	27.659
Movimentação de derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.084)	-	(41.084)
Baixas	(2.930)	(831)	(22.591)	(67)	(492)	(87)	-	-	-	-	(26.998)
Poço seco	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.308)	-	(19.308)
Adiantamento fornecedor	-	-	-	-	-	-	-	-	1.003.615	-	1.003.615
Provisão abandono	-	-	(1.306)	-	-	-	(15.270)	-	3.074	-	(13.502)
Crédito de PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.840)	-	(10.840)
Transferências	4.376	79.022	213.042	4.299	173	1.227	-	-	(302.139)	-	-
Reversão de provisão para perda ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	52.777	-	-	52.777
Custo de transação 2ª emissão de debêntures 3ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	852	-	852
Juros 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	38.572	-	38.572
Variação monetária 2ª emissão de debêntures 3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	31.855	-	31.855
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	3.218.608	4.518.861	18.839	2.450	40.685	2.559.243	(237.030)	4.046.809	155.692	14.339.402
Depreciação											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(659.901)	(1.098.630)	(9.600)	(2.752)	(14.895)	(1.158.119)	26.240	-	(33.647)	(2.951.304)
Adições	-	(108.922)	(201.458)	(1.629)	(281)	(1.908)	(99.046)	-	-	-	(413.244)
Adições IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.845)	(35.845)
Baixas	-	166	7.060	37	403	-	-	-	-	-	7.666
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(768.657)	(1.293.028)	(11.192)	(2.630)	(16.803)	(1.257.165)	26.240	-	(69.492)	(3.392.727)
Valor contábil											
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.599	2.478.810	3.230.530	4.157	17	24.440	1.387.856	(263.567)	1.835.376	94.386	8.805.604
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.245	2.449.951	3.225.833	7.647	(180)	23.882	1.302.078	(210.790)	4.046.809	86.200	10.946.675

Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Itens de Imobilizado	Range de Depreciação
Edificações e benfeitorias	25 a 50 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 40 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Veículos	7 anos
Direitos de uso	1 a 28 anos

Depreciação do imobilizado de geração

Itens do ativo imobilizado de Geração são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir do início de sua operação.

Depreciação do imobilizado na fase de exploração e produção – (E&P)

O imobilizado de E&P é depreciado a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas.

Anualmente, o volume de reservas 2P de cada campo é certificado por consultoria independente, e, com base nessas informações, a Companhia mantém seus registros de depreciação por unidades produzidas. Em 06 de janeiro de 2021, a consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, Inc (GCA) emitiu novo relatório executivo de auditoria das reservas de gás natural dos nove campos declarados comerciais no Parque dos Gaviões, na Bacia do Parnaíba e em um campo na Bacia do Amazonas.

11.2 Avaliação de impairment

A Companhia avalia, a cada trimestre, se existem indicações de uma possível perda por desvalorização no valor recuperável do ativo imobilizado. Conforme mencionado na nota explicativa nº “1.1 – Eventos significativos do período”, a Administração não identificou qualquer indicativo de que o valor em uso do ativo imobilizado pudesse estar desvalorizado nesse trimestre.

12. Fornecedores

SUMÁRIO 

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Geração de energia (a)	111.926	157.653
Construção de novas usinas (b)	150.822	187.775
Comercialização de energia	38.779	36.138
Exploração e produção de gás	75.497	51.999
Manutenção das usinas (c)	40.047	59.489
Outros	44.280	43.784
	461.351	536.838
Circulante	434.545	492.456
Não circulante	26.806	44.382

- a. O saldo é composto, substancialmente, por obrigações com fornecedores de insumos e prestadores de serviços ligados a geração de energia.
- b. Correspondem aos investimentos ligados à construção do projeto Azulão-Jaguarica e à usina termelétrica Parnaíba V. O principal fornecedor dessas construções é a Techint Engenharia e Construção.
- c. O saldo está ligado, substancialmente, às paradas programadas das usinas, que têm como objetivo a manutenção de máquinas e o aumento de sua vida útil.

13. Endividamentos



						30/06/2021				Consolidado 31/12/2020			
Empresa	Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas*	Vencimento	Custo de Captação a Apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de Captação a Apropriar	Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos													
Eneva	FINEP	R\$	TJLP + 3,00%	7,62%	15/03/2025		43.287	132	43.419	-	49.058	159	49.217
Eneva	FINEP	R\$	TJLP + 1,00%	5,62%	15/12/2028	(268)	29.280	67	29.079	(307)	31.232	76	31.001
PGC	BNB	R\$	IPCA + 1,9388%	8,95%	15/07/2036	(7.607)	610.984	45.114	648.491	(7.925)	422.569	13.576	428.220
Azulão	BASA SubCrédito A e B	R\$	IPCA + 1,6190%	8,63%	16/06/2036	(8.381)	538.986	2.678	533.283	(8.489)	490.617	2.687	484.815
Azulão	BASA SubCrédito C	R\$	IPCA + 1,3247%	8,25%	16/06/2036	(5.595)	359.323	1.732	355.460	(5.664)	359.323	1.914	355.573
						(21.851)	1.581.860	49.723	1.609.732	(22.385)	1.352.799	18.412	1.348.826
Depósitos vinculados							(28.854)	-	(28.854)	-	(18.534)	-	(18.534)
						(21.851)	1.553.006	49.723	1.580.878	(22.385)	1.334.265	18.412	1.330.292
Circulante						(1.308)	36.339	4.609	39.640	(1.089)	15.447	4.835	19.193
Não circulante						(20.543)	1.516.667	45.114	1.541.238	(21.296)	1.318.818	13.577	1.311.099
Debêntures													
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 7,2227%	14,18%	15/11/2025	(4.467)	301.826	2.600	299.959	(5.246)	305.685	2.719	303.158
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%	4,71%	15/11/2025	(6.960)	403.057	2.997	399.094	(8.424)	435.290	2.412	429.278
Parnaíba II	3ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,60%	3,16%	02/10/2022	(219)	100.000	905	100.686	(305)	100.000	602	100.297
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%	3,66%	02/10/2024	(923)	290.000	2.907	291.984	(1.088)	290.000	2.034	290.946
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%	12,02%	02/10/2026	(1.365)	360.000	3.944	362.579	(1.507)	360.000	2.863	361.356
Eneva	2ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,95%	3,16%	15/05/2024	(4.660)	750.000	4.162	749.502	(5.461)	750.000	2.698	747.237
Eneva	2ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,45%	3,66%	15/05/2027	(5.763)	750.000	4.621	748.858	(6.300)	750.000	3.170	746.870
Eneva	2ª emissão - 3ª Série	R\$	IPCA + 5,05%	12,02%	15/05/2029	(4.205)	552.366	3.354	551.515	(4.494)	529.817	3.321	528.644
Eneva	3ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,2259%	11,20%	15/12/2027	(13.044)	709.723	1.283	697.962	(14.152)	680.750	1.231	667.829
Eneva	5ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 5,50%	12,47%	15/06/2030	(22.793)	703.567	1.646	682.420	(24.437)	674.846	1.579	651.988
Eneva	6ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,127%	11,11%	15/09/2030	(15.837)	400.614	4.787	389.564	(16.456)	384.260	3.967	371.771
Eneva	6ª emissão - 2ª Série	R\$	IPCA + 4,5034%	11,48%	15/09/2035	(24.823)	614.815	8.004	597.996	(25.437)	589.716	6.634	570.913
						(105.059)	5.935.968	41.210	5.872.119	(113.307)	5.850.364	33.230	5.770.287
Depósitos vinculados						-	(60.490)		(60.490)	-	(57.914)	-	(57.914)
						(105.059)	5.875.478	41.210	5.811.629	(113.307)	5.792.450	33.230	5.712.373
Circulante						(15.628)	117.245	41.210	142.827	(15.947)	101.237	33.230	118.520
Não circulante						(89.431)	5.758.233		5.668.802	(97.360)	5.691.213	-	5.593.853

* Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses:

Abr-21 - CDI de 2,16%, IPCA de 6,10% e TJLP de 4,61%.

Mai-21 - CDI de 2,19%, IPCA de 6,76% e TJLP de 4,64%.

Jun-21 - CDI de 2,29%, IPCA de 8,06% e TJLP de 4,67%

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, os empréstimos obtidos pelas subsidiárias estão garantidos na estrutura equivalente à Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos) bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs das subsidiárias. Adicionalmente, os financiamentos também contam com aval da Controladora para as subsidiárias.

Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures (circulante e não circulante):

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	80.218	1.330.292	4.285.252	5.712.373
(+) Novas captações	-	236.681	-	-
(+) Juros incorridos	2.499	82.102	95.767	131.005
(+/-) Variação monetária	-	101	121.697	135.413
(-) Pagamento de principal	(7.724)	(7.724)	-	(49.810)
(-) Pagamento de juros	(2.534)	(50.789)	(90.511)	(123.025)
(+) Custo de captação	39	534	5.612	8.248
(+/-) Depósitos vinculados	-	(10.319)	-	(2.575)
Saldo em 30 de junho de 2021	72.498	1.580.878	4.417.817	5.811.629

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	92.073	1.399.414	2.637.317	4.157.128
(+) Novas captações	90.000	1.363.129	2.007.968	2.007.968
(+) Juros incorridos	12.183	163.058	155.663	232.336
(+/-) Variação monetária	-	1.549	102.011	115.822
(-) Pagamento de principal	(101.869)	(1.529.317)	(410.000)	(494.959)
(-) Pagamento de juros	(12.230)	(124.987)	(147.056)	(229.318)
(+/-) Custo de captação	61	(10.461)	(60.651)	(53.827)
(+/-) Depósitos vinculados	-	67.907	-	(22.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	80.218	1.330.292	4.285.252	5.712.373

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 30 de junho de 2021 têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2022	7.724	39.060	-	167.215
2023	15.447	78.120	-	295.618
2024	15.447	128.667	750.000	1.068.329
2025	6.790	105.531	486.574	863.048
2026 até último vencimento	11.712	1.239.257	3.244.512	3.424.513
	57.120	1.590.635	4.481.086	5.818.723
Custo de captação	(204)	(20.543)	(80.412)	(89.431)
Depósitos vinculados	-	(28.854)	-	(60.490)
	56.916	1.541.238	4.400.674	5.668.802

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamentos e debêntures da controladora e das subsidiárias operacionais e dos projetos em implantação possuem obrigações. Os covenants não financeiros são monitorados regularmente pela tesouraria e reportados periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido. Em 30 de junho de 2021, as condições dos covenants financeiros encontram-se atendidas.



14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados e mensurados como segue:

	30/06/2021				Consolidado 31/12/2020			
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	1.175.463	-	-	1.175.463	1.384.933	-	-	1.384.933
Títulos e valores mobiliários	-	-	578.445	578.445	71.659	-	439.658	511.317
Depósitos judiciais	6.642	-	-	6.642	6.182	-	-	6.182
Instrumentos financeiros derivativos	-	395	-	395	-	-	-	-
Contas a receber	520.515	-	-	520.515	700.964	-	-	700.964
Operações comerciais com partes relacionadas	51	-	-	51	51	-	-	51
	1.702.671	395	578.445	2.281.511	2.163.789	-	439.658	2.603.447
Passivos financeiros								
Fornecedores	461.351	-	-	461.351	536.838	-	-	536.838
Empréstimos e financiamentos	1.580.878	-	-	1.580.878	1.330.292	-	-	1.330.292
Debêntures	5.811.629	-	-	5.811.629	5.712.373	-	-	5.712.373
Operações comerciais com partes relacionadas	176	-	-	176	168	-	-	168
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	2.391	-	2.391
Retenções contratuais	4.330	-	-	4.330	4.330	-	-	4.330
Contas a pagar – setor elétrico	12.300	-	-	12.295	12.455	-	-	12.455
Provisão de custo por indisponibilidade	50.759	-	-	50.759	64.445	-	-	64.445
Pesquisa e desenvolvimento	64.527	-	-	64.527	82.603	-	-	82.603
Arrendamentos	156.792	-	-	156.792	100.968	-	-	100.968
	8.142.742	-	-	8.142.742	7.844.472	2.391	-	7.846.863

Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	30/06/2021				Consolidado 31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Títulos e valores mobiliários	-	578.445	-	578.445	-	439.658	-	439.658
Instrumentos financeiros derivativos	395	-	-	395	-	-	-	-
	395	578.445	-	578.840	-	439.658	-	439.658
Passivos financeiros								
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	2.391	-	-	2.391

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo durante o período.

Métodos e técnicas de avaliação

Devido ao seu vencimento no curto prazo, entende-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores é equivalente aos seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado referem-se, principalmente, a investimentos em títulos públicos federais através do fundo exclusivo da Companhia e, por isso, entende-se que o seu valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Derivativos, hedge e gerenciamento de risco

A Companhia possui instrumentos derivativos denominados *Non Deliverable Forwards* (NDFs), com a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de investimentos em moeda estrangeira previstos pela Parnaíba Geração e Comercialização para a construção da usina termelétrica Parnaíba V, que teve sua implantação iniciada em fevereiro de 2019, com prazo de construção previsto no contrato de empreitada global (EPC) de 31 meses.

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de *hedge* de fluxo de caixa, tendo em vista que o objetivo da cobertura é trazer maior previsibilidade ao fluxo de caixa futuro, mitigando o risco do impacto cambial sobre os pagamentos previstos no contrato de EPC do leilão A-6 de 2018 (Parnaíba V) e não como investimentos especulativos.

14.1 Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

Risco de variação de preço (commodities)

No caso da Companhia, esse risco está associado exclusivamente ao preço do carvão, que forma os estoques necessários para geração de energia nas termelétricas Pecém II e Itaqui.

O período entre a compra da carga e sua utilização para geração de energia se configura como o risco de variação de preço carregado pela termelétrica. A seguir, é apresentada a projeção de risco e sensibilidade dos montantes médios findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Itaqui			Pecém II		
	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (Alta 25%)	API2 / CIF ARA (Alta 50%)	Valor de Mercado (Provável)	API2 / CIF ARA (Alta 25%)	API2 / CIF ARA (Alta 50%)
31 de dezembro de 2020						
Receita variável (Ccomb)	139.449	174.311	209.173	127.291	159.114	190.937
Custo variável (carvão)	(119.829)	(149.234)	(178.639)	(104.809)	(131.642)	(158.474)
Resultado variável	19.620	25.077	30.534	22.482	27.472	32.463
30 de junho de 2021						
Receita variável (Ccomb)	200.978	251.222	301.467	230.821	288.526	346.232
Custo variável (carvão)	(187.546)	(230.731)	(273.916)	(204.659)	(253.222)	(301.786)
Resultado variável	13.432	20.491	27.551	26.162	35.304	44.446

Premissas*

	Itaqui		Pecém II	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Geração de energia - MWh	1.109.132	1.007.234	1.251.724	919.017
Consumo de carvão tn.	476.174	424.368	527.819	388.263
CIF ARA	64,16	53,28	65,33	53,25
API2	64,16	53,28	65,33	53,25
Prêmio	5,50	1,00	3,5	(1,25)
Fator i	0,52	0,52	0,52	0,53
FX	5,40	4,97	5,37	4,95

Sendo:

$Ccomb = CIF\ ARA * Fator\ i * FX$

$Custo\ Carvão = API2 + prêmio$

$API2 \sim CIF\ ARA$

* Informação não revisada

Risco de taxa de juros

(a) Risco relacionado aos juros flutuantes

A Companhia e suas controladas têm passivos indexados ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo indexador econômico TJLP (taxa de juros de longo prazo).

O ativo da Companhia e de suas controladas, representado por suas receitas, também será corrigido pelas mesmas taxas, fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de ativos e passivos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de TJLP, CDI e IPCA fossem deslocadas em 25% e 50% respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

	Cenário Provável	Cenário I (alta 25%)	Cenário II (alta 50%)
Risco de <i>cash flow</i> :			
Passivo indexado a TJLP	6.433	7.430	8.336
Passivo indexado ao CDI	212.303	255.077	297.480
Passivo indexado ao IPCA	467.918	535.102	601.476
Despesa financeira esperada	686.654	797.608	907.291
Aumento da despesa financeira	-	110.954	220.637

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

IPCA 12M: 6,07% (Fonte: Boletim Focus)

TJLP 12M: 4,88% (Fonte: Conselho Monetário Nacional)

CDI Médio 12M: 6,62% (Fonte: Projeção de Mercado)

14.2 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 30 de junho de 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

						Consolidado 30/06/2021
	Até 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Passivos						
Fornecedores	124.556	309.989	26.806	-	-	461.351
Operações comerciais	-	-	176	-	-	176
Empréstimos e financiamentos	43.339	57.987	132.758	672.384	1.591.028	2.497.496
Debêntures	208.346	248.418	645.408	3.330.841	5.354.934	9.787.947
Retenção contratual	-	-	-	4.330	-	4.330
	376.241	616.394	805.148	4.007.555	6.945.962	12.751.300

						Consolidado 31/12/2020
	Até 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Passivos						
Fornecedores	-	455.352	80.257	-	-	535.609
Contas a pagar	-	-	1.397	-	-	1.397
Empréstimos e financiamentos	42.823	32.589	111.067	416.002	1.119.028	1.721.509
Debêntures	173.345	195.309	584.075	3.334.003	5.500.498	9.787.230
Retenção contratual	-	-	-	4.330	-	4.330
	216.168	683.250	776.796	3.754.335	6.619.526	12.050.075

14.3 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

A Companhia entende que não há risco de crédito do contas a receber, vide avaliação na nota explicativa “nº 7 – Contas a receber”. Além disso, para mitigar os riscos, adotamos como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição, e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os créditos estão expostos a baixos riscos devido à classificação dos bancos de 1ª linha (AAA e AA), com os quais a Companhia tem relacionamento.

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	1.175.463	1.384.933
Títulos e valores mobiliários	578.445	511.317
Contas a receber de clientes	522.145	700.964
Derivativos	395	-
Depósitos judiciais	6.642	6.182
Depósito vinculado sobre empréstimos e debêntures	89.344	76.448
	2.372.434	2.679.844

14.4 Risco cambial

A Companhia e suas controladas não possuem exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira, exceto aquelas mencionadas no parágrafo “Derivativos, *hedge* e gerenciamento de risco” dessa nota explicativa.

14.5 Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução do custo de capital.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou proporá, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

15. Provisão para contingências



A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais de natureza cível, tributária e trabalhista, assim como em processos administrativos, avaliados por seus advogados e assessores jurídicos.

A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que ensejará provável desembolso de caixa para seu encerramento. O saldo consolidado da provisão para contingências no período findo em 30 de junho de 2021 é apresentado abaixo:

	31/12/2020				Consolidado
	Saldo Acumulado	Adições	Reversão	Atualização	30/06/2021
Cíveis	70.613	-	(21)	105	70.697
Trabalhistas	21.950	14	(2.000)	261	20.225
Tributários	40	-	-	-	40
Total das provisões	92.603	14	(2.001)	366	90.962

Contingências com risco possível (não requerem constituição de provisão)

Os processos judiciais e administrativos que não estão provisionados, por envolverem prognóstico de perda classificado por seus advogados e assessores jurídicos como de perda possível, são apresentados a seguir:

	30/06/2021	Consolidado 31/12/2020
Ambientais	22.430	25.912
Regulatórios	12.724	12.724
Trabalhistas (a)	41.900	51.873
Cíveis (b)	92.788	49.324
Tributários (c)	230.605	224.460
Total	400.447	364.293

(a) Trabalhistas

Englobam reclamações movidas por ex-funcionários da Companhia e empregados de empresas terceirizadas, que pleiteiam, dentre outros, verbas rescisórias, adicional de periculosidade, vínculo empregatício e posterior equiparação em direitos aos empregados da Companhia ou, ainda, eventuais verbas inadimplidas por suas contratantes diretas. A reversão apresentada no quadro anterior está vinculada a liquidações dos pedidos feitos pelos reclamantes e o encerramento de processos no decorrer do trimestre. Não existe causa individual relevante.

(b) Cíveis

A variação está ligada substancialmente a procedimento arbitral envolvendo contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction). Por meio do referido procedimento, a Contratada apresentou pedidos no valor de R\$ 51 milhões. Por outro lado, em sede de reconvenção, a Eneva apresentou pedido com valor estimado de R\$ 60 milhões.

Em junho de 2021, as partes solicitaram a suspensão da arbitragem por prazo indeterminado, para que avaliem uma solução para o litígio por meio de mediação.

(c) Tributários

Controlada Itaqui Geração de Energia S.A.

A controlada possui demandas de natureza tributária em que figura como ré. A principal demanda se refere a auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais federais para glosar despesas financeiras supostamente desnecessárias por não ter sido comprovado caráter de cobertura (*hedge*) de determinada operação contratada para fazer frente a um empréstimo em moeda estrangeira não concretizado.

O assunto encontra-se em discussão em âmbito administrativo, tendo sido protocolada impugnação ao auto de infração em 22 de janeiro de 2019, e, posteriormente, em 10 de julho de 2019, apresentado recurso voluntário. Após análise do recurso voluntário, o julgamento foi convertido em diligência, conforme requerido pela Companhia. A diligência segue em curso, sem previsão para encerramento.

Em caso de desfecho desfavorável, o efeito será de baixa no prejuízo fiscal de aproximadamente R\$ 195 milhões e base de cálculo negativa da CSLL nos controles fiscais auxiliares (ECF), sem representar qualquer desembolso e impacto no caixa da Companhia.



16. Partes relacionadas

Saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Controladora Resultado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
Mútuo						
Itaqui Geração de Energia S.A. (a)	781.725	808.285	-	-	18.529	17.014
Pecém II Geração de Energia S.A. (b)	850.810	864.473	-	-	20.962	26.655
Outras	688	689	-	-	-	-
	1.633.223	1.673.447	-	-	39.491	43.669
Operações comerciais						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (c)	140.595	147.130	36	36	308.533	169.942
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (c)	114.618	99.156	49	48	201.505	139.451
Itaqui Geração de Energia S.A.	8.378	10.625	2.323	2.323	4.712	4.974
Pecém II Geração de Energia S.A.	4.801	7.080	141	141	2.974	3.205
Parnaíba B.V.	-	-	97.928	97.928	3	-
Outras	23.512	16.166	5.153	5.153	3.216	1.001
	291.904	280.157	105.630	105.629	520.943	318.573
Dividendos e Juros s/capital próprio a receber						
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	34.875	23.962	-	-	-	-
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	4.208	38.230	-	-	-	-
Itaqui Geração de Energia S.A.	40.000	-	-	-	-	-
	79.083	62.192	-	-	-	-
	2.004.210	2.015.796	105.630	105.629	560.434	362.242

- a.** O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Eneva (mutuante) sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado e o segundo sujeito a juros de 2,47% + IPCA e prazo de vencimento em setembro de 2026, no montante de R\$ 781.725 (R\$ 808.285, em 31 de dezembro de 2020). A variação corresponde a juros incorridos no período.
- b.** O saldo é composto por dois contratos de mútuo celebrados com a Eneva (mutuante) sendo o primeiro sujeito a juros de 104% do CDI e prazo de vencimento indeterminado e o segundo sujeito a juros de 3,19% + IPCA e prazo de vencimento em dezembro de 2027, no montante de R\$ 850.810 (R\$ 864.473, em 31 de dezembro de 2020). A variação corresponde a juros incorridos no período.
- c.** Saldos compostos, basicamente, pela venda do gás natural e arrendamento da Unidade de Tratamento de Gás (UTG) para as subsidiárias Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A..

17. Patrimônio líquido



Capital social

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é respectivamente de R\$ 8.888.979 e R\$ 8.848.409. A Companhia possui apenas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O capital autorizado em 30 de junho de 2021 é composto por 1.596.513.720 ações autorizadas, das quais 1.266.038.219 foram emitidas (315.835.960 em 31 de dezembro de 2020).

Cabe destacar que em março de 2021, foi aprovado o desdobramento das ações da Companhia na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias, sem modificação do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações aos titulares. Desta forma, a variação demonstrada na quantidade de ações entre os períodos é basicamente relacionada a esse movimento societário.

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

	Controladora		Controladora	
	30/06/2021		31/12/2020*	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Banco BTG Pactual	272.640.404	21,53%	72.410.101	22,93%
Cambuhy	289.640.404	22,88%	72.410.101	22,93%
Velt Partners	-	0,00%	17.665.975	5,59%
Dynamo	79.108.721	6,25%	15.853.947	5,02%
Atmos Investimentos	67.189.176	5,31%	15.793.261	5,00%
Ações em tesouraria	560.228	0,04%	-	-
Outros	556.899.286	43,99%	121.702.575	38,53%
Total	1.266.038.219	100,00%	315.835.960	100,00%

18. Resultado por ação



O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado pela divisão do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia em 30 de junho de 2021 e 2020 e pela respectiva quantidade média ponderada de ações em circulação durante o mesmo período, conforme o quadro abaixo:

	Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020
Resultado do período				
Numerador				
Lucro líquido atribuível aos acionistas	118.117	85.782	321.262	265.540
Denominador				
Média ponderada de ações	1.262.618.356	315.525.387	1.262.618.356	315.525.387
Lucro por ação (R\$) – básico	0,09355	0,27187	0,25444	0,84158
	Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020
Resultado do período				
Numerador				
Lucro líquido atribuível aos acionistas	118.117	85.782	321.262	265.540
Denominador				
Média ponderada de ações	1.262.618.356	315.525.387	1.262.618.356	315.525.387
Efeito das opções	10.584.913	2.260.611	10.584.913	2.260.611
Lucro por ação (R\$) - diluído (*)	0,09277	0,26994	0,25233	0,83559

* O fator de diluição representado pelos programas de remuneração baseados em ações da Companhia não representou mudanças significativas no cálculo do lucro diluído.

19. Plano de pagamento baseado em ações



Opção de ações outorgadas pela Companhia

O programa vigente de opções de compra de ações da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2016 e tem como beneficiários membros do Conselho de Administração, Diretoria e funcionários selecionados.

As opções poderão atingir o percentual máximo de 4% (quatro por cento) do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de emissão das opções. Para efeitos desse limite, será considerado o somatório de todas as ações de emissão da Companhia, incluídas as ações que vierem a ser emitidas pela Companhia em razão de opções outorgadas no âmbito do plano de opções.

Em 10 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a criação de programa de aquisição de ações de sua própria emissão ("Programa de Recompra"). O Programa de Recompra visou a aquisição de ações de emissão da Companhia pela Parnaíba II Geração de Energia S.A., sociedade controlada pela Companhia, para fazer frente às obrigações decorrentes do Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 27 de março de 2018, ratificado em 12 de julho de 2018, dirigido aos administradores e empregados da Companhia e de suas sociedades controladas.

A quantidade adquirida de ações foi de 1.070.000 (quantidade de ações antes do desdobramento ocorrido em 12 de março de 2021) ao preço médio de R\$ 69,46, totalizando R\$ 74.320. As ações adquiridas já foram substancialmente entregues aos beneficiários, conforme apresentado na Demonstração do Patrimônio Líquido – DMPL, em um total de R\$ 70.864.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no plano de opções no período entre 31 de dezembro de 2020 a 30 de junho de 2021:

Plano Outorgado pela Companhia - Quantidade de Opções de Ações	Quantidade de Opções	Preço Médio Ponderado de Exercício das Opções
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.573.336	7,12
Exercidas	(1.902.556)	6,29
Outorgadas	4.963.380	15,88
Expiradas	(505.444)	8,18
Saldo em 31 de março de 2021	15.128.716	10,13
Exercidas	(1.066.668)	4,30
Outorgadas	1.906.600	16,19
Expiradas	-	-
Saldo em 30 de junho 2021	15.968.648	11,24

A Companhia não consegue mensurar o valor dos serviços recebidos pelos participantes, portanto, decidiu mensurar os seus respectivos valores justos, tomando como base o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. Segundo o regulamento do programa, a Companhia liquidará essa obrigação com a emissão de novas ações ou pela utilização (quando constituída) da conta "Ações em tesouraria". O efeito no resultado em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 6.231.

(a) Unidades de performance restritas - units

A Companhia concedeu dois planos distintos de incentivo de remuneração de longo prazo baseado em ações. O primeiro foi aprovado em 12 de julho de 2018 e o segundo, denominado Plano de Incentivo de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações (Plano de Performance Shares) foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019. Nesses planos, a Companhia concede units, unidades de performance restritas, aos beneficiários que lhe prestam serviços. Porém, os planos seguem regras distintas para aquisição do direito de transferência de ações. A apropriação do valor justo dos planos ao resultado do período de 2021 foi de R\$ 12.096.

A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido nos planos de units no período entre 31 de dezembro de 2020 a 30 de junho de 2021:

Plano de Units Concedido pela Companhia - Quantidade de Units	Quantidade de Units	Preço Médio Ponderado das Ações
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.513.748	15,53
Exercidas	-	-
Canceladas	-	-
Concedidas	-	-
Expiradas	(69.408)	15,65
Saldo em 31 de março de 2021	5.444.340	15,53
Exercidas	(1.632.392)	-
Canceladas	-	-
Concedidas	632.951	-
Expiradas	(14.755)	15,65
Saldo em 30 de junho de 2021	4.430.144	16,70



20. Receita de venda de bens e/ou serviços

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período assim se apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020
Receita bruta				
Disponibilidade (ACR) (a)	-	-	1.103.350	1.055.012
Venda de energia (ACR) (b)	-	-	675.170	227.523
Venda de energia (ACL) (b)	-	-	319.287	316.876
Venda de gás e condensado	303.424	167.434	3.083	1.663
Arrendamento	262.840	172.866	-	-
	566.264	340.300	2.100.890	1.601.074
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(78.458)	(39.059)	(168.095)	(127.307)
P&D	-	-	(17.621)	(13.918)
Ressarcimento	-	-	(1.278)	(2.075)
	(78.458)	(39.059)	(186.994)	(143.300)
Total da receita líquida	487.806	301.241	1.913.896	1.457.774

	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020	Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020
Receita bruta				
Disponibilidade (ACR) (a)	-	-	550.521	527.506
Venda de energia (ACR) (b)	-	-	353.471	1.520
Venda de energia (ACL)	-	-	142.975	46.038
Venda de gás e condensado	161.167	23.653	1.559	103
Arrendamento	128.674	85.784	-	-
	289.841	109.437	1.048.526	575.167
Deduções da receita				
Impostos sobre vendas	(34.074)	(11.027)	(76.153)	(51.845)
P&D (d)	-	-	(8.922)	(4.776)
Penalidades por indisponibilidade (e)	-	-	(907)	118
	(34.074)	(11.027)	(85.982)	(56.503)
Total da receita líquida	255.767	98.410	962.544	518.664

- a. O aumento no período de 3 e 6 meses se deve à atualização do preço anual previsto contratualmente referente receita vinculada à remuneração do empreendimento de geração (receita fixa), mantido a disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).
- b. O aumento atípico nos períodos de 3 e 6 meses está relacionado ao maior atendimento ao despacho por energia, devido ao agravamento da crise hídrica no país.



21. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020
Custo				
Custos regulatórios	-	-	(71.186)	(68.996)
Depreciação e amortização (a)	(74.119)	(52.608)	(257.637)	(198.548)
Despesas com alugueis	(1.928)	(1.681)	(8.891)	(7.527)
Despesas com pessoal (b)	(19.019)	(13.989)	(90.971)	(73.772)
Energia elétrica para revenda (c)	-	-	(269.291)	(194.173)
Impostos e contribuições	(174)	(204)	(174)	(7.764)
Insumos de geração (d)	-	-	(303.155)	(132.021)
Material de consumo	(2.631)	(981)	(20.038)	(14.762)
Participações governamentais (e)	(64.655)	(16.932)	(64.655)	(16.932)
Seguros operacionais	(2.103)	(343)	(14.321)	(12.084)
Serviços de terceiros	(12.782)	(12.628)	(37.550)	(38.692)
Outras	(123)	-	(19.971)	(2.653)
	(177.534)	(99.366)	(1.157.840)	(767.924)
Despesas administrativas e gerais				
Depreciação e amortização	(16.796)	(17.340)	(30.699)	(31.300)
Despesas ambientais	(904)	(419)	(1.049)	(702)
Despesas com alugueis	(1.194)	(1.322)	(1.572)	(1.501)
Despesas com exploração e poço seco	(28.229)	(51.584)	(28.229)	(51.584)
Despesas com pessoal (b)	(151.452)	(68.601)	(158.529)	(71.872)
Impostos e contribuições	(885)	(695)	(953)	(497)
Material de consumo	(447)	(470)	(1.814)	(515)
Serviços compartilhados - Cost Sharing	18.427	17.960	-	-
Serviços de terceiros	(15.936)	(16.931)	(23.162)	(21.272)
Outras	(13.443)	(13.206)	(16.495)	(15.929)
	(210.859)	(152.608)	(262.502)	(195.172)
Outras receitas e despesas				
Ganho com venda de participação societária (f)	-	18.106	-	18.106
Perda na alienação de bens (g)	-	-	(306)	(16.527)
Contingências	1.571	931	2.008	3.585
Crédito de PIS/COFINS (h)	22.265	-	38.156	-
Outras receitas (despesas)	(7.635)	(2.944)	(10.790)	(6.767)
	16.201	16.093	29.068	(1.603)
	(372.192)	(235.881)	(1.391.274)	(964.699)

- a.** A variação está diretamente ligada às adições ocorridas durante o período.
- b.** O aumento nos gastos de pessoal está, substancialmente, ligado à atualização do valor justo e reconhecimento de encargos devidos pelo exercício dos planos de pagamento baseado em ações concedidos pela Companhia aos seus administradores e funcionários e pelo aumento da quantidade de funcionários.
- c.** A variação está ligada substancialmente à redução da disponibilidade de atendimento ao despacho das usinas no período, devido a manutenções em sua maioria programadas e também à condições de mercado.
- d.** O acréscimo está relacionado diretamente ao maior despacho de energia no ambiente contratual regulado ("ACR")
- e.** O aumento deve-se ao maior dispêndio no pagamento de encargos (royalties e participações especiais) relacionadas a operação de upstream devido ao reajuste no preço de referência do gás ocorrido em fevereiro de 2021.
- f.** A variação se deve à alienação da totalidade da participação na Seival Sul Mineração.
- g.** A variação observada se refere à doação da subestação à Eletronorte, no valor de R\$ 16.527, realizada em 2020. Essa doação foi estabelecida no processo de licenciamento do Complexo do Parnaíba.
- h.** Reconhecimento de créditos de PIS/Cofins decorrentes de: i) revisão da sistemática de apropriação de créditos dos últimos 5 anos das empresas operacionais, a fim de mapear créditos eventualmente não aproveitados no âmbito do regime não-cumulativo, tendo por base as definições constantes das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, bem como a ampliação do conceito de insumo definida pelo STJ em 2018 (baseada nos critérios de essencialidade e relevância) ii) Decisão do STF, em maio/21, bem como o trânsito em julgado obtido pela Eneva S.A., para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins relativo ao período de janeiro/2019 a abril/2021.

	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020	Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020
Custo				
Custos regulatórios	-	-	(35.541)	(34.480)
Depreciação e amortização	(33.137)	(12.404)	(124.786)	(84.660)
Despesas com aluguéis	(1.001)	(65)	(4.322)	(2.978)
Despesas com pessoal	(9.528)	(7.102)	(49.009)	(36.654)
Energia elétrica para revenda	-	-	(114.767)	(38.692)
Impostos e contribuições	(51)	(53)	(51)	(5.382)
Insumos de geração	-	-	(173.987)	(7.435)
Material de consumo	(964)	(41)	(8.303)	(6.990)
Participações governamentais	(30.832)	(3.141)	(30.832)	(3.141)
Seguros operacionais	(1.052)	(6)	(7.278)	(5.711)
Serviços de terceiros	(7.272)	(4.898)	(16.805)	(21.426)
Outras	(55)	163	(11.897)	2.691
	(83.892)	(27.547)	(577.578)	(244.858)
Despesas administrativas e gerais				
Depreciação e amortização	(8.358)	(9.077)	(15.333)	(16.266)
Despesas ambientais	(477)	(174)	(536)	(333)
Despesas com aluguéis	(678)	(711)	(853)	(910)
Despesas com exploração e poço seco	(18.332)	(25.184)	(18.332)	(25.184)
Despesas com pessoal	(99.985)	(43.394)	(102.959)	(43.938)
Impostos e contribuições	(535)	(66)	(537)	295
Material de consumo	(249)	542	(1.122)	520
Seguros administrativos	-	(2.386)	-	(2.401)
Serviços compartilhados - Cost Sharing	8.190	8.672	-	-
Serviços de terceiros	(12.530)	(11.004)	(15.654)	(14.699)
Outras	(6.413)	(3.379)	(7.990)	(6.120)
	(139.367)	(86.161)	(163.316)	(109.036)
Outras receitas e despesas				
Ganho com venda de participação societária	-	18.106	-	18.106
Contingências	1.332	931	1.589	3.154
Crédito de PIS/COFINS	12.663	-	13.493	-
Outras receitas (despesas)	(6.699)	(2.989)	(8.113)	(5.700)
	7.296	16.048	6.969	15.560
	(215.963)	(97.660)	(733.925)	(338.334)

Cabe destacar que as variações do trimestre estão descritas no quadro acima referente ao período de 6 meses findos em 30 de junho de 2021.



22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020	Seis meses findos em 30/06/2021	Seis meses findos em 30/06/2020
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	(2.499)	(4.069)	(2.499)	(59.855)
Multa e juros pagos ou incorridos	(1.887)	(84)	(2.113)	(3.452)
Amortização custo de transação de empréstimos	(1.376)	(3.090)	(4.013)	(8.400)
Comissão sobre fianças bancárias	(746)	(1.053)	(1.896)	(2.803)
Juros de provisão de abandono	(9.195)	(334)	(9.880)	(369)
Juros de passivos de arrendamento	(3.526)	(4.213)	(7.475)	(5.051)
Juros sobre mútuos	-	(5.602)	(119)	(2.488)
Juros de debêntures	(27.864)	(40.135)	(63.102)	(83.315)
Variação cambial e monetária	(1.588)	(18.453)	(23.233)	(42.561)
MTM contratos de energia / derivativos	-	-	(6.776)	-
Outros	(4.983)	(5.192)	(8.870)	(13.150)
	(53.664)	(82.225)	(129.976)	(221.444)
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	8.026	17.371	22.093	33.739
MTM contratos de energia / derivativos	-	-	-	6.859
Multas e juros recebidos ou auferidos	12	1.313	47	2.482
Rendimentos de mútuos	22.657	22.531	3	462
Variação cambial e monetária	47.068	29.540	10.864	44.952
Outros	2.160	863	6.140	3.607
	79.923	71.618	39.147	92.101
Resultado Financeiro	26.259	(10.607)	(90.829)	(129.343)

	Controladora		Consolidado	
	Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020	Três meses findos em 30/06/2021	Três meses findos em 30/06/2020
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	(1.243)	(2.429)	(1.243)	(30.342)
Multa e juros pagos ou incorridos	(1.869)	(73)	(1.967)	(3.199)
Amortização custo de transação de empréstimos	(692)	(1.137)	(1.982)	(3.262)
Comissão sobre fianças bancárias	(372)	(517)	(966)	(1.650)
Juros de provisão de abandono	(5.399)	636	(5.825)	680
Juros de passivos de arrendamento	(1.847)	(1.931)	(3.889)	(2.948)
Juros sobre mútuos	-	-	(74)	(28)
Juros de debêntures	(16.217)	(20.321)	(35.517)	(39.849)
Variação cambial e monetária	(3)	(5.009)	(8.551)	(14.392)
MTM contratos de energia	-	-	(9.084)	-
Outros	(2.894)	4.575	(5.129)	899
	(30.536)	(26.206)	(74.227)	(94.091)
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	5.668	7.184	13.994	14.605
MTM contratos de energia	-	-	-	(2.753)
Multas e juros recebidos ou auferidos	6	1.290	39	1.683
Rendimentos de mútuos	12.135	5.142	3	142
Variação cambial e monetária	18.775	6.968	8.849	14.244
Outros	675	728	1.513	1.369
	37.259	21.312	24.398	29.290
Resultado financeiro	6.723	(4.894)	(49.829)	(64.801)

As principais variações consistem na redução dos juros incorridos sobre os empréstimos (“encargos da dívida”) e debêntures (“juros de debêntures”), em decorrência, principalmente, da reestruturação das dívidas da Companhia e da emissão de debêntures a custos mais atrativos e pelo fato de termos no segundo trimestre de 2021, quando comparamos com o mesmo período de 2020, mais dívidas vinculadas à construção dos projetos de capital da Companhia com a capitalização dos juros incorridos.



23. Eventos subsequentes

Alteração de cronograma de implantação da UTE Jaguatirica II

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em Reunião Pública Ordinária da Diretoria, realizada no dia 27 de julho de 2021, aprovou a alteração do cronograma de implantação da usina termelétrica Jaguatirica II para postergar a data de entrada em operação comercial do empreendimento e os termos iniciais do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados ("CCESI") de 28 de junho de 2021 para 27 de janeiro de 2022 ou a data de efetivo início da operação comercial da usina, o que ocorrer primeiro. O prazo de suprimento do CCESI manteve-se inalterado, com a consequente postergação de seu termo final de 27 de junho de 2036 para 26 de janeiro de 2037.

Certificação de reservas

Em janeiro de 2021, a Companhia publicou a revisão anual do seu volume de reservas por meio do relatório de certificação de reservas elaborado por empresa especializada, referente à data base de 31 de dezembro de 2020. Na ocasião, foram apontados crescimentos de 3,3 bilhões de m³ nas reservas 2P dos campos da Bacia do Parnaíba e de 2,2 bilhões de m³ nas reservas 2P do Campo de Azulão.

De forma extraordinária, em agosto de 2021, a Eneva divulgou um novo relatório de certificação de reservas e recursos contingentes, referente a 30 de junho de 2021, também elaborado pela mesma certificadora. Neste novo relatório, foram avaliadas exclusivamente as reservas do Campo de Azulão e os recursos contingentes de determinados campos e áreas localizados na Bacia do Amazonas e Bacia do Solimões adquiridos no 2º Ciclo Licitatório da Oferta Permanente (OP) da ANP. A opção por fazer uma nova certificação incluindo esses novos ativos levou em consideração a ampliação planejada da capacidade de geração térmica a gás natural no Brasil, e a aceitação de recursos contingentes de gás para fins de comprovação de combustível no processo de habilitação de novos projetos em leilões de energia. Como resultado da nova avaliação realizada pela certificadora, foram divulgados os seguintes volumes:

- Campo de Azulão: incremento de reservas certificadas (2P) de gás totais do campo em 0,5 bilhões de m³, após a incorporação das informações do bloco AM-T-85, adquirido no 2º Ciclo da OP, que apontaram o aumento dos volumes originais de gás dentro da área do campo;
- Blocos AM-T-84 e AM-T-85 (Bacia do Amazonas): recursos contingentes totais de gás de 5,84 bilhões de m³ e de óleo de 4,23 milhões de barris, ambos P50. A certificação de recursos foi apoiada na possibilidade de extensão dos volumes de gás de Azulão para o bloco adjacente (AM-T-85) e na incorporação de volumes de gás e óleo do poço 1-BRSA-1293-AM, no Bloco AM-T-84;
- Área de Juruá (Bacia do Solimões): recursos contingentes de 20,85 bilhões de m³ de gás (P50), calculada com base em simulações de reservatórios para obtenção dos fatores de recuperação e dos perfis de produção.

Cabe destacar que os reflexos contábeis relativos a esse incremento de reservas contingentes serão prospectivos (a partir da entrada em operação dessas áreas).

Conselho de Administração

Jerson Kelman

Presidente

Conselheiros:

Elena Landau

Felipe Gottlieb

Guilherme Bottura

Phillippe Reichstul

Marcelo Pereira Lopes de Medeiros

Renato Antônio Secondo Mazzola

Diretoria

Pedro Zinner

Diretor Presidente

Lino Lopes Caçado

Diretor de Operações

Marcelo Campos Habibe

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Marcelo Cruz Lopes

Diretor de Marketing, Comercialização e Novos Negócios

Controladoria

Ana Paula Alves do Nascimento

CRC-RJ 086983/O-0

Controller

Bruno Campelo de Azevedo

CRC-RJ 106648/O-9

Contador

Praia de Botafogo, 501 | Torre Corcovado, sala 404 B
Rio de Janeiro (RJ) | CEP: 22.250-040

+55 (21) 3721-3000

www.eneva.com.br



eneva

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, ela própria, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no próprio Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Em 30 de junho de 2021, o capital social da Companhia era composto por 1.266.038.219 ações ordinárias, assim distribuídas:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 30/06/2021				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%
Controlador¹	0	0,00	0	0,00
Administradores				
Conselho de Administração	0	0,00	0	0,00
Diretoria	2.873.849	0,23	2.873.849	0,23
Conselho Fiscal²	0	0,00	0	0,00
Ações em Tesouraria³	560.228	0,04	560.228	0,04
Outros Acionistas	1.262.604.142	99,73	1.262.604.142	99,73
Total	1.266.038.219	100,00	1.266.038.219	100,00
Ações em Circulação⁴	1.262.604.142	99,73	1.262.604.142	99,73

¹ Com a homologação em 05/11/2015 do aumento de capital aprovado pela assembleia geral extraordinária, realizada em 26/08/2015, e com a notificação do término do acordo de acionistas entre DD Brazil S.à.R.L. ("E.ON") e Eike Fuhrken Batista e seus veículos de investimentos (em conjunto "Eike Batista"), conforme divulgado em comunicado ao mercado em 10/11/2015, a Companhia passou a ser uma sociedade de capital aberto sem controlador definido.

² Atualmente a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

³ As ações em tesouraria descritas na tabela contempla o total da posição mantida em tesouraria em 30 de junho de 2021 pela Controladora Eneva S.A. e pela Controlada Parnaíba II Geração de Energia S.A..

⁴ As ações em circulação desconsideram as ações detidas pelo Conselho de Administração, pela diretoria e em tesouraria.

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

No dia 26/05/2011 foi efetuado aumento de capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 24/03/2011, aumentando o número de ações da Companhia de 136.692.680 para 136.720.840, em decorrência do exercício das opções de subscrição de ações.

Em fevereiro de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 29/02/2012, mediante a emissão de 9.633 novas ações, em decorrência da conversão de 6.383 debêntures das 21.735.744 debêntures emitidas pela Companhia em 15 de junho de 2011. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.720.840 para 136.730.473.

Em março de 2012 foi efetuado aumento do capital da Companhia, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 21/03/2012, mediante a emissão de 984 novas ações, em decorrência da conversão de 649 debêntures, e mediante a emissão de 7.040 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.730.473 para 136.738.497.

Em maio de 2012 ocorreu um aumento do capital social, de acordo com a Reunião do Conselho de Administração de 09/05/2012 em decorrência de (i) emissão de 4.112 novas ações, em decorrência da conversão de 2.701 debêntures; e (ii) emissão de 125.620 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.738.497 para 136.868.229.

No mesmo mês ocorreu um novo aumento do capital social, conforme a primeira Reunião do Conselho de Administração do dia 24/05/2012, ratificando a emissão de 33.254.705 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 21.652.966 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 136.868.229 para 170.122.934.

O Conselho de Administração da ENEVA aprovou em 24/05/2012 um aumento de capital da Companhia, no valor total de R\$ 1.000.000.063,00, mediante a emissão de 22.623.796 novas ações, entretanto as ações só passaram a existir após a conclusão do aumento de capital com consequente homologação do mesmo, que foi concluído em julho de 2012 e homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de julho de 2012.

Em junho de 2012 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 15/06/2012, ratificando a emissão de 514 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, em decorrência da conversão de 334 debêntures. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 170.122.934 para 170.123.448.

Em 25/06/2012, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, aprovado em RCA realizada em 24/05/2012, às 11h, no valor de R\$1.000.000.063,00 (um bilhão e sessenta e três reais), dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização das 22.623.796 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pela E.ON AG ("E.ON"). Dessa forma, o número de ações da Companhia aumentou de 170.123.448 para 192.747.244.

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Nos termos da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 15/08/2012, os acionistas reunidos aprovaram, por unanimidade, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do qual cada 1 (uma) ação ordinária existente passou a corresponder a 3 (três) ações da mesma classe. Farão jus ao recebimento das ações desdobradas os acionistas da ENEVA com base na composição acionária de 15 de agosto de 2012. Com isso, o número de ações da Companhia aumentou de 192.747.244 para 578.241.732.

Em janeiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 10/01/2013, ratificando a emissão de 147.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.389.212.

Em fevereiro de 2013 ocorreu um aumento do capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 06/02/2013, ratificando a emissão de 27.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.416.212.

No entanto, ocorreu uma integralização parcial do valor financeiro do aumento de capital, de forma que o Capital Social em 31/03/2013 totalizasse R\$ 3.736.269.091,89, valor inferior ao apresentado na ata da Reunião do Conselho de Administração de 06 de fevereiro de 2013. O restante da integralização do valor financeiro do aumento de capital foi realizado após o fechamento do primeiro trimestre, fazendo com que o Capital Social totalizasse R\$ 3.736.354.722,02.

Em abril de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 05/04/2013, ratificando a emissão de 34.500 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.450.712. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.354.722,02 para R\$ 3.736.468.820,55.

Em maio de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 08/05/2013, ratificando a emissão de 29.250 novas ações ordinárias, sem valor nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 578.479.962. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 3.736.468.820,55 para R\$ 3.736.568.320,85.

Em 16/09/2013, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de julho de 2013, no valor de R\$ 799.999.995,15, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e total integralização de 124.031.007 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desta maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 578.479.962 para 702.510.969. O capital social da Companhia passou de R\$ 3.736.568.320,85 para R\$ 4.536.568.316,00.

Em outubro de 2013 ocorreu um aumento de capital social, conforme Reunião do Conselho de Administração do dia 21/10/2013, ratificando a emissão de 13.500 novas ações ordinárias, sem valor

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

nominal, em decorrência do exercício de opções de subscrição de ações outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, levando o número de ações da Companhia para 702.524.469. Em razão da deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 4.536.568.316,00 para R\$ 4.536.608.413,70.

Em 01/08/2014, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital social da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09/05/2014, no valor de R\$174.728.680,26, dentro do limite do capital autorizado, em razão da subscrição e integralização de 137.581.638 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 702.524.469 para 840.106.107. O capital social da Companhia passou de R\$4.536.608.413,70 para R\$4.711.337.093,96.

Em 05/11/2015, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26/08/2015, no valor de R\$2.300.531.398,65, em razão da subscrição e integralização de 15.336.875.991 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Dessa maneira, o número de ações da Companhia aumentou de 840.106.107 para 16.176.982.098. O capital social da Companhia passou de R\$4.711.337.093,96 para R\$7.011.868.492,61.

Em 07/04/2016, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a realização do grupamento das atuais 16.176.982.098 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, na proporção de 100 ações ordinárias para 1 ação ordinária, passando o capital a ser composto por 161.769.820 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sem modificação do valor do capital social. Os acionistas da Companhia tiveram o prazo de 30 dias, compreendido no período entre 11/04/2016 e 11 /05/2016, para, a seu livre e exclusivo critério, ajustarem suas posições de ações em lotes múltiplos de 100 ações. As ações da Companhia passaram a ser negociadas em conformidade com as condições do grupamento a partir de 12/05/2016.

Em 03/10/2016, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento de capital conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02/08/2016, no valor de R\$1.160.379.150,00 (um bilhão, cento e sessenta milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e cinquenta reais), em razão da subscrição e integralização de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em decorrência da homologação parcial do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passou dos R\$7.011.868.492,61 (sete bilhões, onze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e um centavos), dividido em 161.769.820 (cento e sessenta e um milhões, setecentas e sessenta e nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais e um centavo), dividido em 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil e quatrocentas e trinta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 11/09/2017, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de agosto de 2016 e homologado parcialmente pela Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de outubro de 2016 ("Homologação do Aumento"), e (b) a rerratificação da Homologação do Aumento, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2017, os quais resultaram na homologação de aumento de capital no valor de R\$ 1.016.492.135,40 (um bilhão, dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, cento e trinta e cinco reais e quarenta centavos), mediante a emissão de 77.358.610 (setenta e sete milhões, trezentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e dez) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 05/10/2017, foi homologado, em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de 75.862.069 (setenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e sessenta e nove) ações, ao Preço por Ação de R\$ 11,00, correspondendo ao montante de R\$834.482.759,00 (oitocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais), com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, as quais serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, com recursos imediatamente disponíveis, no ato da subscrição. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passará de R\$8.028.360.628,01 (oito bilhões, vinte e oito milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e oito reais e um centavo), representado por 239.128.430 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e vinte e oito mil, quatrocentas e trinta) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 28/05/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$ 5.996.298,00 (cinco milhões, novecentos e noventa e seis mil, duzentos e noventa e oito reais), mediante a emissão de 285.538 (duzentas e oitenta e cinco mil, quinhentas e trinta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 21,00 (vinte e um reais) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento ora aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.862.843.387,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e um centavo), representado por 314.990.499 (trezentos e quatorze milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14/08/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$ 1.242.934,78 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos), mediante a emissão de 47.386 (quarenta e sete mil, trezentas oitenta e seis) ações

ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 26,23 (vinte e seis reais e vinte e três centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03.08.2017, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02.08.2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. O aumento de capital foi decorrente do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra ou Subscrição de Ações para executivos da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.868.839.685,01 (oito bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e um centavo), representado por 315.276.037 (trezentos e quinze milhões, duzentos e setenta e seis mil e trinta e sete) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 21/11/2019 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$5.610.701,25 (cinco milhões, seiscentos e dez mil, setecentos e um reais e vinte e cinco centavos), mediante a emissão de 159.758 (cento e cinquenta e nove mil, setecentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$ 35,12 (trinta e cinco reais e doze centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos últimos 5 (cinco) dias úteis, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de agosto de 2016, conforme alterado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.870.082.619,79 (oito bilhões, oitocentos e setenta milhões, oitenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e nove centavos) representado por 315.323.423 (trezentas e quinze milhões, trezentas e vinte e três mil, quatrocentas e vinte e três) ações ordinárias de emissão da Companhia para R\$8.875.693.321,04 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e um reais e quatro centavos) representado por 315.483.181 (trezentas e quinze milhões, quatrocentas e oitenta e três mil, cento e oitenta e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 26/05/2020 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$10.313.567,35 (dez milhões, trezentos e treze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), mediante a emissão de 284.502 (duzentas e oitenta e quatro mil, quinhentas e duas) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$36,25 (trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os

termos do Primeiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de agosto de 2016, conforme aditado, do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de maio de 2017, conforme aditado, e do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado, todos no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão do aumento aprovado, o capital social da Companhia passou de R\$8.875.693.321,04 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e um reais e quatro centavos), para R\$8.886.006.888,39 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos) dividido em 315.767.683 (trezentas e quinze milhões, setecentas e sessenta e sete mil, seiscentas e oitenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 25/08/2020 a Companhia foi informada sobre a celebração de acordo de acionistas entre os acionistas, Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda., Dynamo Administração De Recursos Ltda., Dynamo Internacional Gestão De Recursos Ltda., Velt Partners Investimentos Ltda., determinando regras a serem observadas com relação ao exercício de direitos políticos e transferência de ações de emissão da Companhia de titularidade dos signatários do acordo ("Acordo de Acionistas"). Estão vinculadas ao Acordo de Acionistas 15.788.400 (quinze milhões, setecentas e oitenta e oito mil e quatrocentas) ações da Atmos Capital Gestão De Recursos Ltda., 18.350.000 (dezoito milhões, trezentas e cinquenta mil) ações detidas pela Dynamo Administração De Recursos Ltda. e Dynamo Internacional Gestão De Recursos Ltda.; e 15.471.932 (quinze milhões, quatrocentas e setenta e uma mil, novecentas e trinta e duas) ações da Velt Partners Investimentos Ltda. ("Ações Vinculadas"), sendo certo que qualquer acionista poderá não vincular ao Acordo de Acionistas até 631.536 (seiscentas e trinta e uma mil, quinhentas e trinta e seis) ações ("Ações Livres"), desde que referido acionista detenha pelo menos 15.156.849 (quinze milhões, cento e cinquenta e seis mil, oitocentas e quarenta e nove) Ações Vinculadas.

Ademais, durante a vigência do Acordo de Acionistas, em nenhuma hipótese, o total de Ações Vinculadas poderá exceder a quantidade de 66.311.213 (sessenta e seis milhões, trezentas e onze mil, duzentas e treze) ações ("Limite Global Máximo").

Em 09/10/2020 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$3.188.727,08 (três milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e vinte e sete reais e oito centavos), mediante a emissão de 68.277 (sessenta e oito mil, duzentas e setenta e sete) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$46,70 (quarenta e seis reais e setenta centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.886.006.888,39 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e seis milhões, seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos), para R\$8.889.195.615,47 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e noventa e cinco mil, seiscentos e quinze reais e

quarenta e sete centavos) dividido em 315.835.960 (trezentas e quinze milhões, oitocentas e trinta e cinco mil, novecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 02/02/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$25.071.402,46 (vinte e cinco milhões, setenta e um mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e seis centavos), mediante a emissão de 437.544 (quatrocentas e trinta e sete mil, quinhentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$57,30 (cinquenta e sete reais e trinta e centavos) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de agosto de 2016, conforme aditado, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cujas cópias se encontram arquivadas na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.889.195.615,47 (oito bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e noventa e cinco mil e seiscentos e quinze reais e quarenta e sete centavos), para R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil, dezessete reais e noventa e três centavos) dividido em 316.273.504 (trezentas e dezesseis milhões, duzentas e setenta e três mil, quinhentas e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 11/03/2021, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia aprovou o desdobramento da totalidade de suas ações. Foi aprovado o desdobramento da totalidade das 316.273.504 (trezentas e dezesseis milhões, duzentas e setenta e três mil, quinhentas e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 01 (uma) ação para 04 (quatro) ações da mesma espécie, sem modificação do capital social. O capital social da ENEVA permaneceu no montante de R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil e dezessete reais e noventa e três centavos), passando a ser dividido em 1.265.094.016 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, noventa e quatro mil e dezesseis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Os artigos 5º e 6º do Estatuto Social da Companhia foram atualizados na AGE para refletir o desdobramento de ações. As ações resultantes do desdobramento foram creditadas aos acionistas em 16 de março de 2021 e conferiram aos seus titulares os mesmos direitos das ações ordinárias existentes. Fizeram jus às ações desdobradas os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia na data da realização da AGE, sendo que as ações passaram a ser negociadas "ex-desdobramento" a partir de 12 de março de 2021 (inclusive).

Em 14/04/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de no valor total de R\$2.783.866,28 (dois milhões, setecentos e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), mediante a emissão de 160.088 (cento e sessenta mil e oitenta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$17,3896 (dezessete reais e três mil oitocentos e noventa e seis milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio da cotação da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia,

aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cuja cópia se encontra arquivada na sede da Companhia. Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passou de R\$8.914.267.017,93 (oito bilhões, novecentos e quatorze milhões, duzentos e sessenta e sete mil, dezessete reais e noventa e três centavos), para R\$8.917.050.884,21 (oito bilhões, novecentos e dezessete milhões, cinquenta mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos) dividido em 1.265.254.104 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 20/05/2021 ocorreu um aumento do capital social dentro do limite do capital autorizado, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada naquela data, no valor de R\$12.714.424,73 (doze milhões, setecentos quatorze mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e três centavos), observado o limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão de 784.115 (setecentos e oitenta e quatro mil, cento e quinze) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, nos termos do disposto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, ao preço de emissão de R\$16,2150 (dezesseis reais e dois mil cento e cinquenta milésimos de real) por ação, correspondente ao preço médio de fechamento da ação da Companhia, ponderado pelo volume, nos 5 (cinco) dias úteis que sucederam a data de assinatura do termo de exercício pelo participante, respeitado o parágrafo 1º, inciso III do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e conforme os termos do Segundo Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de maio de 2017, conforme aditado ("Plano"), no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia em 02 de agosto de 2016, cuja cópia se encontra arquivada na sede da Companhia.

Em razão das deliberações acima, o capital social da Companhia passará de R\$8.917.050.884,21 (oito bilhões, novecentos e dezessete milhões, cinquenta mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos), para R\$8.929.765.308,94 (oito bilhões, novecentos e vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oito reais e noventa e quatro centavos) dividido em 1.266.038.219 (um bilhão, duzentos e sessenta e seis milhões, trinta e oito mil, duzentos e dezenove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia até o nível de pessoa física:

02123-7 ENEVA S/A

04.423.567/0001-21

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Companhia: ENEVA S.A.	Posição em 30/06/2021			
	Ações ordinárias*		Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%
Eneva Fundo de Investimento em Ações	289.640.404	22,9%	289.640.404	22,9%
Banco BTG Pactual S.A.	272.640.404	21,5%	272.640.404	21,5%
Dynamo Administração de Recursos Ltda	79.108.721	6,2%	79.108.721	6,2%
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda	67.189.176	5,3%	67.189.176	5,3%
Ações em Tesouraria	560.228	0,0%	560.228	0,0%
Outros	556.899.286	44,0%	556.899.286	44,0%
Total	1.266.038.219	100,00%	1.266.038.219	100,00%

*O Capital Social da ENEVA é composto apenas por ações ordinárias.



Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Em observância às disposições constantes no inciso VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Informações Trimestrais (Controladora e Consolidado) do segundo trimestre encerrado em 30 de junho de 2021.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2021.

Diretores:

Pedro Zinner

Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no inciso V do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a conclusão expressa no relatório de revisão dos Auditores Independentes, datado em 5 de agosto de 2021, relativo às Informações Trimestrais (Controladora e Consolidado) do segundo trimestre encerrado em 30 de junho de 2021.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2021.

Diretores:

Pedro Zinner
Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ENEVA S.A.
CNPJ/MF nº 04.423.567/0001-21
NIRE 33.3.0028402-8
Companhia Aberta

**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA
REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2021**

1. DATA, HORA E LOCAL: Ao 2º dia de agosto de 2021, às 09h30, na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, 4º e 6º andares, CEP 22250-040, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: A reunião foi convocada nos termos do Estatuto Social da ENEVA S.A. ("Companhia") e da legislação aplicável e contou com a participação dos seguintes membros: Ricardo Baldin, Guilherme Bottura, Edson Teixeira, Sidnei Sanches e Fernando Campos, todos na forma do art. 14, parágrafo 3º. Como convidados: Marcelo Habibe, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Thiago Freitas, Diretor Jurídico e de Governança, Compliance e Controles internos, Renato Cintra, Diretor de Serviços Corporativos, Paula Alves, *Controller*, Bruno Campelo, Gerente de Contabilidade, Glauco Gonzalez, Gerente de Auditoria Interna, Juliana Kac, Gerente de Governança, Compliance e Controles Internos, Mônica Bussièrre, Gerente Jurídica, Alexandre Villeroy, Gerente Geral de TI, Rodrigo Ferreira, Gerente de Arquitetura e Segurança de informação, Flavia Heller, Gerente Geral de Relações com Investidores e ESG, além dos representantes da KPMG, Luís Cláudio Araújo, Leandro Pedreira e Diogo Carvalho.

3. MESA: O Sr. Ricardo Baldin assumiu a presidência da mesa e designou o Sr. Thiago Freitas para atuar como Secretário.

4. ORDEM DO DIA: Análise e recomendação acerca das Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao 2º trimestre de 2021, findo em 30 de junho de 2021.

5. DELIBERAÇÕES: Após a discussão sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia, os membros do Comitê de Auditoria deliberaram emitir o seguinte parecer: "O Comitê de Auditoria Estatutário da Eneva S.A., tomou conhecimento e analisou as Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao 2º trimestre de 2021, findo em 30 de junho de 2021, e considerando as informações prestadas pelos representantes da Administração da Companhia e pelos representantes da KPMG Auditores Independentes, recomenda ao Conselho de Administração que aprove as Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao 2º trimestre de 2021, findo em 30 de junho de 2021".

- A presente é um extrato da Ata de Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário da Eneva S.A., realizada em 02 de agosto de 2021, às 09:30h -

Thiago Freitas
Secretário